Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Publicações sobre alimentação, nutrição e sua
relação com a saúde nos maiores jornais paulistas:
o que está sendo produzido e veiculado?**

Nadine Marques Nunes-Galbes

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Nutrição em Saúde Pública para
obtenção do título de Mestre em Ciências**

**Área de concentração: Nutrição em Saúde
Pública**

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Cervato-
Mancuso**

SÃO PAULO
2016

**Publicações sobre alimentação, nutrição e sua
relação com a saúde nos maiores jornais paulistas:
o que está sendo produzido e veiculado?**

Nadine Marques Nunes-Galbes

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Nutrição em Saúde Pública da
Faculdade de Saúde Pública da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Ciências**

**Área de concentração: Nutrição em Saúde
Pública**

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Cervato-
Mancuso**

Versão revisada

SÃO PAULO

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Biblioteca/CIR: Centro de Informação e Referência em
Saúde Pública Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Marques Nunes-Galbes, Nadine

- Publicações sobre alimentação, nutrição e sua relação com a saúde nos maiores jornais paulistas: o que está sendo produzido e veiculado? / Nadine Marques Nunes Galbes; orientadora Ana Maria Cervato-Mancuso. -- São Paulo,

2016.

125 p.

Dissertação (Mestrado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2016.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe, Cacilda, por ter me transmitido seus genes de curiosidade e inquietude, e por ter me apresentado à primeira instituição de ensino com a qual tive contato (a Universidade que ela cursava quando eu nasci, a qual passei a “frequentar” com meses de vida), e a tantas outras posteriormente (nas quais ela lecionou, e eu frequentava como “acompanhante”, e mais tarde como estudante), incluindo essa instituição na qual concluí a graduação e concluo agora o mestrado. Agradeço-a pelos valores que me ensinou, pelo exemplo de perseverança e garra que sempre foi, e por ter cultivado em mim a sede de saber.

Um imenso e especial agradecimento ao meu marido, Leonardo, que me acompanha em minha trajetória escolar, universitária e acadêmica desde a fase de namorado, e com o qual me casei em meio ao desenvolvimento do mestrado. Ele bem sabe que a jornada tripla de nutricionista, estudante e noiva/esposa não foi nada fácil, mas me trouxe enormes recompensas, sob os mais variados aspectos. Detentor de amor, carinho, cumplicidade e capacidade de acolhimento únicos, é o sopro de tranquilidade do qual necessito algumas (ou várias) vezes.

Agradeço aos meus avôs, Manoel (*in memoriam*) e Samuel, estudiosos, curiosos e autodidatas natos que, apesar do pouco estudo “oficial” que a vida lhes possibilitou, acumularam um conhecimento sem tamanho que fizeram questão de compartilhar com todos os netos. E às minhas avós, Maria (*in memoriam*) e Linda, detentoras de enorme sabedoria proporcionada pela escola da vida, a qual não se encontra em instituições de ensino.

Ao meu “paidrasto”, Gilberto, de quem sempre recebi apoio e incentivo incondicionais. Ao meu pai, Walter, e aos meus irmãos, Thalita e Leonardo, por sempre acreditarem em meu potencial e vontade de estudar. Ao meu querido sobrinho Lucas, por entender, mesmo com a pouca idade que tem, todas as vezes em que a titia não pôde brincar ou estar com ele por conta de compromissos acadêmicos. À minha prima Carolina e à minha amiga Angela, por estarem sempre ao meu lado me dando força e fazendo companhia não somente na caminhada do dia a dia, mas na caminhada acadêmica também.

Sou enormemente grata à Tânia, Heloisa e Andrea, minhas gestoras, que possibilitaram desde o início que minha carga de trabalho fosse flexibilizada para

que eu não precisasse abrir mão nem do trabalho, nem da pós-graduação e, assim, pudesse aprender imensamente em ambas as áreas. Por confiarem em mim e me apoiarem nessa dupla trajetória que escolhi e que valorizo tanto. E devo um agradecimento especial àquelas que são muito mais do que colegas de trabalho, Mirella, Bárbara, Ana Beatriz, Fernanda Heitzmann e Fernanda Gabriel, pela amizade, companheirismo, compreensão e suporte sem os quais essa caminhada teria sido praticamente impossibilitada.

Aos amigos e companheiros de pesquisa Murilo, Helton, Marcus Vinicius, Jorge e Sara, com os quais tive minha primeira e maravilhosa experiência de pertencimento a um grupo de pesquisa unido, sério e competente, e que sei que continuam me apoiando mesmo que não estejamos mais tão próximos.

Às grandes amigas Sofia, Ana, Júlia, Lívia, Stephanie Maranzana, Verônica, Iris, Caroline e Stephanie Liu, que talvez nem saibam o quanto me ajudam e fortalecem por serem parte fundamental da minha vida, por me proporcionarem tantas risadas e momentos especiais, por serem os ombros e ouvidos com os quais eu sei que sempre posso contar, apesar de acabar contando pouco, na prática.

É imensurável o tamanho da minha gratidão à Ana Maria Cervato-Mancuso, por ter me aceito como orientanda, mesmo sabendo que eu não poderia ter dedicação exclusiva, e por, ao longo do processo, ter se tornado muito mais do que orientadora. Aprendi com ela lições que vão muito além da Nutrição em Saúde Pública, e que não cabem em um título de mestre. Agradeço especialmente à professora Cláudia Bógus, por ter feito parte da minha banca de qualificação contribuindo para a elaboração deste trabalho, e por posteriormente ter sido minha supervisora no estágio PAE, me proporcionando enorme aprendizado sobre o que é ser mestre, no mais nobre sentido da palavra. E também à professora Ana Maria Dianezi Gambardella, que além de grande e memorável professora na graduação, também fez parte de minha banca de qualificação, trazendo contribuições fundamentais para a presente pesquisa.

E por fim, mas não com menor importância, agradeço muito às integrantes do grupo de pesquisa Formação e Atuação em Segurança Alimentar e Nutricional, Viviane, Kellem, Alexandra, Lúcia, Débora, Fernanda de Carvalho e Fernanda Botelho. Os aprendizados provenientes de nossas reuniões, discussões, rodas de conversa e dos projetos de cada uma abriram minha mente e meu olhar de forma irreversível, e serei sempre imensamente grata a cada uma por isso.

RESUMO

NUNES-GALBES, N. **Publicações sobre alimentação, nutrição e sua relação com a saúde nos maiores jornais paulistas: o que está sendo produzido e veiculado?** 2016. Dissertação – Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2016.

Introdução - A alimentação é um dos requisitos básicos para a promoção e proteção da saúde, e uma estratégia fundamental para o desenvolvimento de um padrão alimentar adequado e saudável é o fortalecimento do senso crítico e autonomia dos indivíduos. Para tanto, é essencial o acesso à informação clara e precisa que auxilie na escolha de alimentos seguros e adequados. Em vista disso, faz-se necessário compreender de que forma as informações sobre alimentação, nutrição e saúde estão sendo divulgadas pelas mídias de massa na atualidade.

Objetivo - Analisar a quantidade, as características e o conteúdo de publicações que apresentam como tema central “alimentação, nutrição e sua relação com a saúde”, pertencentes aos dois maiores jornais paulistas.

Métodos - O estudo teve como técnica central de investigação a pesquisa e seleção de publicações nas versões impressa e digital dos jornais Folha de S. Paulo (jornal A) e O Estado de S. Paulo (jornal B), com subsequente análise segundo o método de análise de conteúdo temática. Foi realizada uma amostragem estratificada de uma semana construída e uma semana corrida, ao longo dos meses de maio a julho do ano de 2015. Os critérios de inclusão das publicações se basearam na abordagem de temas em alimentação e nutrição, devendo, necessariamente, ser estabelecida sua relação com a saúde.

Resultados - Foram identificadas 18 publicações que atendiam aos critérios de inclusão, presentes tanto nas versões impressas quanto nas digitais de cada um dos jornais analisados (publicações “em comum”), sendo 16 publicações do jornal A e duas do jornal B, o que demonstra superioridade numérica de um jornal sobre o outro. O número superior de publicações na versão digital, bem como a quantidade de *blogs* associados aos jornais indicam uma possível migração do conteúdo sobre o tema de interesse para a versão digital dos jornais, especialmente no caso do jornal B. Com exceção dos títulos das matérias, que diferiram entre as versões digital e impressa de cada um dos jornais (característica mais visível no jornal A do que no B), o conteúdo das publicações selecionadas se mostrou praticamente idêntico. No tocante às mensagens identificadas nas matérias, verificou-se predomínio do conceito de saúde negativa (ausência de doença), do modelo biomédico, da racionalidade sanitária e da supremacia da ciência sobre outras fontes de conhecimento. No mesmo sentido, verificou-se a medicalização dos componentes da alimentação. Em contrapartida, foi identificada a presença (ainda que discreta) de um olhar mais holístico sobre a alimentação e a nutrição, além da fala de “pessoas comuns”, ainda que em quantidade bastante inferior às falas de profissionais da saúde. Esse fato, associado à sutil referência à mídia, pelos próprios jornais, como difusora de informações potencialmente prejudiciais aos indivíduos, no que diz respeito às escolhas alimentares, foram pontos que chamaram a atenção por destoarem das mensagens predominantes nas publicações.

Conclusão - As publicações dos dois maiores jornais paulistas reproduzem e reforçam predominantemente representações sociais que não estimulam o desenvolvimento do senso crítico, tampouco o fortalecimento da autonomia pelos indivíduos, indo de encontro ao preconizado para a Promoção da Saúde. Contudo, foi identificado potencial de mudança no direcionamento das mensagens, contando com a presença de vozes populares, além de uma autocrítica discreta da mídia.

Palavras-chave: alimentação, nutrição, saúde, mídia impressa, informação.

ABSTRACT

Nunes-Galbes. N. **Publications on diet, nutrition and its relationship to health in the major São Paulo newspapers: what is being produced and published?** 2016. Dissertation – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

Introduction: Nutrition is one of the basic requirements for health promotion and protection, and a key strategy for the development of an appropriate and healthy eating pattern is the strengthening of critical thinking and individual autonomy. Therefore, it is essential to have access to clear and accurate information so that can assist in choosing safe and suitable food. In light of this, it is necessary to understand in which way information about feed, nutrition and health is being disseminated by the mass media nowadays. **Objective:** To analyze the amount, characteristics and content of publications which present the topic "feed, nutrition and its relationship to health," belonging to the two major newspapers from São Paulo. **Methods:** The study had as central investigation technique the research and selection of publications in printed and digital versions of the newspapers Folha de S. Paulo (journal A) and O Estado de S. Paulo (journal B), with subsequent analysis according to thematic content analysis method. A stratified sampling was performed on a constructed week and on a current week, from May to July of 2015. The inclusion criteria of the publications were based on addressing issues in feed and nutrition, and its relationship to health should necessarily be established. **Results and discussion:** It were identified 18 publications that met the inclusion criteria, present both in printed and the digital versions of each of the newspapers analyzed (publications "in common"). It were selected 16 publications from journal A and two from journal B which shows numerical superiority of one newspaper on the other. The higher number of publications in digital version as well as the amount of blogs associated with newspapers indicates a possible migration of content on the topic of interest to the digital version of the newspapers, especially in the case of journal B. Except for the titles of the publications, which differed between digital and printed versions of each of the newspapers (most visible feature in journal A than in journal B), the contents of the selected publications showed practically identical. With regard to the messages identified in publications, there was a predominance of negative health concept (absence of disease), the biomedical model, the sanitary rationality and supremacy of science over other sources of knowledge. Similarly, it was verified the medicalization of feed components. In contrast, the presence (albeit discreet) of a more holistic look at feed and nutrition has been identified, as well as the speech of "ordinary people", although in an amount considerably smaller than the health professionals speech. This fact, coupled with the discreet reference to media as diffusing potentially harmful information to individuals with regard to food choices were points that drew attention because escaped the standard of the prevailing messages in publications. **Conclusion:** The publications of the two major newspapers from São Paulo reproduce and reinforce predominantly social representations that do not stimulate the development of critical thinking, either strengthen the autonomy of the individuals, going against the principles advocated for Health Promotion. However, it was identified potential change in the direction of messages, with the presence of popular voices, plus a discreet criticism of the media itself.

Keywords: food, nutrition, health, print media, information.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 SAÚDE: DELINEAMENTO E CONCEITO.....	12
1.1.1 Conceitos em Alimentação e Nutrição.....	17
1.1.2 Alimentação como Determinante da Saúde.....	21
1.2 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	24
1.2.1 Era da Informação.....	28
1.2.2 Marcos Teóricos em Comunicação.....	30
1.2.3 Políticas de Comunicação no Brasil.....	32
1.2.4 Informação, Comunicação e Educação para a Saúde.....	33
1.2.5 Política Nacional de Informação e Informática em Saúde.....	36
1.3 MÍDIA DE MASSA: CONCEITO, PANORAMA HISTÓRICO E TEORIAS.....	37
1.3.1 Teoria das Representações Sociais.....	40
1.3.2 <i>Agenda-setting e Framing</i>	44
1.4 O JORNAL COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO E DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	48
1.4.1 Números dos Jornais no Brasil.....	48
1.5 INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOBRE AS PRÁTICAS ALIMENTARES.....	51
1.5.1 A Mídia como Fonte de Informações sobre Alimentação, Nutrição e Saúde.....	51
1.5.2 Qualidade das Informações Veiculadas pela Mídia.....	52
1.5.3 Acesso à Informação e Práticas Alimentares.....	53
1.5.4 Publicidade e Propaganda de Alimentos e Práticas Alimentares.....	55
1.6 JUSTIFICATIVA.....	58
2 OBJETIVOS.....	59
2.1 OBJETIVO GERAL.....	59
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	59
3 MÉTODOS.....	60
3.1 DELINEAMENTO DA INVESTIGAÇÃO.....	60
3.2 DEFINIÇÃO AMOSTRAL.....	60
3.3 AQUISIÇÃO DOS EXEMPLARES IMPRESSOS.....	60
3.4 ACESSO ÀS VERSÕES DIGITAIS DOS JORNAIS.....	61

SUMÁRIO

(continuação)

3.5 CARACTERIZAÇÃO DOS JORNAIS.....	61
3.6 AMOSTRAGEM.....	62
3.7 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO.....	64
3.8 ANÁLISE DOS DADOS.....	64
3.9 ASPECTOS ÉTICOS.....	67
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	68
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS JORNAIS.....	68
4.1.1 Jornal A.....	68
4.1.2 Jornal B.....	72
4.2 RESULTADOS QUANTITATIVOS.....	79
4.2.1 Publicações em Números.....	79
4.2.2 Gêneros Jornalísticos.....	83
4.2.3 Contexto Gráfico.....	84
4.2.4 Publicidade de Alimentos e Bebidas.....	89
4.3 RESULTADOS QUALITATIVOS.....	95
4.3.1 Comparação dos Conteúdos das Versões Impressa e Digital.....	95
4.3.2 Análise das Publicações.....	100
4.3.2.1 Categoria “Alimentação e Saúde”.....	101
4.3.2.2 Categoria “Avaliação e Orientação Nutricional”.....	106
4.3.2.3 Categoria “Qualificação das Informações”.....	112
4.3.2.4 Categoria “Práticas Alimentares”.....	116
4.3.2.5 Categoria “Normas Sociais”.....	119
4.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	122
4.5 POTENCIALIDADES DO ESTUDO.....	123
5 CONCLUSÕES.....	124
6 REFERÊNCIAS.....	126
CURRÍCULO LATTES.....	138

Lista de tabelas

Tabela 1 - Circulação nacional de jornais impressos, por ano e número de exemplares distribuídos diariamente. Brasil, 2015.....	48
Tabela 2 - Leitura online de jornais (visitas únicas), segundo ano. Brasil, 2013.....	49
Tabela 3 - Quantidade de títulos de jornais brasileiros, segundo tipo, região e estado. Brasil, 2014.....	50
Tabela 4 - Os maiores jornais do Brasil, ranqueados segundo média de circulação, por título e estado onde são publicados. Brasil, 2015.....	51
Tabela 5 - Número de publicações que se inseriram nos critérios de inclusão, segundo jornal, versão, semana de coleta e dia da semana. São Paulo, 2016.....	80
Tabela 6 - Classificação das publicações inseridas nos critérios de inclusão, segundo o gênero jornalístico. São Paulo, 2016.....	83
Tabela 7 - Contexto gráfico das publicações selecionadas nas versões impressas dos jornais, segundo localização, chamada, dimensão e presença de imagens associadas. São Paulo, 2016.....	85
Tabela 8 - Contexto gráfico das publicações selecionadas nas versões digitais dos jornais, segundo localização, chamada e presença de imagens associadas. São Paulo, 2016.....	87
Tabela 9 - Categorias temáticas identificadas nas publicações e respectivos temas abordados. São Paulo, 2016.....	101

Lista de quadros

Quadro 1 - Detalhamento do cronograma de coletas de dados nos jornais analisados. São Paulo, 2015.....	63
Quadro 2 - Classificação brasileira de gêneros jornalísticos.....	66
Quadro 3 - Cadernos diários e suplementos nos quais se organiza o jornal A, por tema central e frequência de publicação. São Paulo, 2016.....	69
Quadro 4 - Seções em que se organiza a versão digital do jornal A. São Paulo, 2016.....	70
Quadro 5 - Listagem dos blogs associados ao jornal A, por tema central. São Paulo, 2016.....	71
Quadro 6 - Cadernos diários e suplementos nos quais se organiza o jornal B, por tema central e frequência de publicação. São Paulo, 2016.....	75
Quadro 7 - Seções em que se organiza a versão digital do jornal B. São Paulo, 2016.....	76
Quadro 8 - Listagem dos blogs associados ao jornal B, por tema central. São Paulo, 2016.....	76
Quadro 9 - Presença de publicidade de alimentos e bebidas em ambos os jornais analisados, segundo dia e semana de coleta, empresa anunciante, tema da publicidade, presença e associação a publicações selecionadas. São Paulo, 2016.....	91
Quadro 10 - Comparação dos títulos e conteúdos das matérias em comum selecionadas na semana construída nas versões digital e impressa do jornal A. São Paulo, 2016.....	95
Quadro 11 - Comparação dos títulos e conteúdos das matérias em comum selecionadas na semana corrida nas versões digital e impressa do jornal A. São Paulo, 2016.....	97
Quadro 12 - Comparação dos conteúdos das matérias em comum selecionadas na semana corrida nas versões digital e impressa do jornal B. São Paulo, 2016.....	100

Lista de figuras

- Figura 1** - Contribuição absoluta e percentual de cada um dos jornais analisados para o total de publicações que atenderam aos critérios de inclusão.
São Paulo, 2016..... 80
- Figura 2** - Reprodução do anúncio de indústria de alimentos publicado em associação ao Guia Especial do jornal A. São Paulo, 2015..... 93

1 INTRODUÇÃO

1.1 SAÚDE: DELINEAMENTO E CONCEITO

Muito se discute a respeito de saúde, utilizando-se o termo de forma bastante evidente e intuitiva, na maioria das vezes. Entretanto, pouco se reflete sobre os conceitos envolvidos e aspectos implicados no tema “saúde” (LEFEVRE E LEFEVRE, 2012).

A definição de saúde pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que data de 1948 e, desde então, nunca sofreu alterações, é de “completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença ou enfermidade” (WHO, 1948).

A Carta de Ottawa, gerada como resultado da Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (1986) estabelece, em linha com o conceito da OMS, que “a saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como um objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas (...) e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global”. Paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade são considerados condições e recursos fundamentais para a saúde, sendo necessária uma base sólida nesse sentido para que se alcance qualquer nível de incremento das condições de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Também tomando como base o ampliado conceito da OMS, a legislação brasileira, por meio da Lei Orgânica da Saúde (1990), coloca a saúde como “direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”. Como fatores determinantes e condicionantes da saúde, com base na definição da OMS, a legislação brasileira estabelece, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços sociais (BRASIL, 1990; 2013).

Apesar de o conceito da OMS (bem como os demais, baseados nele), ser bastante amplo e arrojado para a época em que foi estabelecido, diferentes autores

colocam objeções a essa definição de saúde. Justamente por ser bastante amplo, o conceito de saúde da OMS sofreu críticas de ordem técnica, fundamentadas no argumento de que essa concepção de saúde seria utópica, e que esse conceito não poderia ser utilizado como objetivo pelos serviços de saúde; e também de ordem política, argumentando que o Estado poderia passar a intervir de forma abusiva na vida dos cidadãos, supostamente como forma de promover a saúde (SEGRE E FERRAZ, 1997; SCLIAR, 2007).

As principais críticas de ordem técnica residem no fato de que a definição constitui uma utopia, dado que um “completo estado de bem-estar” seria inatingível, considerando que a organização social do homem, baseada na existência em grupos e renúncias em nome da segurança, implica em certo grau de “mal-estar”, do ponto de vista psíquico e filosófico. Ainda, avaliar e mensurar saúde segundo esse prisma depende de definições objetivas de conceitos complexos, intrínsecos e subjetivos, tais como “bem-estar” e “qualidade de vida” (SEGRE E FERRAZ, 1997).

Fato é que, muito antes da tão discutida definição da OMS, desde a Grécia antiga, reconhece-se a dificuldade de conceituar saúde (COELHO E ALMEIDA FILHO, 2002), o que está muito relacionado ao fato de a doença, sobretudo a transmissível em épocas mais remotas da história da humanidade, com mudança recente de paradigma, ser uma ameaça que acompanha a espécie humana desde os períodos mais iniciais de sua história (SCLIAR, 2007). Assim, a saúde foi sendo construída como um conceito que antagoniza a doença.

A doença partiu de uma concepção mágico-religiosa, que a definia como “ação de forças alheias ao organismo que neste se introduzem por causa do pecado ou de maldição”, ou um sinal de desobediência do mandamento divino, sendo alterada a partir de Hipócrates (460-377 a.C.), considerado “o pai da medicina” por introduzir conceitos mais racionais de doença, atribuindo a ela causas naturais, e não espirituais. Paralelamente, no mundo oriental, a concepção de doença (e saúde) seguia um rumo diferente, mas que de certa forma se assemelhava aos conceitos de Hipócrates: o funcionamento harmonioso das forças vitais que compõem o corpo resultaria em saúde, e o contrário, em doença (SEVALHO, 1993; SCLIAR, 2007; BACKERS ET AL., 2009).

Apenas ao final do século XIX, com a chamada revolução pasteuriana, que revelou a existência de micro-organismos causadores de doenças, é que a teoria já apresentada por outros estudiosos anteriormente, de que as doenças seriam

causadas por agentes externos ao corpo humano, pode ser efetivamente embasada. A partir daí evoluíram a medicina tropical e a epidemiologia, que passaram a se dedicar a controlar doenças transmissíveis, bem como quantificá-las e dimensioná-las. Já no século XVII, com a criação da polícia médica ou sanitária, e mais tarde, ao longo dos séculos XIX e XX, com a criação de serviços e políticas de saúde, é que uma definição formal de saúde passou a se fazer cada vez mais necessária, culminando na elaboração da definição da OMS apresentada previamente (SEVALHO, 1993; SCLIAR, 2007; BACKERS ET AL., 2009).

Assim, fica claro que, desde os primórdios, a concepção de saúde está atrelada à de doença. Segundo Durkheim, “o objetivo principal de qualquer ciência da vida, seja ela individual ou social, é a definição e a explicação do estado normal, bem como a diferenciação do seu estado patológico” (DURKHEIM, 1968), o que justifica a dependência mútua entre os dois conceitos.

Levando em consideração que o conceito de saúde (assim como o de doença) estabelece estreita dependência da localização temporal do momento em questão, do contexto histórico, da localização geográfica, da classe social, de valores individuais, de concepções científicas, religiosas, filosóficas (SCLIAR, 2007), torna-se importante contextualizar a lógica predominante na atualidade, a qual é embasada por fatos históricos apresentados previamente.

A lógica ou modelo predominante hoje é o modelo biomédico, caracterizado como mecanicista e hegemônico na doutrina e prática da medicina na atualidade. Sua origem está atrelada ao Renascimento, em toda a revolução artístico-cultural, bem como o projeto expansionista de Portugal e Espanha, que marcaram esse período histórico. Nesse contexto, foram verificadas mudanças radicais de ordem técnico científica a partir do século XV (BARROS, 2002).

O novo enfoque sobre o conhecimento, proposto por Descartes, “pai do racionalismo”, foi fundamental para construir o raciocínio médico que perdura até hoje: “não se deve aceitar como verdade nada que não possa ser identificado como tal, com toda evidência”, sendo essa fortemente embasada em provas matemáticas. Newton, por meio da criação de teorias matemáticas, conferiu ao mundo e ao corpo uma visão cartesiana: ambos seriam grandes máquinas a serem exploradas. Tal visão emprestou à medicina a lógica mecanicista, que não deixa de ter seu mérito, dada a evolução no campo das ciências biológicas a partir do século XVIII. Já no século XIX, a era bacteriológica se instaurou com força e adquiriu predominância,

reduzindo a relevância de concepções multicausais das doenças, incluindo aí fatores de ordem socioeconômica (BARROS 2002; SCLIAR, 2007).

Não somente esses fatos históricos e descobertas, como tantos outros originaram a necessidade de um modelo médico explicativo, que incorporasse as novas concepções sobre a estrutura e o funcionamento do corpo, ao mesmo tempo em que possibilitasse intervir sobre suas alterações (BARROS, 2002). Estava estabelecido, então, o modelo biomédico, cujo enfoque é a biologia humana e a fisiopatologia, enxergando a doença como um processo biológico e centrando-se nela, voltando-se para o diagnóstico e a terapêutica, o tecnicismo e as relações impessoais, de forma bastante reducionista (MINAYO, 1998; BACKES ET AL., 2009).

Durante o longo período em que o modelo biomédico vem predominando, este tem se caracterizado por explicação unicausal da doença, biologicismo, fragmentação e especialização. A partir da unicausalidade, pressupõe-se que o agente etiológico deve ser identificado e combatido, em uma relação causa-efeito simplificada, reducionista e imediatista. O biologicismo descontextualiza o ser humano de sua posição biográfica, familiar e social, reduzindo-o apenas à esfera biológica. A fragmentação é bastante decorrente do mecanicismo, que entende o corpo como uma máquina que precisa ser fragmentada para melhor compreensão. A especialização, intimamente associada à fragmentação, substituiu a globalidade e atenuou o olhar holístico sobre o ser humano e sua saúde, ressaltando o caráter mecanicista e reducionista do modelo biomédico (MINAYO, 1998; CUTOLO, 2006).

O estabelecimento do modelo biomédico, portanto, fechou as portas para a definição de uma categoria teórica chamada “saúde”, enquanto direcionou-se e centrou-se nas noções de doença, mesmo com seus imensos avanços teóricos e metodológicos, limitando-se às práticas curativas e à perspectiva de saúde como ausência de doença (COELHO E ALMEIDA FILHO, 2002).

A associação histórica dos conceitos de saúde e doença, atrelada ao reforço da visão do modelo biomédico sobre o processo saúde doença repercutiu sobre o senso comum, tornando-se quase impossível dissociar as noções de saúde e doença atualmente, na vida cotidiana. Entretanto, como destaca Ayres (2007):

Fazer equivaler saúde e doença a situações polares de uma mesma coisa, identificadas segundo uma mesma racionalidade, é tão limitante para a adequada

compreensão dessas duas construções discursivas e das práticas a elas relacionadas, quanto negar as estreitas relações que guardam uma com a outra na vida cotidiana.

Isso posto, emanam os conceitos de “saúde negativa”, ou seja, vista negativamente, apenas como ausência de doença, ou um fim em si mesmo; e “saúde positiva”, como sinônimo de visão ampliada, ou um meio/recurso para a vida (LEFEVRE E LEFEVRE, 2012). As definições de saúde apresentadas no início do texto se baseiam no conceito de saúde positiva, numa tentativa de distanciamento ou negação do modelo biomédico. Sob esse olhar, a saúde se configura como “o maior recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, assim como uma importante dimensão da qualidade de vida” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

A negação da saúde negativa, bem como do modelo biomédico, vem ganhando corpo e se solidificando, a partir, principalmente, de um novo modelo de atenção, focado na Promoção da saúde. Enquanto o processo tradicional de tratamento e enfrentamento de desequilíbrios do estado de saúde se baseia em intervenções no corpo do doente ou nos agentes causadores, e, portanto, sobre a doença, a Promoção da saúde leva em conta todas as dimensões do ser humano (biológica, psicológica, social, cultural e histórica), permitindo a emergência de um novo processo, de uma mudança de qualidade, que leva à saúde positiva (BACKES ET AL., 2009; LEFEVRE E LEFEVRE, 2012).

Cabe, aqui, diferenciar Prevenção da doença ou Proteção à saúde de Promoção da saúde. A prevenção de doenças pode ser entendida como um “esforço para se antecipar à doença”, ou seja, ao adotar medidas preventivas, individualmente ou por meio de ações populacionais, evita-se a instalação ou atenua-se a manifestação de doenças, protegendo os indivíduos e coletividades. Está implícito nesse conceito o de saúde negativa (LEFEVRE E LEFEVRE, 2012).

A Promoção da saúde, por outro lado, é, conforme estabelecido na Carta de Ottawa, “o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação nesse processo” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002). Assim, a Promoção da Saúde utiliza-se do conceito de saúde positiva (LEFEVRE E LEFEVRE, 2012).

O conceito de saúde positiva, bem como a abordagem de Promoção da saúde estabelecem dois aspectos como fundamentais na construção do “estado de bem-estar”: a alimentação e a informação (BRASIL, 1990; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002; BRASIL, 2013; 2015), aspectos centrais do presente trabalho.

1.1.1 Conceitos em Alimentação e Nutrição

Para discorrer a respeito de alimentação e nutrição, é necessário, primeiramente, conceituar os dois termos. Verifica-se, no contexto brasileiro, certa confusão entre os dois conceitos, que acabam por ser utilizados, muitas vezes, como sinônimos ou terminologias necessariamente incorporadas uma à outra (BOSI E PRADO, 2011).

A alimentação pode ser definida como “o processo biológico e cultural que se traduz na escolha, preparação e consumo de um ou vários alimentos”. A nutrição, por sua vez, é definida como “estado fisiológico que resulta do consumo e da utilização biológica de energia e nutrientes em nível celular” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). A alimentação, portanto, engloba o ato de nutrir, embora não se restrinja apenas a ele dado que o alimento transcende e extrapola o suprimento das necessidades biológicas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b).

Assim como a alimentação não diz respeito apenas a processos biológicos, a nutrição não se restringe ao estado fisiológico. A Nutrição é também um campo científico, que abarca os estudos sobre a composição química dos alimentos e seus nutrientes, bem como seus efeitos sobre o corpo, mente e relações humanas; além de ser, ainda, um campo de formação, geração de conhecimento, profissionalização e de um amplo conjunto de práticas (BOSI E PRADO, 2011).

Sendo assim, a alimentação diz respeito a todos os aspectos que envolvem o “comer” (como ato voluntário), incluindo o “nutrir” (como característica do alimento ingerido), ou seja, a relação entre o ser humano e o alimento. Levando em conta que o alimento carrega consigo significados culturais, comportamentais e afetivos extremamente singulares, os quais não podem ser minimizados ou relegados, a alimentação, tendo em si o alimento como aspecto central, “expressa as relações sociais, valores e história do indivíduo e dos grupos populacionais” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b).

A complexidade da alimentação é explicitada a partir do conceito de sistema alimentar, compreendido pelo Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012) como:

O processo que abrange desde o acesso à terra, à água e aos meios de produção, as formas de processamento, de abastecimento, de comercialização e de distribuição; a

escolha e consumo dos alimentos, incluindo as práticas alimentares individuais e coletivas, até a geração e a destinação de resíduos.

Portanto, pensando de forma abrangente, a alimentação vai além do momento de escolha do alimento, e não se finda com o consumo, atingindo dimensões sociais, ambientais e culturais extremamente amplas.

Cabe aqui compreender alguns conceitos envolvidos na alimentação, e frequentemente discutidos nesse campo. A legislação brasileira que institui normas básicas sobre alimentos data de 1969, e estabelece algumas definições importantes (BRASIL, 1969):

- Alimento: toda substância ou mistura de substâncias, no estado sólido, líquido pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinadas a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento;

- Alimento *in natura*: todo alimento de origem vegetal ou animal, para cujo consumo imediato se exija apenas a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação;

- Alimento enriquecido: todo alimento que tenha sido adicionado de substância nutriente com a finalidade de reforçar seu valor nutritivo.

Outros termos que não estão contemplados nessa lei, mas que também se relacionam à alimentação são:

- Suplementos vitamínicos e/ou de minerais (suplementos): alimentos que servem para complementar com esses nutrientes a dieta diária de uma pessoa saudável, em casos nos quais sua ingestão, a partir da alimentação, seja insuficiente ou quando a dieta requer suplementação (ANVISA, 1998);

- Complemento nutricional: produto elaborado com a finalidade de complementar a dieta cotidiana de uma pessoa saudável, que deseja compensar um possível déficit de nutrientes, a fim de alcançar os valores da Dose Diária Recomendada (DDR) (CFN, 2005).

O Ministério da Saúde dispõe de um glossário temático sobre Alimentação e Nutrição, no qual compila a definição de uma série de termos utilizados na Política Nacional de Alimentação e Nutrição, bem como em livros, periódicos, legislações e outros documentos produzidos pelo próprio Ministério (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). Por conta disso, alguns dos termos, como alimento e alimento artificial, são

definidos da mesma forma que na lei de normas básicas sobre alimentos e nas portarias publicadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Outros, que não constam nestes documentos ou cuja definição apresenta alguma variação, são de especial interesse para o presente estudo:

- Alimento fortificado: alimento ao qual se adicionam nutrientes essenciais para atender aos seguintes objetivos: reforçar o valor nutritivo; prevenir ou corrigir deficiência demonstrada em um ou mais nutrientes da alimentação da população ou em grupos específicos;

- Bem-estar nutricional: estado orgânico em que as funções de consumo e de utilização de energia alimentar e de nutrientes se fazem de acordo com as necessidades biológicas do indivíduo;

- Composição dos alimentos: descrição do valor nutritivo dos alimentos e de substâncias específicas neles, como vitaminas, minerais e outros princípios;

- Estado nutricional: resultado do equilíbrio entre o consumo de nutrientes e o gasto energético do organismo para suprir as necessidades nutricionais, em plano individual ou coletivo. Nota: há três tipos de manifestação: adequação nutricional, carência nutricional e distúrbio nutricional;

- Nutriente: componente químico necessário ao metabolismo humano que proporciona energia ou contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a manutenção da saúde e a vida. Notas: i) Normalmente, os nutrientes são recebidos pelo organismo por meio da ingestão de alimentos; ii) A carência ou excesso de nutrientes pode provocar mudanças químicas ou fisiológicas;

- Orientação alimentar: orientação que visa à escolha, à preparação, à conservação doméstica de alimentos e ao consumo desses, considerando o valor nutritivo do alimento e as indicações específicas das condições fisiológicas, patológicas e socioeconômicas do indivíduo;

- Práticas alimentares saudáveis: usos, hábitos e costumes que definem padrões de consumo alimentar de acordo com os conhecimentos científicos e técnicas de uma boa alimentação;

- Recomendações nutricionais: prescrições quantitativas que se aplicam aos indivíduos para ingestão diária de nutrientes e calorias, conforme suas necessidades nutricionais.

Mais recentemente um novo termo foi cunhado e tem sido bastante utilizado no campo da alimentação: alimentos funcionais, definidos como “alimentos ou

ingredientes que produzem efeitos benéficos à saúde, além de suas funções nutricionais básicas” (BVS, 2008). Relacionados a essa nova forma de classificar os alimentos emanam os conceitos de alegação de propriedade funcional (“aquela relativa ao papel metabólico ou fisiológico que o nutriente ou não nutriente tem no crescimento, desenvolvimento, manutenção e outras funções normais do organismo humano”), e alegação de propriedade de saúde (“aquela que afirma, sugere ou implica a existência de relação entre o alimento ou ingrediente com doença ou condição relacionada à saúde”), definidos pela Anvisa em legislação específica (ANVISA, 1999).

A definição de alimento proposta pela lei de normas básicas sobre alimentos (Brasil, 1969) e compartilhada pelo Glossário do Ministério da Saúde é bastante ampla, englobando praticamente todo tipo de composto que possa ser ingerido pelo homem com segurança, particularizando apenas o fato de que a substância ou mistura de substâncias deve ser destinada a fornecer ao organismo humano elementos para sua formação, manutenção e desenvolvimento (BRASIL, 1969). Se, por um lado, uma enorme gama de substâncias pode ser ingerida pelo homem com segurança, por outro, nem todas as substâncias que o homem ingere na condição de “alimento” são destinadas a fornecer tais elementos, apresentando outras funções, o que torna a discussão sobre a definição de alimento bastante acalorada.

Nesse sentido, a segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, publicada em 2014, dedica-se em grande medida a classificar os alimentos, prioritariamente de acordo com o tipo de processamento ao qual são submetidos, estabelecendo quatro categorias de alimentos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014):

- Alimentos *in natura*: são aqueles obtidos diretamente de plantas ou de animais (como folhas e frutos ou ovos e leite) e adquiridos para consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza;

- Alimentos minimamente processados: são alimentos *in natura* que, antes de sua aquisição, foram submetidos a alterações mínimas, como grãos secos, polidos e empacotados ou moídos da forma de farinhas, raízes e tubérculos lavados, cortes de carne resfriados ou congelados e leite pasteurizado. Estes fazem parte da mesma categoria dos alimentos *in natura*;

- Ingredientes culinários (óleos, gorduras, sal e açúcar): produtos extraídos de alimentos *in natura* ou da natureza por prensagem, moagem, trituração, pulverização

e refino. São usados para temperar e cozinhar alimentos e para criar preparações culinárias variadas;

- Alimentos processados: fabricados pela indústria com a adição de sal ou açúcar ou outra substância de uso culinário para torna-los duráveis e mais agradáveis ao paladar. São produtos derivados diretamente de alimentos e são reconhecidos como versões dos alimentos originais;

- Alimentos ultraprocessados: são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos, derivadas de constituintes de alimentos ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (aditivos em geral). Técnicas de manufatura incluem extrusão, moldagem, e pré-processamento por fritura ou cozimento.

A discussão a respeito dos alimentos e produtos alimentícios não se finda com tais definições, e a intenção no presente momento é somente apresentar um panorama dos conceitos em alimentação e nutrição propostos pelas autoridades nacionais.

Uma vez conceituada a alimentação em toda a sua magnitude, e tendo sido adequadamente desvinculado o seu conceito do de nutrição, nos aspectos em que isso se faz possível, faz-se necessário explorar a relação entre alimentação e saúde.

1.1.2 Alimentação como Determinante da Saúde

A alimentação é colocada pela Carta de Ottawa como uma das condições e recursos fundamentais da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002), enquanto a Lei Orgânica da Saúde destaca a alimentação como o primeiro dos diversos fatores determinantes e condicionantes da saúde (BRASIL, 1990; 2013). Ainda, de acordo com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), “a alimentação e nutrição constituem-se em requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b).

Fica claro, portanto, que a alimentação apresenta implicações diretas na saúde e na qualidade de vida, mas essas podem se configurar como positivas ou negativas, dependendo de como se caracteriza a alimentação de indivíduos e coletividades (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b). Para garantir que o impacto da

alimentação sobre a saúde seja predominantemente positivo, é preciso que a mesma seja caracterizada como adequada e saudável.

A PNAN entende por alimentação adequada e saudável (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b):

A prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Ou seja, deve estar em acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais; referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade; baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos.

O Guia Alimentar para a População Brasileira acrescenta, ainda, que a alimentação adequada e saudável, como direito humano básico, envolve a garantia de acesso permanente e regular à prática alimentar adequada ou apropriada, descrita pela PNAN, além de atender aos princípios de variedade, equilíbrio, moderação e prazer, os quais não são citados na definição da referida política (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) configura-se como uma das vertentes de Promoção à Saúde, e compreende “um conjunto de estratégias que proporcionem aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares apropriadas aos seus aspectos biológicos e socioculturais, bem como ao uso sustentável do meio ambiente”. A proposta da PAAS, em seu conjunto de estratégias e ações, é superar o modelo biomédico, previamente explorado neste texto, além de outros desafios fortemente presentes hoje em nossa sociedade, a saber: a abordagem limitada à produção e à oferta de informações técnico-científicas; a frágil integração do conhecimento científico ao popular; e a insuficiente apropriação das dimensões cultural e social como determinantes dos hábitos alimentares (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b).

Dentre as diversas estratégias direcionadas à PAAS encontra-se a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), bem como estratégias de regulação de alimentos, e incentivo à promoção da alimentação adequada e saudável nos diferentes ambientes ocupados pela população em todos os seus estratos etários e sociais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b).

A Educação Alimentar e Nutricional está inserida no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHHA) e da garantia de Segurança

Alimentar e Nutricional (SAN), e pode ser definida como (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012):

Um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar.

A promoção da autonomia e do autocuidado constitui um dos princípios para as ações de EAN, e seu exercício pode favorecer a adesão dos indivíduos às mudanças necessárias em seu modo de vida que possibilitem alcançar uma alimentação adequada e saudável. Para tanto, é fundamental que os indivíduos se empoderem em relação à sua própria saúde, em todos os seus aspectos, o que somente é possível por meio de sua instrumentação com conhecimentos e habilidades que lhes permitam conhecer e identificar seu contexto de vida (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012).

Tal instrumentação é viabilizada por meio da Educação, “enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012). Neste ponto, torna-se válido fazer uma distinção proposta por Lefevre e Lefevre (2012), a respeito da educação. Os autores destacam que a palavra “educar” vem do latim *educere*, que significa conduzir, e é justamente a proposta educativa conducente que vem sendo praticada no campo da saúde há muito tempo, com base na qual os indivíduos são doutrinados a respeito da forma mais adequada de conduzir sua vida, no que diz respeito aos aspectos de saúde.

Por conta disso, os autores preferem os termos “informar” e “dialogar” a “educar”, argumentando que, em lugar de educar, no sentido de conduzir, “é necessário informar o cidadão de forma clara e transparente”, levando em alta conta a realidade e diferentes demandas dos indivíduos e coletividades, e alcançando o chamado “consentimento esclarecido” (LEFEVRE E LEFEVRE, 2012).

Em EAN, emprega-se o termo educação, mas não no sentido de condução, e sim compondo abordagens que privilegiem “os processos ativos, que incorporem os conhecimentos e práticas populares, contextualizados nas realidades dos indivíduos, suas famílias e grupos e que possibilitem a integração permanente entre a teoria e a

prática”, ampliando o grau de autonomia para as tomadas de decisões (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012), justamente como propõem Lefevre e Lefevre (2012).

Portanto, a despeito do desacordo terminológico, em se tratando de Promoção da Saúde, o aspecto central é o empoderamento, que visa não somente o aumento da capacidade de interpretação e a análise do sujeito sobre si e sobre o mundo, como também, e consequentemente, da capacidade de fazer escolhas, governar, transformar e produzir a própria vida (LEFEVRE E LEFEVRE, 2012; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012).

Para alcançar esse objetivo, é fundamental que a EAN se baseie no desenvolvimento de senso crítico pelos indivíduos para que, uma vez estando frente às inúmeras possibilidades de consumo, ou sujeitos às regras de condutas dietéticas, os mesmos sejam capazes de reconhecer as possibilidades, experimentar, decidir, reorientar, num processo de tomada de decisão ativa e informada a respeito de todos os aspectos envolvidos no comportamento alimentar (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b).

No sentido de fortalecer o senso crítico e as capacidades de análise e de tomada de decisão pelos indivíduos e coletividades, é fundamental o acesso à informação clara e precisa que auxilie na escolha de alimentos seguros e adequados. O acesso à informação configura, inclusive, um dos direitos humanos, juntamente ao direito à alimentação adequada. E ambos os direitos adquirem confluência considerando que a Alimentação Adequada e Saudável trata do direito de acesso à informação cientificamente comprovada e respaldada (BURITY ET AL., 2010; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b).

1.2 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Assim como é importante conceituar adequadamente a saúde, e diferenciar os conceitos de alimentação e nutrição para compreender melhor o tema de que trata o presente trabalho, os conceitos de informação e comunicação também apresentam importantes distinções, apesar de serem usados habitualmente como

uma díade, à semelhança do que ocorre com os conceitos de alimentação e nutrição.

É difícil definir o conceito de comunicação, na medida em que, mesmo que de forma não intencional, é quase impossível ao homem não comunicar, bem como apreender os significados do mundo e interpretá-los. A complexidade do termo está implícita em seu significado: comunicação deriva do latim *commune*, ou seja, comum, o que está relacionado a participar, tornar comum ou ação comum. Etimologicamente, portanto, comunicar é “relacionar seres vivos e, normalmente, conscientes (seres humanos), tornar alguma coisa comum entre esses seres, seja uma informação, uma experiência, uma sensação, uma emoção, etc.” (SOUSA, 2006).

Nesse sentido, a comunicação pode ser vista de duas formas essenciais, que se complementam: como um processo, em que comunicadores trocam mensagens codificadas (gestos, palavras, imagens, todos portadores de um significado que, de alguma forma, pode ser apreendido e compreendido por ambos), por meio de um canal, inseridos em um contexto específico; e como atividade social, já que a criação e troca de significados respondem à realidade experimentada por indivíduos que se inserem em uma determinada cultura. Ao mesmo tempo em que as duas formas de olhar a comunicação se complementam de modo a ser possível classificá-la como um processo social, ambas se diferenciam no ponto em que a posição da comunicação como processo implica na obrigatoriedade de codificação das mensagens, enquanto que a de comunicação como atividade social pode ou não ter mensagens codificadas, já que adquire significados ao ser interpretada por cada receptor (GILL E ADAMS, 2002).

Fato é que a comunicação é inevitável e indispensável “não somente para a sobrevivência dos seres humanos, como também para a formação e coesão de comunidades, sociedades e culturas” (SOUSA, 2006).

Assim, de acordo com teóricos da comunicação, como Harold Lasswell e sociólogos, como Paul F. Lazarsfeld e Robert K. Merton, as funções do processo de comunicação na sociedade são, principalmente, a vigilância do meio, no que diz respeito a aspectos que ameacem ou afetem os sistemas de valores comunitários e sociais; o estabelecimento de relações e integração entre os indivíduos, produzindo respostas ao meio; a transmissão de herança social; e o entretenimento ou diversão (MATTELART E MATTELART, 2005).

A comunicação se dá, essencialmente, para satisfazer necessidades, das mais básicas e comuns a todos os seres humanos, às mais complexas e particulares que dizem respeito ao desenvolvimento do potencial de cada um. Sendo assim, fica implícita em toda iniciativa de comunicação uma intencionalidade (SOUSA, 2006).

Como processo ou atividade extremamente ampla e abrangente, do qual é impossível ao homem se manter a parte, a importância da comunicação é destacada por Gill e Adams (2002), na medida em que a mesma

Liga-nos à rede de seres humanos, começando na nossa família imediata e continuando pelos nossos amigos (com a ajuda dos *media*), pela sociedade e pelo mundo inteiro. A forma como nos desenvolvemos como indivíduos depende muito do grau de sucesso com que construímos essas redes. A comunicação não é apenas uma troca de informações 'duras', mas também a partilha de pensamentos, sentimentos, opiniões e experiências.

A palavra informação, por sua vez, vem do latim *informatio*, que se refere a “dar forma a” alguma coisa. Num contexto mais primitivo, desde a Roma e Grécia antigas, passando pela Idade Média, o termo era utilizado como o “ato de moldar”, tanto do ponto de vista tangível, como no que diz respeito à modelagem de objetos, quando do intangível, referindo-se à modelagem da mente ou do caráter (CAPURRO E HJORLAND, 2007).

O significado de “ato de moldar”, principalmente no sentido mais tangível, foi se tornando obsoleto, e as línguas modernas passaram a utilizar a palavra informação no sentido de “comunicação do conhecimento”. Atualmente o conceito de informação pode ser considerado interdisciplinar, uma vez que quase toda disciplina científica aplica-o inserido em seu próprio contexto, conferindo-lhe uma “infame versatilidade” que impede que seja construída uma ideia única de informação para a qual todos os conceitos convirjam. Diferentes autores insistem em que não existe nenhum conceito absoluto de informação, a qual deveria ser vista como uma forma mutante ao longo do tempo, e sujeita a mudanças qualitativas nos diferentes níveis da realidade (CAPURRO E HJORLAND, 2007).

Dado o contexto da presente pesquisa, o olhar sobre a informação se voltará, aqui, à teoria da comunicação, deixando de lado, por um momento, a acalorada discussão epistemológica que envolve o conceito de informação. Fato é que não há conceitos concretos e únicos sobre o que seria informação, tendo sido instituída há muitos anos uma busca da definição mais adequada para o termo (ALCURI ET AL., 2012).

Compreendendo a comunicação como o processo de troca de mensagens, a informação consistiria, segundo seu conceito moderno, em apenas uma das possibilidades de comunicação: a comunicação do conhecimento. Dessa forma, ao se comunicar sensações e emoções, por exemplo, não haveria uma intencionalidade informativa, o que indica que pode haver comunicação sem informação, mas a informação, por sua vez, depende de um suporte comunicacional para que seja transmitida (SOUSA, 2006; CAPURRO E HJORLAND, 2007).

De forma mais restrita e independente do conceito de comunicação, a informação pode ser considerada como “todo o dado trabalhado, útil, tratado, com valor significativo atribuído ou agregado a ele, e com um sentido natural e lógico”. Ou seja, a informação não consiste somente no dado puro e simples, já que um conjunto de letras, números ou dígitos, tomado isoladamente, destituído de contexto e interpretação não necessariamente apresenta um significado (REZENDE E ABREU, 2000).

Algumas características da informação podem ajudar a elucidar melhor a diferença entre os conceitos de comunicação e informação, embora em determinados momentos, contextos e situações, os conceitos permaneçam bastante atrelados (SOUSA, 2006; CAPURRO E HJORLAND, 2007):

- A informação pode ser redundante, embora, em alguns casos, essa redundância seja útil e desejável para a melhor apreensão e compreensão da mensagem;
- A informação é sempre codificada, e o código precisa ser conhecido pelo receptor, para que possa ser compreendido e interpretado;
- A “sobre-informação” obscurece a informação, ao passo que a comunicação é mais eficaz quanto mais significados proporcionar (sensações, emoções, polissemia).

Comunicar o conhecimento, seja ele passado de geração em geração, seja de acordo com o conceito moderno, de conhecimento empírico compartilhado pela comunidade científica, implica em informar, e o jornalismo, bem como a mídia de massa, são grandes responsáveis por criar uma nova informação e distribuí-la nas sociedades atuais (CAPURRO E HJORLAND, 2007).

Vivemos hoje a chamada “era da informação”, em que a “produção, distribuição e acesso à informação estão no centro da nova economia” (CAPURRO E HJORLAND, 2007).

1.2.1 Era da Informação

Pode-se dizer que, a exemplo de outras revoluções já promovidas e vivenciadas pelo homem, vivemos atualmente a chamada Revolução da Informação, possibilitada e impulsionada pelas transformações tecnológicas que vêm ocorrendo desde os anos 1980, e adquirindo cada vez mais aceleração ao longo dos últimos anos (GADOTTI, 2000; COUTINHO E LISBÔA, 2011).

Muito deste cenário está relacionado ao processo modernista de desenvolvimento implantado mundialmente a partir da segunda metade do século XX, ou a globalização capitalista da economia, que resultou em grandes mudanças não somente econômicas e sociais, políticas e culturais, bem como no campo da ciência e tecnologia, ao redor de todo o mundo (GADOTTI, 2000; MELKOTE E STEEVES, 2001).

A globalização das telecomunicações e a informatização implicaram em uma visibilidade e importância cada vez maior do conhecimento, em todos os setores, costumando-se, por conta disso, definir o momento atual como a “Era do Conhecimento”, o que faz emergir a sociedade do conhecimento, sociedade da informação ou sociedade da aprendizagem, como preferem chamar diferentes autores (GADOTTI, 2000; MADEIRA ET AL., 2007; COUTINHO E LISBÔA, 2011).

As novas tecnologias, principalmente relacionadas à informática e à internet, possibilitam o armazenamento inteligente de imensuráveis volumes de informações, as quais podem ser acessadas de forma cada vez mais simples e flexível. O usuário da internet se configura, cada vez mais, não somente como um receptor de informações, como um emissor cada vez mais relevante. E é justamente esse contexto que define a Revolução da Informação e o surgimento da sociedade do conhecimento: “a informação deixou de ser uma área ou especialidade para ser tornar uma dimensão de tudo, transformando profundamente a forma como a sociedade se organiza” (GADOTTI, 2000; MADEIRA ET AL., 2007).

O direito humano fundamental de acesso à informação vem sendo amplamente garantido, ainda que grandes massas da população permaneçam à margem deste cenário. O *ciberespaço* conta com informação praticamente infinita disponível em redes de computadores interligados, o que possibilita seu acesso de qualquer lugar do mundo, a partir de equipamentos cada vez mais simplificados, como é o caso dos *smartphones* (GADOTTI, 2000; COUTINHO E LISBÔA, 2011).

Hoje é possível adquirir informações sobre praticamente tudo, apenas com algumas palavras-chave e um “clique”, algo sem precedentes. Vivemos em um mundo onde o fluxo de informações é extremamente intenso, e o conhecimento está permanentemente sujeito à expansão e mudança (MADEIRA ET AL., 2007; COUTINHO E LISBÔA, 2011). A contrapartida é que, como citado anteriormente, a sobre-informação obscurece a informação (SOUSA, 2006).

A grande questão em discussão na atualidade é que se verifica hoje a abundante difusão de dados e informações, sendo que seu acesso não é garantia de conhecimento, tampouco de aprendizagem (GADOTTI, 2000; COUTINHO E LISBÔA, 2011).

Enquanto a informação é o dado trabalhado, com valor atribuído ou agregado, o conhecimento pode ser definido como “a informação trabalhada, possibilitando a geração de cenários, simulações e oportunidades”, ou seja, uma informação relevante e de propósito definido (REZENDE E ABREU, 2000). Isso significa que o conhecimento está atrelado não somente à exposição de determinado indivíduo à informação, mas, principalmente, à sua competência de refletir diante da informação, estabelecendo conexões com outros conhecimentos a fim de utilizá-los em seu cotidiano (COUTINHO E LISBÔA, 2011).

De fato, a informação constitui a base do conhecimento. Porém, a aquisição do conhecimento vai muito além da aquisição de informação, dependendo de uma série de operações intelectuais que possibilitam a inter-relação mútua das diversas informações adquiridas ao longo da vida, gerando significados que se interiorizam. Sendo assim, ter acesso a informações sobre temas, fatos e acontecimentos não é sinônimo de elaborar significados a respeito dos mesmos, ou seja, o acesso à informação, por mais abundante que seja, não garante a construção do conhecimento (PELLICER, 1997).

Como destaca Pellicer (1997), “na sociedade na tecnologia, o indivíduo está cada vez mais informado, mas menos provido de argumentos”. Discutindo a abundância de informações à qual os indivíduos estão expostos no mundo moderno, a autora sintetiza a grande ironia que envolve o binômio informação-conhecimento, incluindo como atores-chave desse processo os produtores de informações (a mídia):

Enquanto o número de mensagens que uma pessoa pode receber é multiplicado de forma vertiginosa, é reduzida, ao mesmo tempo, a nossa capacidade de expressar um

ponto de vista pessoal sobre a informação que nos bombardeia. Esta situação é o resultado de diferenças nítidas entre os produtores de mídia, que concentram em poucas mãos a capacidade de desenvolver [e disseminar] a informação, e os consumidores, que, apesar de continuarem sendo mais numerosos, não apresentam os mecanismos cognitivos necessários para fazer frente à avalanche de mensagens que recebem. A fronteira que se estabeleceu entre informação e pensamento é um dos problemas graves decorrentes da suposta neutralidade da tecnologia.

Diante desse panorama, pode-se dizer que, efetivamente, vivemos a Era da Tecnologia e da Informação, em que os valores da liberdade individual e da comunicação se tornaram supremos; mas não necessariamente do conhecimento, na medida em que a informação nem sempre resulta na reflexão, elaboração de conexões entre diferentes conhecimentos e aplicação na vida cotidiana. Os mais diversos sistemas educacionais do nosso século apresentam como desafio maior a tentativa de garantir “a primazia do conhecimento, onde o fluxo de informação é vasto e abundante”, e o papel do educador, mais do que nunca, deixa de ser o de transmissor de informações, para se estabelecer como mediador de aprendizagem (MADEIRA ET AL., 2007; COUTINHO E LISBÔA, 2011).

Cabe aqui um destaque à fala de Coutinho e Lisbôa (2011), quando dizem que

Para que a sociedade da informação possa ser considerada uma sociedade do conhecimento é imprescindível que se estabeleçam critérios para [que o indivíduo seja capaz de] organizar e selecionar as informações, e não simplesmente ser influenciado e ‘moldado’ pelos constantes fluxos informativos disponíveis.

1.2.2 Marcos Teóricos em Comunicação

Um dos maiores marcos teóricos em comunicação é representado pelo Relatório MacBride, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1980. Elaborado pela Comissão Internacional para Estudos dos Problemas da Comunicação, presidida por Sean MacBride (daí o nome do documento), fundador da Anistia Internacional e ganhador do prêmio Nobel da Paz, o documento foi denominado “Um mundo, muitas vozes – Comunicação e Sociedade Hoje e Amanhã” e representou um marco para os estudos em comunicação, além de refletir o momento histórico peculiar em que o mundo se encontrava: a Guerra Fria (DE MELO, 2008; DE GÓES, 2010).

Apesar de ter mais de 30 anos de publicação, o documento voltou a ser visitado por diferentes autores nas primeiras décadas do século XXI, no contexto da discussão da “sociedade da informação”. Ainda que o cenário político tenha sofrido profundas modificações, muitas das teses apresentadas no relatório permanecem vivas e atuais (DE MELO, 2008).

Vale ressaltar que, tanto à época como ainda hoje, existem correntes de estudiosos que receberam bem o relatório, enquanto outras se mostraram contrárias ao documento. Fato é que, apesar de não ser isento de críticas, o relatório MacBride foi “o primeiro, na história dos estudos de comunicação, a ser gerado dentro de uma organização internacional com o objetivo de tentar estabelecer uma visão de conjunto e global de todos os problemas ligados à comunicação na sociedade contemporânea” (DIAS, 1981).

O contexto do surgimento do relatório MacBride é o de questionamento da ordem vigente internacionalmente, especialmente no que diz respeito à concentração midiática dos fluxos de comunicação. O grupo de estudos que deu origem ao relatório identificou que o fluxo de informações se dava de forma ordenada e concentrada nos sentidos Norte-Sul e Oeste-Leste, ou seja, dos países mais ricos e desenvolvidos, para os mais pobres (DE GÓES, 2010). Diante desse cenário, o documento se propõe a chamar atenção para os desequilíbrios internacionais e as desigualdades regionais no panorama das comunicações, propondo soluções (considerada utópicas, por muitos) para contorná-las (DE MELO, 2008).

O relatório foi considerado fundamento para a promoção da implantação de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), baseada em maior justiça e equilíbrio (DIAS, 1981; DE MELO, 2008; DE GÓES, 2010).

Um dos aspectos principais do relatório é sua proposição de que o processo comunicacional é base para o alcance dos demais direitos humanos (ALCURI ET AL., 2012). O relatório atribui sentido amplo à comunicação, quando afirma que “comunicação não se reduz à informação. É fator determinante de todos os processos sociais e elemento fundamental no modo de organização das sociedades” (MACBRIDE, 1980).

Com isso posto, o documento destaca que “todo mundo tem o direito de comunicar” (MACBRIDE, 1980), não somente no sentido de ser informado, como

também no de contribuir de alguma forma para efetivar a comunicação (ALCURI ET AL., 2012):

Insiste-se na necessidade de respeito ao público, que deve ser visto como sujeito e não como objeto do processo, devendo-se favorecer sua participação e seu acesso aos meios de comunicação, bem como a todas as formas de comunicação bi ou multidirecionais. Em consequência, não se pode mais falar apenas em liberdade de 'receber' a comunicação, mas no direito amplo de comunicar de todo o público (MACBRIDE, 1980).

A defesa do direito à comunicação por parte do documento se fundamenta no modelo de transmissão de informação predominante no século XX, de fluxo unidirecional, com conteúdos distorcidos e controlados por minorias, o qual persiste até hoje (ALCURI ET AL., 2012).

Como coloca Madeira (2010), em consonância com o defendido pelo relatório MacBride, “ter acesso à informação, não só ao seu consumo, mas também à sua produção, é fator relevante para a melhoria da qualidade de vida de um cidadão e, consequentemente, é também fator relevante para a saúde”.

O ponto de vista do relatório MacBride sobre comunicação, bem como o destaque que dá ao direito à comunicação, é compartilhado pelas políticas brasileiras de Promoção da Saúde e de Alimentação e Nutrição, as quais incentivam o diálogo (comunicação bidirecional) e a promoção de autonomia e empoderamento da população para que as decisões em alimentação e saúde sejam tomadas pelos indivíduos de forma fundamentada, consciente e participativa, recebendo a comunicação um papel de destaque nesse processo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b; 2015).

1.2.3 Políticas de Comunicação no Brasil

Uma política pública pode ser definida como “conjunto de diretrizes implementadas pelo Estado que conduzam a ações voltadas para a garantia de direitos sociais e para o cumprimento de deveres, configurando-se assim em um compromisso público que visa dar conta de determinadas demandas sociais” (MADEIRA, 2010).

Levando em consideração que a comunicação e o acesso à informação são direitos humanos e sociais, seria esperado que estes fossem temas de políticas públicas específicas. Entretanto, a comunicação é compreendida, no contexto do

capitalismo, como a “principal garantidora e alavancadora da liberdade de mercado, por meio da teoria do livre fluxo de informação”. Sendo assim estabelece-se uma situação conflituosa: uma vez que o Estado estabeleça um conjunto de diretrizes que norteiem os meios de comunicação, essas podem configurar ações de censura, o que ameaça os direitos humanos e a liberdade. Além disso, as políticas devem, em um Estado democrático, ser formadas a partir da inclusão dos atores sociais, e o que se verifica na realidade atual (o que já era explicitado pelo relatório MacBride) é a exclusão de grande parte desses atores, ou seja, um cenário muito pouco democrático (RAMOS, 2005).

Esse é justamente o cerne do debate sobre um novo marco regulatório das comunicações no Brasil, que tem postergado medidas concretas nesse sentido. Argumenta-se que a legislação brasileira é muito defasada e está fora dos padrões internacionais, já que data de 1988. Nestes quase 30 anos, uma série de novas tecnologias foi originada e verificou-se convergência de mídias, e a legislação vigente não acompanhou tais transformações (MNDH, 2011).

O sistema de comunicação brasileiro atual é marcado pela falta de pluralidade e diversidade, o que reduz cada vez mais a participação pública nos meios de comunicação, já que os grupos que concentram o domínio dos meios de comunicação limitam o direito à comunicação e liberdade de expressão dos cidadãos (MNDH, 2011).

Idealmente, faz-se necessária a formulação de um programa de políticas democráticas de comunicação no Brasil, visando o reconhecimento da comunicação como política social, com base no direito fundamental à comunicação (RAMOS, 2005).

1.2.4 Informação, Comunicação e Educação para a Saúde

Considerando a informação como a base do conhecimento, e este como recurso fundamental para a tomada das decisões em saúde, incluindo aí a alimentação, num processo autônomo, voluntário e reflexivo de indivíduos e coletividades, fica evidenciado o papel fundamental da oferta de informação de qualidade, bem como do acesso à mesma no contexto de Promoção da Saúde (BRASIL, 1990; 2013; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002; 2013; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012).

Nesse sentido, o acesso à informação é apontado como um dos aspectos da base sólida que deve compor as ações de Promoção da Saúde, possibilitando “assegurar oportunidades e recursos igualitários para capacitar todas as pessoas a realizar completamente seu potencial de saúde”. O total e contínuo acesso à informação, como potencial ferramenta de promoção do conhecimento, recebe destaque como uma forma de desenvolvimento pessoal e das comunidades, favorecendo a realização de opções que conduzam a uma saúde melhor (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

A Política Nacional de Promoção da Saúde (2015) destaca, entre seus eixos operacionais, a produção e disseminação de conhecimentos e saberes, no sentido de compartilhar e divulgar informações em saúde com a coletividade. Entretanto, vai além da disseminação da informação quando insere também, dentre os eixos, a educação (e formação) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

A educação é tema central de outra política pública nacional em saúde, bem como de uma das estratégias fundamentais da Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, a saber, a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS – MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012) e a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), respectivamente.

A PNEPS tem como um dos objetivos específicos “contribuir com a implementação de estratégias e ações de comunicação e informação em saúde identificadas com a realidade, linguagens e culturas populares”. Para tanto, dentre suas diretrizes para a prática de educação popular em saúde, estão presentes a problematização, que leva em conta as vivências, potencialidades e capacidades de cada sujeito, possibilitando a formulação de conhecimentos e a ampliação do olhar sobre a realidade; bem como a construção compartilhada do conhecimento, inserindo os sujeitos em processos comunicacionais e pedagógicos que possibilitem a compreensão e transformação das ações de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Voltando o olhar especificamente para a alimentação como determinante da construção da saúde, a EAN, enquanto processo educativo, não se resume apenas aos processos de comunicação e informação. Entretanto, assim como para a produção do conhecimento, “a forma como a comunicação é desenvolvida é fundamental e influencia, de maneira decisiva, os resultados” das ações em EAN. Diferentes aspectos da comunicação no contexto da EAN destacam que essa não

deve se limitar à transmissão de informações, envolvendo a construção partilhada de saberes, de práticas e de soluções, bem como da comunicação realizada para atender às necessidades dos indivíduos e grupos, no sentido de promover conhecimento (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012).

Assim, a informação e a comunicação para a saúde devem, idealmente, ser promovidas no contexto de educação em ou para a saúde, compreendendo a educação como “processo de construção, socialização, troca de experiências sobre cultura e conhecimento popular e científico acumulados pela humanidade”, o qual possibilita a transformação do indivíduo e o desenvolvimento de suas potencialidades (CERVATO-MANCUSO ET AL., 2015).

Entretanto, o que se verifica na realidade atual são tentativas de educação para a saúde essencialmente baseadas em métodos transmissionais e exógenos ao sujeito, os quais não favorecem o intercâmbio, a construção compartilhada de saberes e, em última instância, não promovem autonomia (BIZZO, 2002).

Isso se dá porque o modelo de educação em saúde predominante hoje é derivado do modelo biomédico, de essência paternalista e informativa, marcado pela mera prescrição de comportamentos ou atitudes, tornando os indivíduos mais dependentes, em lugar de promover a autonomia necessária para que atuem como agentes de seu próprio desenvolvimento (BIZZO, 2002; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Tipicamente, os profissionais brasileiros da área da saúde não são munidos, ao longo de sua formação e posteriormente, no desenvolvimento da prática profissional, de recursos que lhes possibilitem propiciar um “verdadeiro enlace comunicacional”, o que resulta em uma comunicação falha, dificultosa, unidirecional entre profissional e indivíduos ou coletividades (BIZZO, 2002; VIEIRA ET AL., 2013).

É necessário ter em mente, contudo, que os profissionais da área da saúde não são os únicos envolvidos na educação para a saúde. Como coloca Castiel (2003), profissionais do jornalismo desempenham um papel educativo em saúde na medida em que produzem o conteúdo veiculado pela mídia que servirá de fonte (ao menos parcial) de informação para grande parte da população, informação essa que participa da “construção de conteúdos simbólicos em saúde”, no desenvolvimento do conhecimento que fundamenta decisões a respeito da saúde dos indivíduos.

1.2.5 Política Nacional de Informação e Informática em saúde

Apesar da falta de políticas públicas em comunicação no Brasil, e mesmo de um novo marco regulatório, o país conta com uma política de informação em saúde (PNIIS, 2013). Segundo Braman (2006), “a política de informação é aquela que engloba leis e regulamentos que lidam com qualquer estágio da cadeia da produção da informação”.

No contexto da comunicação, e levando em conta o exposto anteriormente acerca das políticas de comunicação no Brasil, seria esperado que a política nacional de informação e informática em saúde tratasse da regulamentação da disseminação de informações em saúde no país pelos meios de comunicação. Entretanto, tal política está inserida em outro subdomínio das políticas da informação, voltada ao arquivamento de informação da área da saúde, de estatísticas médico-sanitárias, no intuito de operacionalizar o Serviço Único de Saúde (SUS) (CAVALCANTE E PINHEIRO, 2013).

Assim, a PNIIS se propõe a “subsidiar os processos de produção e difusão do conhecimento, gestão, organização da atenção à saúde e controle social”, se utilizando da tecnologia da informação para integrar o sistema de informações em saúde. Na política, a informação em saúde é tratada como sinônimo de “dados em saúde”: “informação de saúde pessoal é toda aquela atinente à gestão, à vigilância e à atenção à saúde individualmente identificada ou identificável” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013a).

De fato, os dados em saúde necessitam ser homogeneizados e sistematizados, no sentido de produzir indicadores de saúde que possam ser compartilhados em âmbito nacional, no intuito de avaliar o sucesso das políticas em saúde e subsidiar as tomadas de decisão de profissionais e gestores, como proposto pela própria política (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013a).

Na prática profissional, alguns dos usos potenciais mais importantes da informação e informática em saúde destacados pela PNIIS são a maior facilidade e organização dos registros rotineiros, “oportunizando a realização de consultas e relatórios sobre as informações produzidas, facilitando o agendamento, a referência e a contrarreferência de usuários” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013a).

Fica explicitado que a PNIIS trata fundamentalmente de dados em saúde, os quais podem facilitar o acesso aos serviços de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE,

2013a). Mas não diz respeito à informação que circula na sociedade, destacada em outras políticas como capaz de fortalecer o senso crítico e as capacidades de análise e de tomada de decisão pelos indivíduos e coletividades (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b).

1.3 MÍDIA DE MASSA: CONCEITO, PANORAMA HISTÓRICO E TEORIAS

O conceito de mídia de massa está atrelado ao de comunicação em massa, caracterizada por “qualquer forma de comunicação transmitida por meio de um canal que atinge, simultaneamente, um grande número de pessoas”. As mídias de massa são, portanto, os canais que transmitem a informação em grande escala, possibilitando a comunicação em massa, e são hoje representados por rádio, televisão, jornais, revistas, e a internet, por meio de computadores, e, mais recentemente, *smartphones* e *tablets* (WIMMER E DOMINICK, 2012).

O termo “imprensa”, por outro lado, é utilizado pela legislação brasileira (BRASIL, 1967) para definir os serviços de radiodifusão e das agências de notícia, ou seja, os meios diversos de divulgação de informação ao público através dos mecanismos de difusão contemporâneos (rádio, televisão e internet). Dessa forma, em muitos momentos os conceitos de mídia e imprensa se confundem.

Historicamente, é a partir do desaparecimento do feudalismo, do crescimento dos Estados Nacionais e do desenvolvimento de atividades econômicas pelas classes médias que a imprensa começa a se desenvolver, iniciando-se pela tipografia, a partir de cartas e relatos que passam a ser essenciais no intercâmbio de informações (PAULINO, 2008).

Mais tarde, ao longo do Iluminismo, foram desenvolvidos espaços específicos para o intercâmbio de opiniões e ideias (*coffee-houses*, *sallons* e comunidades comensais), inicialmente sobre as produções literárias, e posteriormente sobre política. Dessa forma, nascia e crescia uma intelectualidade crítica, que passou a mediatizar seus debates por meio de impressos, originando as instituições de comunicação (SANTOS, 1998). Assim, a imprensa, tal como é conhecida e praticada nas sociedades democráticas modernas, surgiu e se desenvolveu a partir de uma necessidade de emancipação da sociedade civil (PAULINO, 2008).

A partir do século XIX, o crescente nível de alfabetização da população europeia possibilitou a leitura e compreensão dos materiais impressos por um número cada vez maior de pessoas. A imprensa foi ganhando grande importância, principalmente na esfera política, sendo considerada, quando independente, “vital para o desenvolvimento de uma política democrática, onde a diversidade de opiniões pudesse ser expressa e onde as atividades daquele que governa pudessem ser examinadas, criticadas e, se necessário, restringidas” (THOMPSON, 1995).

Dada sua relevância, com a separação dos poderes, a imprensa passou a ser qualificada como o “quarto poder”, representando a esfera pública, e contando com meios mais poderosos e uma audiência cada vez mais vasta (PAULINO, 2008).

No Brasil, tal como um país colonizado, o desenvolvimento da mídia foi diferente. A imprensa teve um surgimento tardio, já que a política colonial de Portugal procurava isolar o Brasil do mundo, impedindo a impressão de livros e jornais em solo brasileiro. Apenas em 1808 surgiu o Correio Braziliense, primeiro jornal brasileiro, editado e distribuído, porém, a partir de Londres. No mesmo ano, foi lançada a Gazeta do Rio de Janeiro, este sim impresso no Brasil, mas com pauta limitada à publicação de decretos da Corte e cobertura das atividades da família real. Anos mais tarde, em 1821, surgiram novos jornais, muitos deles ligados aos liberais e à maçonaria, mas somente na passagem do século XIX para o XX é que a imprensa brasileira ganhou uma estrutura empresarial, dando origem à “grande imprensa” (AZEVEDO, 2006).

Contudo, a era da comunicação de massa no Brasil veio somente a partir da década de 1950, com a chegada da televisão, a popularização do rádio (já presente desde a década de 1930) e a efetiva modernização industrial, comercial e gráfica dos jornais (AZEVEDO, 2006). De acordo com o teórico da comunicação Harold Lasswell, os meios de difusão surgiram como instrumentos indispensáveis para a “gestão governamental das opiniões”, partindo do telégrafo e alcançando a televisão e a radiocomunicação, exatamente como se verificou no Brasil (MATTELART E MATTELART, 2005).

Não por acaso, nessa mesma época o modelo modernista de desenvolvimento originado nos países de “Primeiro Mundo” estava sendo amplamente difundido para os países de “Terceiro Mundo”, tendo a mídia de massa um papel central nesse processo (MELKOTE E STEEVES, 2001). Segundo o

modelo de Lerner (1958), uma mídia onipotente, bem como a urbanização, alfabetização, e a participação econômica e política da população eram componentes fundamentais para o desenvolvimento social. À mídia de massa era atribuído o potencial de “soprar os ventos da modernização para comunidades isoladas tradicionais e substituir sua estrutura de vida, valores e comportamento por aqueles característicos das sociedades ocidentais modernas” (MELKOTE E STEEVES, 2001).

A mídia pode ser vista, desde sua origem nos países em desenvolvimento, portanto, não como um mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, mas como instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social (LUCA, 2006).

Nos dias atuais, a grande mídia nacional brasileira apresenta como uma das principais características a orientação para a elite (estratos socioeconômicos A e B), considerada “formadora de opinião”. Dessa forma, exerce uma grande capacidade de formatar questões e influenciar percepções e comportamentos, compensando, assim, a baixa penetração nas camadas populares (AZEVEDO, 2006). E os meios de comunicação no Brasil não somente apresentam a característica de direcionamento à elite, como também de controle por essa minoria que detém a maior parte dos bens materiais, constituindo a chamada concentração de bens culturais, como a informação (BURITY, 2010).

Neste contexto, a mídia de massa não pode ser vista, ingenuamente, como mera tradutora dos acontecimentos em discursos e imagens, por mais que, em tese, se proponha à isenção. Todo o complexo processo de elaboração dos produtos da mídia de massa passa pela seleção, categorização, comparação e hierarquização sistemáticas de acontecimentos, de acordo com construções sociais (NATANSOHN, 2004).

A mídia seleciona determinados fatos em detrimento de outros, ao mesmo tempo em que cria os fatos midiáticos, na medida em que torna coletivos fatos inicialmente privados, anônimos, desconhecidos à maioria dos indivíduos. E a vida em sociedade exige a criação do “fato coletivo”, que orienta os cidadãos em seu cotidiano. Dessa forma, a mídia pode ser considerada necessária para a vida em sociedade, e, assim sendo, ocupa um lugar de poder (LEFEVRE, 1999).

Ao construir um fato coletivo, uma forma específica de enxergar e interpretar os fatos (seja do profissional comunicador, da instituição que representa, do meio de

comunicação de que se utiliza, e assim por diante) é empregada e será disseminada, atingindo o público carregada de intencionalidades, ainda que essas não sejam claras, na maior parte das vezes. Daí emanam as hipóteses de *agenda setting* e *framing*, e se faz necessária a contextualização por meio da Teoria das representações sociais.

1.3.1. Teoria das Representações Sociais

As teorias da representação foram reconstruídas na passagem do século XIX para o século XX, momento histórico caracterizado por ideais revolucionários e construção de novos valores, ideias e concepções do mundo. Alguns dos teóricos dessa fase foram Schutz, Marx, Weber, e Durkheim (REIS E BELLINI, 2011).

Emile Durkheim, ao elaborar o conceito de representações coletivas, definiu-as como “as formas de conhecimento, do senso comum ao pensamento científico, ou as ideias produzidas socialmente e que não podem ser explicadas como fenômenos da vida individual, tampouco pelos fenômenos psicológicos” (MORIGI, 2004). Para o autor, a sociedade elabora formas de pensamento para expressar sua realidade, as representações coletivas, e o indivíduo acaba sofrendo pressão das representações dominantes na sociedade (MORIGI, 2004; REIS E BELLINI, 2011).

É a partir desse conceito que o psicólogo social Serge Moscovici, em 1961, elaborou a teoria das representações sociais, no intuito de “acompanhar, explicar e tentar compreender como ocorre a formação do pensamento e do conhecimento social”, de forma menos genérica do que as representações coletivas, propostas por Durkheim (PAVARINO, 2004).

Dois pontos principais estão envolvidos na crítica de Moscovici à teoria de Durkheim, levando-o a desenvolver a sua própria: o primeiro diz respeito ao fato de que a ciência, a religião, os mitos, a ideologia e outros fenômenos sociais e psíquicos podem ser a origem das representações, e é importante buscá-los; o segundo se refere ao fato de nossa sociedade ser altamente complexa e dinâmica e envolver múltiplos sistemas, o que torna a teoria das representações coletivas algo estático demais para estudá-la (MOSCOVICI, 2004).

Moscovici destaca que as representações sociais são “fenômenos específicos que estão relacionados com o modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto realidade quanto senso comum” (MOSCOVICI, 2004). Esses

fenômenos constituem “uma forma de pensamento social que inclui as informações, experiências, conhecimentos e modelos que, recebidos e transmitidos pelas tradições, pela educação e pela comunicação social, circulam na sociedade” (PAVARINO, 2004).

A teoria das representações sociais é considerada típica das sociedades pensantes, e, ao contrário de outras teorias da psicologia social, defende que cada indivíduo participa, de forma marcante, desta sociedade, não como receptor passivo, mas elaborando o pensamento social ao avaliar e reavaliar seus problemas e soluções (PAVARINO, 2004).

De acordo com Denise Jodelet (2001), responsável pela criação de uma das correntes teóricas complementares à grande teoria, a representação social é marcada por quatro características fundamentais:

- é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito);
- tem com seu objeto uma relação de simbolização, e ele um sentido simbólico; e de interpretação, atribuindo-lhe significações;
- será apresentada como uma forma de saber, uma forma de conhecimento;
- esse saber é produzido a partir de experiências, e está sujeito a contextos e condições;
- serve para agir sobre o mundo e sobre o outro.

Assim, a teoria das representações sociais trata, essencialmente, da análise da construção e transformação dos saberes sociais, ou seja, aqueles que são produzidos no cotidiano e pertencem à sociedade, sendo partilhados pelos indivíduos e influenciando-os (REIS E BELLINI, 2011).

As representações sociais podem ser formadas a partir de dois universos de pensamento: o consensual, onde as representações sociais são produzidas, onde o conhecimento é espontâneo, e opiniões e respostas aos mais variados assuntos são elaboradas, apreendidas e compartilhadas nos diversos ambientes, entre as pessoas e por intermédio da mídia; e o reificado, caracterizado como o científico, onde se verifica uma dicotomia marcante: certo e errado, verdadeiro e falso, autorizado e não autorizado, qualificado e não qualificado (PAVARINO, 2004).

Moscovici (2004) destaca que as representações sociais, enquanto fenômeno, apresentam uma finalidade bem marcante – tornar familiar algo não-familiar, já que os universos familiares constituem a zona de conforto dos indivíduos, onde eles querem ficar, por não haver conflitos. Nesse sentido, apresentam duas

funções específicas: convencionalizar ou categorizar os objetos, pessoas ou acontecimentos, dando-lhes uma 'forma definitiva', mesmo quando o objeto ou a pessoa não se adequa exatamente ao modelo, este condicionado por nossas representações e por nossa cultura; e se impor a nós de forma prescritiva, graças à estrutura à qual estamos sujeitos e às tradições que decretam o que deve ser pensado (MOSCOVICI, 2004).

Para poder assimilar, transformar em familiar algo que não o seja, caracterizando a geração de representações sociais, dois processos são fundamentais: a ancoragem e a objetivação. Por meio da ancoragem (fase simbólica), ocorre a tentativa de classificar, encontrar um lugar e dar nome ao que não é familiar, o que necessita da memória em constante movimento. A objetivação (fase figurativa) é responsável por elaborar conceitos e imagens sobre o que está sendo assimilado, para que isso possa ser reproduzido no mundo exterior, para os outros, materializando o que inicialmente era abstrato, a partir dos registros individuais previamente existentes. Como resultado, as representações sociais “exercem o papel de intermediárias entre o conceito e sua percepção, entre o sistema cognitivo e a estrutura social, tornando-os intercambiáveis” (MOSCOVICI, 2004).

Abric (2000) propõe quatro funções que sustentam as representações sociais: função de saber (permitem compreender e explicar a realidade); função identitária (definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos); função de orientação (guiam comportamentos e práticas); e função justificadora (permitem a justificativa das tomadas de decisão e dos comportamentos).

A comunicação social se dá de diferentes formas: entre indivíduos (interindividual), a partir de instituições (institucional) e por meio das mídias de massa (midiática), e, por meio de todas elas, interfere na construção social da realidade em que os indivíduos estão inseridos (SIMONEAU E OLIVEIRA, 2014).

Para Jodelet (2001), a comunicação se faz relevante na constituição das representações sociais por ser o vetor transmissor da linguagem, ela mesmo portadora de representações; por repercutir processos do pensamento social, já que é influenciadora de interação social, consenso, dissenso e polêmica; e por contribuir para a elaboração de representações pertinentes à vida e funcionamento dos grupos sociais.

Moscovici propôs uma classificação dos meios de comunicação em três sistemas ou gêneros, em função de alguns aspectos principais: a fonte da informação, a lógica das mensagens e sua função sobre os receptores (SIMONEAU E OLIVEIRA, 2014). Tais sistemas ressaltam o poder de influência das mídias de massa nas relações simbólicas entre os indivíduos, em confluência com o que propõe a hipótese de *agenda setting* (PAVARINO, 2004), explorada mais adiante.

O primeiro gênero, a Difusão, se refere ao controle da opinião pública (PAVARINO, 2004), sendo direcionado a um público amplo e heterogêneo. Esse sistema é característico das mídias de massa, e tem como objetivo criar um interesse comum sobre determinados assuntos, mas também adaptar-se às necessidades e interesses de seus receptores. As mensagens geralmente transmitidas por meio desse sistema são pouco estruturadas, favorecendo a compreensão e ordenação por parte dos receptores segundo suas perspectivas e atitudes (SIMONEAU E OLIVEIRA, 2014).

O segundo gênero é a Propagação, considerado instrumento de regulação de crenças e atitudes (PAVARINO, 2004). Nesse sistema, as mensagens são mais estruturadas, seu emissor detém autonomia e autoridade, e não há reciprocidade entre ele e o receptor. Seus receptores, por sua vez, compõem grupos que compartilham de normas cognitivas e sociais comuns, unitárias, e contam com um sistema de valores particular. Seu objetivo é orientar e controlar informações contrárias à crença propagada, no sentido de preparar e controlar uma conduta, conferindo-lhe um significado que não possuía previamente; ou por meio da organização de uma teoria de modo a se tornar compatível com os princípios e sistema de valores daquele grupo (SIMONEAU E OLIVEIRA, 2014).

E o terceiro, a Propaganda, está mais voltado a interferir sobre o comportamento do receptor, estruturando as mensagens com base em dicotomias, de modo a reduzir o “leque de significações” que permitiria que o receptor desenvolvesse análise crítica, relativizasse e interpretasse as mensagens livremente (SIMONEAU E OLIVEIRA, 2014).

Assim, as mídias de massa constituem um importante componente da teoria das representações sociais, na medida em que são, ao menos em parte, responsáveis pela produção dos sentidos que circulam na sociedade, pelo modo com as pessoas organizam e estruturam a realidade que as circunda (MORIGI, 2004; PAVARINO, 2004). As mídias de massa, portanto, enquanto elo entre o

indivíduo e a sociedade, entre o particular e o coletivo, são extremamente atuantes na sociedade atual, bem como fundamentais em sua organização (PAVARINO, 2004).

1.3.2 *Agenda-setting e Framing*

O conceito de *agenda-setting*, apesar de ter surgido no início da década de 1970, tendo sido cunhado como termo por Maxwell Mc Combs e Donald Shaw, permanece, ainda hoje, como um modelo hipotético inacabado no cenário da Teoria da Comunicação, dentre os diferentes modelos que abordam os efeitos da mídia sobre a audiência (FORMIGA, 2006).

Sua primeira definição, de 1972, estabelecia, no contexto de envolvimento dos eleitores e interesse político, uma relação direta e causal entre o conteúdo da agenda da mídia (temas abordados pelos meios de comunicação de massa) e a percepção pública (McCOMBS E SHAW, 1972). Os autores destacaram, àquela época, a colocação de Cohen como a que provavelmente melhor definia a hipotética função de *agenda-setting* da mídia de massa: “a imprensa pode não obter sucesso na maior parte do tempo em dizer às pessoas *o que* pensar, mas é incrivelmente bem-sucedida em orientá-las *sobre o que* pensar” (COHEN, 1963).

A hipótese foi evoluindo e, vinte anos mais tarde, era definida como o fato de que “a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá”. Nessa definição, a partir da fala e discussão de pessoas a respeito dos temas abordados pela mídia, o conceito de *agenda-setting* se torna ainda mais complexo, uma vez que não mais se resumiria a “sobre o que” as pessoas pensam, como também sobre o que discutem, e que informações compartilham (BARROS FILHO, 1995).

Com a passagem de mais duas décadas, um dos primeiros autores a propor a definição de *agenda-setting*, dando continuidade aos seus estudos nessa temática, aprimorou o conceito definindo o modelo como a “capacidade de influência dos meios na relevância das questões do repertório público” (McCOMBS, 2004). Da relação direta e causal da definição original do autor, a função de *agenda-setting* da mídia de massa passou a ser vista com mais cautela, como capacidade de influência.

Fato é que, ainda que seja considerada uma hipótese inacabada na Teoria da Comunicação, “o pressuposto fundamental do *agenda-setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pela mídia” (COLLING, 2001).

Os indivíduos, portanto, teriam a tendência de incluir ou excluir de seu próprio conhecimento (no sentido mais restrito da palavra) os conteúdos incluídos ou excluídos dos materiais midiáticos. Da mesma forma, os indivíduos e coletividades dariam maior ou menor importância a determinados temas tornados públicos pela mídia de acordo com a forma de abordagem dos mesmos (posicionamento relativo ou quantidade de cobertura). E a mídia, ciente disso, tornaria intencionalmente algumas questões mais salientes na mente das pessoas, mais acessíveis às suas memórias, principalmente por meio de sua capacidade de dar maior ou menor visibilidade aos acontecimentos, a qual não necessariamente corresponde à sua importância ‘real’ (COLLING, 2001; SCHEUFELE E TEWKSBURY, 2007).

Mas não somente a agenda da mídia tem a capacidade de interferir na construção de ideias, pensamentos e conteúdos dos receptores, como os interesses do receptor podem influenciar nos conteúdos abordados pela mídia, principalmente em duas condições: quando existe um elevado nível de percepção, por parte tanto da mídia, quanto do receptor, da relevância para o tema em questão; e quando, por parte da mídia, é percebido um grau de incerteza importante em relação ao domínio do tema pelos receptores, o que aumentaria a motivação da mídia em informar (COLLING, 2001).

Um aspecto bastante interessante desse modelo hipotético é que existem correntes teóricas mais flexíveis e outras mais radicais a respeito dos efeitos da *agenda-setting* sobre o público receptor, sendo estes considerados limitados pelo primeiro tipo de corrente (paradigma institucional), na dependência, principalmente, de fatores como o grau de exposição do receptor às diferentes mídias, o tipo de mídia que está abordando o tema em questão, o grau de relevância e interesse que o receptor dá ao tema, o grau de incerteza que o receptor apresenta sobre o tema, e os diferentes níveis de comunicação interpessoal que a mídia desenvolve (COLLING, 2001).

Levando em conta o cenário atual das tecnologias de comunicação no século XXI, marcado pela presença das mídias sociais no cotidiano de um número

crescente de pessoas, a *agenda-setting* não pode mais ser compreendida como um monopólio da grande mídia (BOYNTON E RICHARDSON JR, 2015).

As mídias sociais entraram em cena em meados do ano 2000, e em 2013 seu alcance já era correspondente, ou até superior, em algumas localidades, ao alcance da televisão, que chegou ao Brasil cinco décadas antes. Tais mídias se caracterizam como um “domínio independente para discussão pública” dos mais variados temas, um modo novo e distinto de comunicação em larga escala, que dá voz às pessoas, possibilita interação e ampliação de ideias de uma forma sem precedentes (BOYNTON E RICHARDSON JR, 2015). A teoria da *agenda-setting* deve, com isso, continuar sendo trabalhada e modificada, apreendendo e compreendendo o funcionamento e papel da grande mídia nesse novo contexto comunicacional.

O conceito de *framing*, por sua vez, é mais recente que o de *agenda-setting*, e surge no sentido de que a mídia não somente ofereceria uma gama de assuntos pelos quais os indivíduos virão a se interessar e sobre os quais conversarão, como também teria o poder de dizer aos receptores *como* deveriam pensar esses assuntos. Assim, ainda que não haja uma definição absolutamente precisa sobre o termo, o *framing* ou enquadramento se refere ao fato de que a forma como os temas são caracterizados nas notícias veiculadas pela mídia influencia em como os mesmos são compreendidos pela audiência (COLLING, 2001; SCHEUFELE E TEWKSBURY, 2007).

A conceitualização de *framing* pode, na realidade, abordar dois diferentes espectros. Um deles se refere aos protocolos profissionais para os jornalistas e comunicadores, ou seja, os modelos ou padrões de apresentação utilizados habitualmente para apresentar as informações em materiais midiáticos. Para esses profissionais, o enquadramento de um tema é uma ferramenta necessária para reduzir a complexidade de um assunto, levando em conta que as diferentes mídias apresentam limitações de espaço (como ocorre nos jornais e revistas) e tempo (como ocorre no rádio e televisão) (CASTILE, 2003; SCHEUFELE E TEWKSBURY, 2007).

O segundo espectro do *framing* diz respeito aos esquemas cognitivos existentes no público receptor da informação, suas estruturas mentais, que estão relacionadas à forma como as pessoas utilizam as informações e os recursos apresentados na formação de impressões e opiniões pessoais (CASTILE, 2003; SCHEUFELE E TEWKSBURY, 2007).

Em ambos os espectros o *framing* não se refere aos temas, assuntos ou questões selecionadas e abordadas pela mídia, e sim às formas como esses são apresentados para o público. Porém, à semelhança da *agenda-setting*, a magnitude dos efeitos do *framing* será variável de acordo com o ajuste entre a construção do enquadramento, no sentido de sugerir como um assunto deve ser encarado ou ‘pensado’, e a presença desses ‘quadros’ na gama de conhecimentos prévios da audiência ou na própria mensagem transmitida (SCHEUFELE E TEWKSBURY, 2007).

Quanto mais reduzido for o conhecimento do receptor acerca do tema ou sua familiaridade com o mesmo, maior o efeito do *framing*, quando o produto midiático também traz informações novas e esclarecimentos sobre o tema em questão, já que tudo ou grande parte do que o receptor conhece a respeito do tema, nesse caso, terá sido provido pela mídia, com a utilização de enquadramento específico. Em contrapartida, na mesma condição de pouco conhecimento ou familiaridade com o tema, mas no caso de o produto midiático não prover informações novas e esclarecimentos, o efeito do enquadramento não será notório. Ou, ainda, no caso de o receptor já dominar o tema, em alguma medida, mais uma vez o enquadramento apresenta efeitos limitados, já que existe uma compreensão prévia em seus esquemas cognitivos que refreia um direcionamento tão marcante da mensagem (SCHEUFELE E TEWKSBURY, 2007).

Em ambas as hipóteses ou teorias está implícito o fato de que as mídias de massa constituem não somente um elemento de influência sobre a percepção, compreensão e interpretação da realidade, como compreende a Psicologia Social, mas, para o campo da Comunicação, as mídias de massa são o elemento fundamental entre o indivíduo e a sociedade. É justamente ao abordar a relação do indivíduo com a sociedade que as hipóteses do *agenda-setting* e do *framing* conversam com a Teoria das Representações Sociais (PAVARINO, 2004).

1.4 O JORNAL COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO E DE ACESSO À INFORMAÇÃO

O jornal impresso, em sua forma tradicional, ocupa, ainda hoje, uma posição privilegiada, sendo caracterizado como uma autoridade em mídia ou, como alguns preferem chamar, o “pai das mídias” (IPSOS MARPLAN, 2008).

O surgimento de novas mídias, como a televisão, em meados do século XX, e, mais tarde, a TV por assinatura e a internet, a qual ganha um público cada vez mais numeroso e fiel, gerou a necessidade de adaptação dos jornais para que os mesmos continuassem a atrair a atenção do público. E, apesar do temor inicial, de modo geral, os jornais souberam se adaptar a esse novo cenário, seja por meio do lançamento de versões digitais ou pela inovação dos formatos impressos, com reportagens mais dinâmicas e atraentes, voltadas à leitura rápida. O resultado disso é que o Brasil é um dos poucos países em que se verificava, até a última década, crescimento da circulação de jornais (ANJ, 2008).

1.4.1 Números dos Jornais no Brasil

A circulação nacional de jornais impressos, apesar de ter demonstrado queda entre os anos de 2012 e 2014, o que também foi verificado entre 2008 e 2009, apresentou crescimento entre 2010 e 2012 (Tabela 1).

Tabela 1 - Circulação nacional de jornais impressos, por ano e número de exemplares distribuídos diariamente. Brasil, 2015.

Ano	Circulação nacional (milhões de exemplares/dia)	Variação anual (%)
2014	7,6	-8,9
2013	8,5	-3,7
2012	8,8	1,8
2011	8,7	3,5
2010	8,4	1,9
2009	8,2	-3,5
2008	8,5	5,0
2007	8,1	11,8

Fonte: Associação Nacional de Jornais, 2015 (a).

Ao mesmo tempo, é possível verificar um intenso crescimento da leitura online de jornais, destacando a importância desse meio dentre as mídias de massa (Tabela 2).

Tabela 2 - Leitura online de jornais (visitas únicas), segundo ano. Brasil, 2013.

	Jan/2007	Jan/2008	Jan/2009	Jan/2010	Jan/2011	Jan/2012	Jan/2013
Visitas únicas	6.941	10.343	12.782	15.633	18.421	21.968	23.771

Fonte: Associação Nacional de Jornais, 2013.

Em termos regionais, a região Sudeste, seguida pela região Sul, é a que conta com o maior número de títulos de jornais diários e não diários em circulação, apresentando grande diferença numérica em relação às demais regiões brasileiras, como é possível verificar na Tabela 3. O estado de São Paulo é aquele com o maior número de títulos de jornais, superando todos os demais estados brasileiros e sendo responsável pela superioridade numérica da região Sudeste.

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) constrói anualmente um *ranking* dos “maiores jornais do país”, termo utilizado pela própria ANJ com base na média de circulação de cada um deles. Onze títulos brasileiros se destacam como os maiores jornais do país, com circulação superior a 100 mil exemplares por dia (Tabela 4). Dos onze, sete (63,6%) são editados, publicados e distribuídos em estados da região Sudeste, confirmando o que indica a Tabela 3.

Os cinco maiores jornais do Brasil, considerando os dados mais recentes, apresentaram crescimento na média de circulação entre 2013 e 2014, em alguns casos mais discreto (como O Estado de S. Paulo, com crescimento de 1,3%), e em outros bastante robusto (como verificado em O Globo, com crescimento de quase 25%, e na Folha de S. Paulo, com quase 20%). Este é mais um indicativo que de os jornais impressos continuam a figurar como uma importante mídia de massa no país.

Tabela 3 - Quantidade de títulos de jornais brasileiros, segundo tipo, região e estado. Brasil, 2014.

	Jornal diário	Jornal não diário	Total
Norte	44	100	144
Rondônia	9	29	38
Acre	4	2	6
Amazonas	15	4	19
Roraima	3	2	5
Pará	5	26	31
Amapá	5	4	9
Tocantins	3	33	36
Nordeste	71	193	264
Maranhão	15	23	38
Piauí	5	4	9
Ceará	5	30	35
Rio Grande do Norte	10	13	23
Paraíba	7	4	11
Pernambuco	7	19	26
Alagoas	4	7	11
Sergipe	3	10	13
Bahia	15	83	98
Sudeste	366	2.322	2.688
Minas Gerais	72	592	664
Espírito Santo	11	76	87
Rio de Janeiro	63	364	427
São Paulo	220	1.290	1.510
Sul	179	1.055	1.234
Paraná	67	229	296
Santa Catarina	66	337	403
Rio Grande do Sul	46	489	535
Centro-Oeste	62	394	456
Mato Grosso do Sul	18	92	110
Mato Grosso	20	87	107
Goiás	10	161	171
Distrito Federal	14	54	68
Brasil	722	4.064	4.786

Fonte: Associação Nacional de Jornais, 2014.

Tabela 4 – Os maiores jornais do Brasil, ranqueados segundo média de circulação, por título e estado onde são publicados. Brasil, 2015.

Posição no Ranking	Título	UF	Média de circulação	Variação 2013-2014
1	Folha de S. Paulo	SP	351.745	19,3%
2	O Globo	RJ	333.860	24,8%
3	Super Notícia	MG	318.067	5,2%
4	O Estado de S. Paulo	SP	237.901	1,3%
5	Zero Hora	RS	210.661	14,6%
6	Extra	RJ	205.994	-8,7%
7	Daqui	GO	203.157	26,0%
8	Diário Gaúcho	RS	152.310	-4,5%
9	Correio do Povo	RS	123.062	-12,2%
10	Meia Hora	RJ	114.036	-8,9%
11	Aqui	MG	112.187	-13,3%

Fonte: Associação Nacional de Jornais, 2015 (b).

1.5 INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOBRE AS PRÁTICAS ALIMENTARES

Levando em consideração a importância do acesso à informação na escolha de alimentos seguros e adequados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b), bem como a influência da mídia na produção dos sentidos que circulam na sociedade (MORIGI, 2004; PAVARINO, 2004), fica claro que a mídia apresenta um grande potencial de influência sobre as escolhas alimentares dos indivíduos.

1.5.1 A Mídia como Fonte de Informações sobre Alimentação, Nutrição e Saúde

Os temas “nutrição/alimentação” e “saúde” estão entre os que despertam maior interesse na população e, como causa ou consequência, de acordo com a teoria da *agenda setting*, constituem-se como alguns dos principais alvos da mídia (NATANSOHN, 2004; COOPER et al., 2012).

Pesquisa com a população americana apontou que em 1991, 79% concordavam com a afirmação “dieta e nutrição são importantes para mim, pessoalmente”, havendo aumento para 89% vinte anos depois, em 2011, confirmando interesse crescente da população pelo tema (AND, 2011).

Em uma pesquisa recente com mais de sete mil adultos australianos, verificou-se que entre 1995 e 2001, menos de 1% utilizava a internet como fonte de informações a respeito de nutrição, quantidade que aumentou para 9,1% em 2004 e novamente para 33,7% em 2012. Uma proporção de 68,8% dos participantes afirmou que o uso da internet para adquirir informações sobre nutrição é importante no sentido de auxiliar na escolha de alimentos mais saudáveis (POLLARD ET AL., 2015).

Outro trabalho, este desenvolvido com uma amostra representativa da população francesa composta por mais de 27 mil indivíduos, identificou que 48,5% dos usuários de internet de 15 a 30 anos utilizam-na para propósitos de saúde. Destes, quase 80% consideram a internet como uma fonte confiável de informações sobre saúde (BECK ET AL., 2014).

A despeito do crescimento vertiginoso da internet como espaço de atualização e busca de informações, a televisão ainda se constitui como uma fonte importante de informações sobre saúde, conforme destacado por Caron, Lefevre e Lefevre (2015). Na análise de um jornal televisivo de grande audiência, os autores identificaram que, ao longo de 12 meses, o tema 'saúde' apareceu em metade de todas as edições, com mais de uma inserção em 40% delas, evidenciando o destaque que o tema recebe também nessa mídia.

Mas o interesse pelo tema, bem como a abundância de informações, não necessariamente garantem um comportamento alimentar adequado principalmente por dois fatores: a qualidade das informações veiculadas pela mídia é questionável; e, ainda que tais informações possam ser consideradas de boa qualidade, a relação entre o "saber" e o "fazer" é bastante complexa, dado que uma série de fatores interfere nas escolhas alimentares (WOHLDMANN, 2013).

1.5.2 Qualidade das Informações Veiculadas pela Mídia

A forma como os temas são abordados pela mídia é determinada por diversos fatores, tais como a novidade da informação, a possibilidade de criação de polêmica e até mesmo interesses pessoais, o que pode comprometer o processo de comunicação, favorecendo um contexto de desinformação (CASTIEL, 2003; COOPER ET AL., 2012).

Entretanto, a nutrição não é uma ciência de “notícias de última hora”, e a mídia muitas vezes a faz parecer muito mais revolucionária do que evolucionária, como deveria ser vista (ADA, 2000).

Cooper e colaboradores avaliaram a qualidade científica de reportagens jornalísticas relacionadas ao aconselhamento dietético publicadas nos 10 jornais mais vendidos no reino Unido, concluindo que a veiculação de informações incorretas é generalizada no país e pode levar à elaboração de conceitos inadequados sobre alimentação e saúde por parte da população (COOPER ET AL., 2012).

Outro trabalho realizado também no Reino Unido deu conta de que há diferenças significativas na qualidade de reportagens publicadas em diferentes jornais e escritas por diferentes profissionais, colocando em jogo a qualidade das informações que chegam à população (ROBINSON ET AL., 2013).

Segundo a Academia de Nutrição e Dietética norte-americana (AND), estratégias efetivas de comunicação em nutrição devem ter foco em necessidades pessoais e/ou de saúde pública de maior prioridade (FREELAND-GRAVES, NITZKE E AND, 2013). O mesmo órgão destaca que ouvir efetivamente os consumidores sobre os seus comportamentos e preocupações atuais é extremamente necessário para equipá-los com ferramentas e estratégias práticas, relevantes e acionáveis para a implementação e manutenção de mudanças comportamentais (HORNICK ET AL., 2013).

1.5.3 Acesso à Informação e Práticas Alimentares

Apesar de não serem numerosas, pesquisas no Brasil e no exterior já foram desenvolvidas com o objetivo de compreender o potencial de influência do acesso a informações em alimentação, nutrição e saúde sobre as escolhas e práticas alimentares.

Um estudo realizado na Região Sul do Brasil com 573 crianças de escolas municipais teve como objetivo associar a obesidade às práticas alimentares e conhecimentos em nutrição. Ficou demonstrado que crianças com menos conhecimento em nutrição e práticas alimentares menos saudáveis apresentaram cinco vezes mais chance de serem obesas (TRICHES E GIUGLIANI, 2005).

Ainda na Região Sul do Brasil, e estudando crianças, outro grupo de pesquisadores avaliou o estado nutricional de 259 crianças de oito a dez anos, associando-o aos hábitos alimentares e conhecimentos em nutrição. Os conhecimentos foram estratificados em níveis (ruins, bons e ótimos), tendo sido encontrado o maior percentual de conhecimentos ruins entre as crianças obesas. Porém, também entre as crianças obesas foi detectado o maior percentual de conhecimentos ótimos, o que pode indicar que essas crianças estão mais suscetíveis a receber informações sobre o tema devido à sua condição, mas, por uma série de fatores, têm dificuldade de aplicá-los na prática (BERTIN ET AL., 2010).

Um grupo britânico realizou uma revisão sobre o uso de mídia eletrônica interativa (*e-learning*) na facilitação do aprendizado de uma série de assuntos relativos à saúde, e sua contribuição em intervenções para a mudança de comportamento alimentar. Houve grande heterogeneidade nos efeitos estimados do *e-learning* sobre os resultados relativos ao comportamento alimentar, a ponto de não ser possível firmar nenhuma conclusão. Os autores destacam, mais uma vez, que muitos fatores interferem sobre os alimentos presentes no padrão alimentar dos indivíduos, bem como nas razões pelas quais esses alimentos são escolhidos, sendo os fatores ambientais, organizacionais, populacionais e socioculturais determinantes (HARRIS ET AL., 2011).

Finalmente, em uma revisão sistemática bastante recente os autores se dedicaram a examinar exatamente a relação entre o conhecimento em nutrição e a ingestão dietética em adultos (idade ≥ 18 anos), tendo avaliado 29 estudos relativos ao tema, a maioria deles (22) realizados em populações comunitárias. A maior parte (63,6%) dos estudos reportou associações positivas, significativas, mas fracas entre o elevado conhecimento em nutrição e a ingestão dietética, mais frequentemente em relação ao elevado consumo de frutas e vegetais, e consumo reduzido de gorduras. Os autores destacam que a questão em estudo tem recebido atenção limitada no campo da pesquisa científica, por mais que seja muito relevante estudá-la (SPRONK ET AL., 2014).

Outra linha de pesquisas, esta ainda menos volumosa, é aquela em que os estudiosos se dedicam a avaliar o impacto das informações provenientes de diferentes mídias sobre parâmetros do padrão e/ou comportamento alimentar.

Um estudo realizado com adolescentes na Áustria verificou que aqueles que reportaram terem sido expostos a informações sobre nutrição por meio de materiais impressos, internet ou artigos de jornais eram mais propensos a consumir frutas e vegetais diariamente, o que demonstra um potencial de impacto positivo da mídia sobre o comportamento alimentar (FREISLING ET AL., 2010).

Ainda demonstrando um potencial efeito benéfico da mídia, em uma pesquisa realizada com adolescentes e adultos da Região Sul do Brasil, 75,7% dos entrevistados revelaram lembrar-se de propagandas, programas de televisão ou reportagens sobre os benefícios da alimentação adequada, e 89,6% referiram acreditar que a mídia influencia na mudança de comportamento alimentar. Porém, um percentual bastante inferior (44,4%) relatou mudança real do comportamento influenciada pela mídia (VARGAS ET AL., 2010), o que demonstra que o papel da mídia é limitado, dada a tamanha complexidade do comportamento alimentar, o que pode ajudar a elucidar os resultados conflitantes verificados em estudos sobre o tema.

1.5.4 Publicidade e Propaganda de Alimentos e Práticas Alimentares

As sociedades atuais são norteadas pelo consumo, em que o mercado cria e expande supostas necessidades a todo o momento, as quais se transformam em aspirações populares, com o auxílio da mídia de massas (LEFEVRE E LEFEVRE, 2009; 2012). Nesse contexto a publicidade e a propaganda emanam como técnicas utilizadas pelas indústrias e empresas de produtos e serviços para encorajar o consumo (MOURA ET AL., 2010).

Os alimentos beneficiados ou produzidos pelas indústrias são também produtos sujeitos às regras do mercado e, assim, objetos da publicidade e propaganda. De acordo com a teoria das representações sociais, as publicações jornalísticas (notícias, reportagens, entrevistas) estariam inseridas no gênero da Difusão ou no gênero da Propagação, dependendo da intencionalidade de suas mensagens. Mas a publicidade está inserida no gênero da Propaganda, voltado especialmente a interferir sobre o comportamento do receptor (SIMONEAU E OLIVEIRA, 2014).

São muito mais numerosas as pesquisas a respeito da influência da publicidade e propaganda sobre as escolhas e práticas alimentares dos indivíduos e,

uma vez sendo as crianças caracterizadas como mais suscetíveis aos efeitos dessas técnicas, elas constituem o principal público alvo dos estudos (MOURA ET AL., 2010; KELLY ET AL., 2015).

Diferentemente dos resultados de pesquisas sobre a influência de notícias, reportagens e entrevistas sobre o padrão alimentar, que se apresentam por vezes positivos, mas, em outras, neutros e até negativos, quando se fala na influência da publicidade e propaganda, são praticamente unânimes os resultados que apontam para um efeito negativo.

Almeida e colaboradores (2002) desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de analisar a quantidade e a qualidade de produtos alimentícios veiculados pelas três principais redes de canal aberto da televisão brasileira ao longo de 432 horas de programação em dias de semana e 216 horas aos sábados. Os produtos alimentícios foram os mais frequentemente veiculados em qualquer horário e dia de gravação, em comparação a outros produtos. Em relação à qualidade, verificou-se predomínio da promoção de alimentos com altos teores de gorduras e/ou açúcar e sal, exatamente aqueles cujo consumo deve ser controlado.

Dez anos mais tarde, Santos e colaboradores (2012) avaliaram, em um estudo observacional e descritivo, as propagandas veiculadas pela televisão sobre produtos alimentícios e as características nutricionais dos mesmos. Os resultados foram semelhantes aos encontrados por Almeida e colaboradores (2002): foram identificadas 239 propagandas em 336 horas de gravação (correspondentes a 28 dias), sendo que 85% dos produtos anunciados correspondiam ao grupo de doces e gorduras da pirâmide alimentar, estando as frutas e hortaliças absolutamente ausentes nessas propagandas.

Ambos os estudos previamente citados consideram que o predomínio da publicidade e propaganda de alimentos de baixa qualidade nutricional pode contribuir para a mudança de hábitos alimentares entre crianças e adolescentes, aumentando o risco de desenvolvimento de excesso de peso nessa população (ALMEIDA ET AL., 2002; SANTOS ET AL., 2012).

Revisões sobre o tema têm sido desenvolvidas, compilando o número crescente de dados a respeito da influência da mídia, essencialmente no que diz respeito à publicidade e propaganda, sobre o padrão alimentar e estado nutricional de crianças e adolescentes.

De Moura (2010), em uma revisão sobre a influência do *marketing* no comportamento alimentar de crianças e adolescentes, destaca que é grande o tempo gasto por indivíduos nessa fase da vida com televisão e jogos eletrônicos, e igualmente elevada é a influência negativa do *marketing*, veiculado especialmente pela televisão, sobre seu comportamento alimentar. A autora aponta a educação nutricional como ferramenta de grande potencial no combate a tal influência.

Cairns e colaboradores (2013) conduziram uma revisão sistemática de 99 estudos originais e 16 revisões a respeito da natureza, extensão e efeitos do *marketing* de alimentos sobre as crianças. A televisão se mostrou o principal canal de promoção da propaganda de alimentos, embora esteja perdendo espaço para a internet. As categorias de produtos mais comuns foram os cereais matinais preparados com açúcar, os refrigerantes, salgadinhos, doces e *fast foods*, em linha com o encontrado nos estudos brasileiros. A elevada exposição aos anúncios de alimentos com essas características foi associada a um conhecimento nutricional deficiente; a alterações negativas nas preferências alimentares e no padrão de compra de alimentos; além de ter sido demonstrado impacto sobre o comportamento alimentar, no sentido de aumentar o hábito de “beliscar” e a ingestão energética, e promover escolhas alimentares menos saudáveis.

Por fim, Boyland e Whalen (2015) apresentam uma revisão de dados recentes (referentes aos últimos cinco anos) provenientes de diferentes países do mundo sobre a prevalência e os efeitos da propaganda de alimentos e bebidas sobre a ingestão alimentar de crianças. Os maiores focos dos estudos revisados foram a televisão e a internet, e os resultados demonstram que a propaganda de alimentos ainda promove predominantemente o consumo de alimentos “não saudáveis”, e faz isso de forma convincente e envolvente. Como seria esperado, a seleção de alimentos pelas crianças e seus hábitos alimentares são profundamente afetados, justamente em um estágio crítico do desenvolvimento, o que pode ter um impacto importante sobre a composição corporal e o estado de saúde em médio e longo prazo.

1.6 JUSTIFICATIVA

Diferentes autores ressaltam que estudos que consideram a mídia como campo de pesquisa ainda são poucos (PAVARINO, 2004; SIMONEAU E OLIVEIRA, 2014; SPRONK ET AL., 2014), o que aponta para a necessidade de fortalecê-los. Mas o cenário parece estar sofrendo uma alteração positiva. Ao realizar uma busca em bases de dados de publicações científicas, verifica-se o crescimento do número de estudos com enfoque nas representações sobre saúde na mídia impressa, falada e virtual. É possível observar particular interesse na cobertura jornalística da saúde bucal, de doenças transmissíveis (como a dengue, por exemplo), e da saúde da mulher, em especial aspectos relativos à gestação e saúde sexual/reprodutiva, além de representações sobre beleza e imagem corporal.

A publicidade de alimentos e bebidas e sua relação com os padrões alimentares, por sua vez, vem se consolidando como uma linha de pesquisas em expansão. Entretanto, as mensagens em alimentação, nutrição e saúde, especificamente, não têm sido alvo de pesquisas científicas, o que aponta para uma lacuna no conhecimento científico.

Considerando que existe relação entre as informações veiculadas pela mídia e o conhecimento em alimentação e nutrição, e que ambos apresentam potencial influência sobre as escolhas e práticas alimentares da população, fica evidenciada a importância de exploração da produção midiática acerca dos temas relativos à alimentação, nutrição e sua relação com a saúde na intenção de promover a reflexão acerca da natureza dessa produção e de suas potenciais consequências sobre o pensar e o agir da coletividade impactada pela mídia.

Não se pode ignorar que, apesar de as mídias de massa estarem crescendo, se renovando e passando por alterações e inovações, os jornais impressos ainda constituem uma importante fonte de informações para o público em geral, o que ressalta a relevância desse canal de comunicação na criação de temas, significados e representações sociais, e justifica sua utilização como objeto central de pesquisa no presente estudo.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a quantidade, as características e o conteúdo de publicações que apresentam como tema central “alimentação, nutrição e sua relação com a saúde” veiculadas nos dois maiores jornais paulistas, levando em conta o contexto editorial e gráfico de cada um dos jornais.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar os dois maiores jornais paulistas quanto aos aspectos editoriais e organização atual;
- Identificar e selecionar publicações com o tema de interesse em ambos os jornais;
- Realizar a análise quantitativa do conjunto de publicações selecionadas, comparando os jornais entre si;
- Caracterizar as publicações selecionadas quanto ao gênero jornalístico, contexto gráfico e publicidade de alimentos e bebidas associada;
- Comparar, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, as versões impressa e digital do mesmo jornal;
- Analisar as mensagens contidas nas publicações em questão.

3 MÉTODOS

3.1 DELINEAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

O presente estudo é caracterizado como uma pesquisa documental exploratória de abordagens quantitativa e qualitativa, que teve como técnica central de investigação a pesquisa e seleção de publicações em jornais, com subsequente análise segundo o método de análise de conteúdo temática (BARDIN, 2009).

3.2 DEFINIÇÃO AMOSTRAL

Os documentos em questão foram especificamente publicações dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, ambos produzidos cidade de São Paulo. Optou-se por esses jornais por apresentarem distribuição nacional, e estarem entre os cinco maiores do país: a Folha de S. Paulo ocupa a primeira posição entre os maiores jornais do país, e O Estado de S. Paulo é classificado atualmente como o quarto maior do país e o segundo maior de São Paulo, configurando-se como o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação (ANJ, 2015b).

Outro fator de escolha desses jornais foi o fato de ambos serem produzidos e distribuídos no mesmo município em que se situa a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), o que favorece o acesso a seus exemplares impressos.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho também qualitativo, em que o conteúdo é mais relevante que o veículo em si, os referidos jornais serão denominados deste ponto em diante como “jornal A” (Folha de S. Paulo) e “jornal B” (O Estado de S. Paulo).

3.3 AQUISIÇÃO DOS EXEMPLARES IMPRESSOS

Os exemplares impressos foram adquiridos junto à Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), que detém a assinatura de ambos os jornais e os arquiva, disponibilizando-os posteriormente para pesquisas. Entretanto, cada número dos jornais impressos fica disponível para

consulta dos usuários da biblioteca pelo período de um mês, e, posteriormente, segue arquivado por mais um mês nas dependências da biblioteca, cumprindo protocolos pré-estabelecidos. Assim, somente foi possível ter acesso aos exemplares físicos das versões impressas dos jornais em questão no prazo de dois meses após sua publicação.

3.4 ACESSO ÀS VERSÕES DIGITAIS DOS JORNAIS

Ambos os jornais dispõem de endereços eletrônicos ou *sites* proprietários em que matérias são publicadas diariamente, numa frequência de atualização superior às versões impressas. A pesquisa exploratória também se deu sobre as matérias publicadas em ambos os *sites* dos jornais, ou seja, nas chamadas versões digitais dos mesmos, com o objetivo de verificar possíveis diferenças estéticas e/ou de conteúdo entre as versões impressa e digital, sendo essa considerada mais dinâmica e mutável (“jornal em tempo real”).

Ambos os jornais autorizam o acesso a um número máximo mensal de matérias nas versões digitais para não assinantes (10 no caso do jornal A e 5 no caso do jornal B). Realizando um cadastro simples, que conta com CPF, e-mail e geração de uma senha, libera-se o acesso a um adicional de 20 matérias mensais, em cada um dos jornais. Para acessar uma quantidade superior a essa, é necessário realizar a assinatura dos jornais.

Para a presente pesquisa, a utilização dos computadores da biblioteca da ECA-USP foi suficiente para acessar as publicações de interesse, ou, nas datas de coleta em que a biblioteca não se encontrava aberta ao público, a realização do cadastro possibilitou o acesso às mesmas por meio de computadores pessoais, sem que tenha sido necessário realizar a assinatura de nenhum dos jornais.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DOS JORNAIS

Tanto o jornal A como o B tiveram ambas as suas versões (impressa e digital) exploradas de forma aprofundada, no que diz respeito ao histórico, princípios editoriais, organização, apresentação e ferramentas associadas aos jornais (tais como os *blogs*). Ainda que os dados referentes a especificidades de cada jornal não

constituam o resultado principal da pesquisa, estes foram coletados como forma de aproximação e reconhecimento do objeto de pesquisa, e são apresentados nos resultados.

3.6 AMOSTRAGEM

Para a definição das datas de coleta de dados em ambos os jornais foi realizada uma amostragem estratificada de uma semana construída e de uma semana corrida, ao longo dos meses de maio a julho do ano de 2015 (início no dia 04 de maio e término no dia 12 de julho), totalizando 14 exemplares de cada jornal, em cada uma das versões (impressa e digital).

Optou-se pela amostragem estratificada, pois essa permite contornar os problemas da amostragem aleatória, e é bastante aplicável a análises de conteúdo, já que evita o viés encontrado na seleção de períodos corridos, resultante de acontecimentos que aumentem ou diminuam significativamente o número de publicações sobre o assunto que está sendo estudado (SOUZA, 2006). Por outro lado, a seleção de uma semana corrida possibilitou verificar eventuais relações entre os conteúdos publicados ao longo dos dias. Dessa forma, procurou-se tanto isolar o efeito temporal sobre as publicações dos jornais (semana construída), como avaliar sua possível existência (semana corrida).

As datas exatas em que a coleta de dados foi realizada estão ilustradas no Quadro 1, por meio do qual é possível verificar que a formação da semana construída se deu entre os dias 04 de maio e 21 de junho de 2015 (semanas 1 a 7). Em seguida, foram utilizadas duas semanas como período de *washout* (semanas 8 e 9), no intuito de evitar que temas recorrentes até o final da formação da semana construída pudessem reincidir na semana corrida. Posteriormente e finalmente, ao longo da semana de 06 a 12 de julho de 2015 se deu a coleta da semana corrida, totalizando 14 dias de coleta ao longo de oito semanas.

QUADRO 1 - Detalhamento do cronograma de coletas de dados nos jornais analisados. São Paulo, 2015.

S	T	Q	Q	S	S	D	SEMANA 1
04/mai	05/mai	06/mai	07/mai	08/mai	09/mai	10/mai	
S	T	Q	Q	S	S	D	SEMANA 2
11/mai	12/mai	13/mai	14/mai	15/mai	16/mai	17/mai	
S	T	Q	Q	S	S	D	SEMANA 3
18/mai	19/mai	20/mai	21/mai	22/mai	23/mai	24/mai	
S	T	Q	Q	S	S	D	SEMANA 4
25/mai	26/mai	27/mai	28/mai	29/mai	30/mai	31/mai	
S	T	Q	Q	S	S*	D	SEMANA 5
01/jun	02/jun	03/jun	04/jun	05/jun	06/jun	07/jun	
S	T	Q	Q	S*	S	D	SEMANA 6
08/jun	09/jun	10/jun	11/jun	12/jun	13/jun	14/jun	
S	T	Q	Q	S	S	D	SEMANA 7
15/jun	16/jun	17/jun	18/jun	19/jun	20/jun	21/jun	
S	T	Q	Q	S	S	D	SEMANA 8
22/jun	23/jun	24/jun	25/jun	26/jun	27/jun	28/jun	
S	T	Q	Q	S	S	D	SEMANA 9
29/jun	30/jun	01/jul	02/jul	03/jul	04/jul	05/jul	
S	T	Q	Q	S	S	D	SEMANA 10
06/jul	07/jul	08/jul	09/jul	10/jul	11/jul	12/jul	

*Em decorrência de queda do fornecimento de energia elétrica no dia 05 de junho de 2015, a coleta foi transferida para o dia 06 de junho, que representou o sábado na semana construída, e o dia 12 de junho, portanto, representou a sexta-feira na semana construída.

■ Datas em que houve coleta de dados.

Nos chamados dias de coleta, cada uma das sessões das versões digitais de ambos os jornais foi visitada, tendo sido realizada a leitura dos títulos e breves descrições ou manchetes (quando presentes) de todas as publicações. Uma vez que fosse identificado, por meio dessa leitura inicial, que a publicação apresentava relação com os temas de interesse, a mesma era acessada e lida na íntegra, para avaliar sua adequação aos critérios de inclusão. Tal método foi utilizado em decorrência da limitação de acesso às publicações nas versões digitais dos jornais, bem como em virtude da enorme gama de publicações que a versão digital apresenta, o que inviabilizaria a leitura na íntegra de cada uma delas.

De posse das versões impressas dos jornais, havendo sido cumprido o prazo estipulado pela biblioteca da ECA-USP, cada um deles foi lido em sua totalidade, em busca de publicações que se inserissem nos critérios de inclusão.

Ainda, buscou-se a presença de publicidade de alimentos e bebidas em cada um dos jornais, em sua versão impressa, dado que as versões digitais apresentam

publicidade variável de acordo com o computador que está sendo utilizado para acessá-las. O intuito dessa busca foi verificar possíveis relações e/ou influência, tanto gráficas quanto de conteúdo, entre a publicidade de alimentos e bebidas e as publicações jornalísticas.

3.7 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Os critérios de inclusão das publicações de jornais na presente pesquisa se basearam na abordagem, pelas referidas publicações, de temas em alimentação e nutrição e sua relação com a saúde, a saber:

- Alimentos, suplementos ou complementos alimentares, novos ou previamente conhecidos;
- Nutrientes ou compostos bioativos;
- Condutas dietéticas;
- Padrão, hábito e comportamento alimentar.

Tais temas deveriam, necessariamente, estar relacionados na publicação a aspectos de saúde e desfechos relacionados, tais como:

- Benefícios, prejuízos ou a manutenção do estado de saúde física e/ou mental;
- Promoção, tratamento, cura ou prevenção de doenças agudas ou crônicas;
- Alterações no peso e/ou na composição corporal.

3.8 ANÁLISE DOS DADOS

As análises quantitativas e qualitativas tiveram caráter descritivo de ambos os jornais, bem como comparativo entre os dois, como representantes do jornalismo impresso brasileiro.

Quantitativamente, as publicações foram analisadas quanto à quantidade absoluta de publicações inseridas nos critérios de inclusão ao longo das semanas construída e corrida, em ambas as versões de cada jornal.

Outros dois aspectos das publicações, que não podem ser classificados apenas como quantitativos, foram também analisados:

- Contexto gráfico (dimensão da matéria, chamada à primeira página, localização no jornal, associação a fotografias e/ou ilustrações). Inserida no contexto gráfico, foi analisada a localização de cada matéria por seção (no caso das versões digitais) ou por caderno (no caso das versões impressas), bem como a pertinência dos temas abordados nas publicações às respectivas seções ou cadernos, no intuito de avaliar a intencionalidade, por parte dos jornais, de visibilidade das mesmas;

- Gêneros jornalísticos. De forma geral, todas as publicações ou matérias jornalísticas podem ser consideradas, estrategicamente, como notícias, especialmente quando trazem ao leitor informações novas. Entretanto, tais publicações podem, ainda, ser classificadas segundo os gêneros jornalísticos, que correspondem a construções de interpretação e apropriação da realidade, que seguem determinados padrões, no que diz respeito à linguagem verbal escrita, ou seja, composições discursivas da atividade jornalística (SOUSA, 2006; SEIXAS, 2009).

A grande referência bibliográfica brasileira de classificação de gêneros jornalísticos (Quadro 2) data de 1985, e foi realizada por José Marques de Melo a partir de um mapeamento dos estudos dos gêneros jornalísticos (SEIXAS, 2009). Vale ressaltar, porém, que os gêneros jornalísticos não apresentam fronteiras rígidas tampouco características inconfundíveis. Isso dificulta, muitas vezes, a classificação de determinada publicação (SOUSA, 2006).

Publicações provenientes dos *blogs* associados aos respectivos jornais não foram contabilizadas, tampouco analisadas, uma vez que fazem parte de um conteúdo de relação exclusiva com a versão digital dos jornais, estando ausentes na versão impressa, além de não passarem pelo mesmo crivo editorial das publicações jornalísticas.

Quanto à análise qualitativa, esta foi realizada sob dois aspectos: análise comparativa e análise de conteúdo. As publicações em comum entre as versões impressa e digital de cada jornal tiveram seu conteúdo avaliado por meio de leitura crítica, no intuito de identificar a presença ou ausência de informações, por mais sutis que fossem, em uma das versões em comparação à outra.

Foram selecionadas para análise qualitativa (análise de conteúdo) apenas as publicações em comum, ou seja, encontradas tanto na versão impressa, quanto na digital de cada um dos jornais, já que o intuito central da pesquisa constituía na avaliação dos jornais impressos, tendo sido utilizadas as versões digitais a título de

comparação. No caso de terem sido verificadas variações no conteúdo das matérias em comum, essas deveriam ser sutis o suficiente para não descaracterizar a publicação correspondente na outra versão do jornal (digital ou impressa, dependendo do caso). A fim de apreender todas as mensagens veiculadas em cada uma das publicações, no caso de diferenças de conteúdo, a matéria mais “completa” foi utilizada na análise qualitativa.

Quadro 2 - Classificação brasileira de gêneros jornalísticos.

Natureza da matéria	Principais gêneros jornalísticos
Informativa	Nota Notícia Reportagem Entrevista
Opinativa	Editorial Artigo Resenha Crônica Caricatura Carta Comentário Coluna

Fonte: SEIXAS, 2009.

A análise de conteúdo foi desenvolvida com o auxílio da técnica de análise de conteúdo temática, que se situa no campo de métodos lógicos semânticos (BARDIN, 2009). Optou-se pela análise de conteúdo considerando que seu ponto de partida é a mensagem, constituída por processos cognitivos, subjetivos e afetivos que muitas vezes apresentam uma influência manipuladora, ideológica e idealizada, provocando impactos e efeitos que orientam diferentes comportamentos e ações na vida cotidiana (FRANCO, 2008).

A análise foi desenvolvida em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (CAREGNATO E MUTTI, 2006; BARDIN, 2009).

Durante a pré-análise, fase de organização e sistematização das ideias iniciais, foram formuladas as hipóteses e indicadores que fundamentaram a

interpretação final, a partir da “leitura flutuante” (BARDIN, 2009). Na fase de exploração do material foram desenvolvidas a codificação (recorte, enumeração e classificação) e a categorização dos dados (CAMPOS, 2004; FRANCO, 2008; BARDIN, 2009).

Campos (2004) classifica as categorias da seguinte forma:

“(...) grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou proximidade, e que possam através de sua análise, exprimirem significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo e criem novos conhecimentos (...).”

As categorias podem ser apropriísticas, ou seja, pré-definidas pelo pesquisador, o que promove certo balizamento na categorização; ou não-apropriísticas, emergindo totalmente dos documentos analisados (CAMPOS, 2004; BARDIN, 2009). Na presente pesquisa não foram utilizadas categorias exatamente apropriísticas, porém, algumas questões de especial interesse interferiram na elaboração das categorias: qualificação das informações; tipo de abordagem (positiva ou negativa) dos alimentos, suplementos, complementos, nutrientes e compostos; conceito de saúde predominante; olhar sobre a ciência da nutrição. Ainda assim, novas categorias surgiram a partir da familiarização com os documentos, sendo de grande importância para o desenvolvimento da análise.

3.9 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa se baseia em análise documental, não envolvendo seres vivos (humanos ou animais). Por conta disso, não existiram implicações éticas que necessitassem ser submetidas à Comissão de Ética em Pesquisa, conforme estabelece a Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466/2012 (BRASIL, 2012).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS JORNAIS

4.1.1 Jornal A

O jornal A foi fundado em 1921, em São Paulo - Capital, mas apresenta circulação nacional. É considerado pela Associação Nacional de Jornais como o maior jornal do país, com média de circulação diária de 351.745 exemplares, somando as versões impressa e digital (ANJ, 2015).

O leitor do jornal A pertence predominantemente à classe econômica B (50%), é do sexo feminino (53%) e tem entre 25 e 44 anos (43%) (INSTITUTO IPSOS, 2015).

O jornal A aponta como seus princípios editoriais o pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Seu Manual de Redação mais recente data de 2001, está em vigor até hoje, e suas normas "apostam na iniciativa e no discernimento individuais, na inventividade das soluções em cada caso e na disposição para manter o jornalismo em aperfeiçoamento constante" (GRUPO FOLHA, 2015).

A versão digital do jornal A, criada em 1995, foi o primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa. Hoje, tal versão publica cerca de 500 notícias por dia, mantendo os mesmos princípios editoriais adotados pelo jornal impresso.

O jornal é organizado em cadernos temáticos diários e suplementos de publicação periódica. O Quadro 3 ilustra os cadernos da versão impressa, de acordo com os temas centrais abordados em cada caderno e a frequência de publicação. Já no Quadro 4 é possível verificar as diferentes seções em que se organiza a versão digital do jornal A.

Como é possível verificar por meio dos Quadros 3 e 4, a versão digital do jornal A apresenta 25 seções no total, havendo sete seções que não são encontradas na versão impressa do jornal como cadernos fixos: Ambiente, Educação, Especiais, Opinião, Ombudsman, Treinamento e Vice. Entretanto, quando são publicadas matérias pertinentes a essas seções, as mesmas são

sinalizadas na versão impressa. As seções Colunas e Painel do Leitor não são consideradas cadernos da versão impressa, mas figuram como seções diárias.

Na versão impressa verifica-se um total de 18 cadernos e suplementos, sendo que o caderno Folha Corrida não é encontrado na versão digital, e o caderno *The New York Times* figura como um dos itens da seção Mundo.

Quadro 3 - Cadernos diários e suplementos nos quais se organiza o jornal A, por tema central e frequência de publicação. São Paulo, 2016.

Caderno/ Suplemento	Temas centrais	Frequência de publicação						
		S	T	Q	Q	S	S	D
Carreira e empregos	Reportagens e serviços direcionados aos profissionais que querem ampliar suas chances no mercado ou impulsionar a carreira							x
Ciência + Saúde	Últimas descobertas e pesquisas nas áreas científica e médica no Brasil	x	x	x	x	x	x	x
Comida	Reportagens e críticas sobre todos os aspectos do mundo da culinária			x				
Cotidiano	Informações úteis nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor	x	x	x	x	x	x	x
Equilíbrio	Caderno dedicado à busca de saúde e qualidade de vida		x					
Esporte	Aborda o esporte em todos os seus aspectos	x	x	x	x	x	x	x
Folha Corrida	Resumos de notícias, extratos de colunistas, dicas práticas e curiosidades de todos os cadernos	x	x	x	x	x	x	x
Folhinha	Reportagens e fotos em sintonia com os interesses das crianças						x	
Ilustrada	Cobertura das áreas de cultura e entretenimento	x	x	x	x	x	x	x
Ilustríssima	Cultura, ciência e entretenimento							x
Imóveis	Destinado a atualizar os leitores sobre o mercado imobiliário							x
Mercado	Conjuntura econômica nacional e internacional e mundo dos negócios	x	x	x	x	x	x	x
Mundo	Principais notícias internacionais	x	x	x	x	x	x	x
Poder	Vida política, institucional e movimentos sociais	x	x	x	x	x	x	x
Tec	Auxilia os leitores a entender e usar melhor a internet e os computadores	x						
The New York Times International Weekly	Artigos especiais publicados originalmente em edições do jornal norte-americano		x					
Turismo	Informações e dicas sobre os principais destinos do Brasil e do mundo				x			
Veículos	Fonte de consultas a respeito de automóveis (compra, venda, manutenção e dúvidas)							x

A versão digital conta, ainda, com as seções Acervo, As Mais, Empreendedor Social, Folha Mulher, Folha Tópicos, Fotografia, F5, Infográficos, Seminários Folha, Top of Mind, Tudo Sobre e TV Folha. Algumas dessas são menos dinâmicas que as listadas no quadro 4, no sentido de apresentar uma frequência menor de publicações, ou, como no caso das seções Folha Mulher ou TV Folha, constituem outros canais digitais do Grupo Folha que se dissociam do jornal em si.

Quadro 4 - Seções em que se organiza a versão digital do jornal A. São Paulo, 2016.

Seções disponíveis na versão digital do jornal A (www.folha.uol.com.br)				
Ambiente	Cotidiano	Folhinha	Mundo	Tec
Carreiras	Educação	Ilustrada	Opinião	Treinamento
Ciência	Equilíbrio e Saúde	Ilustríssima	Ombudsman	Turismo
Colunas	Especiais	Mercado	Painel do leitor	Veículos
Comida	Esporte	Morar (Imóveis)	Poder	Vice

Uma ferramenta interessante da versão digital é um *link* direto para as últimas notícias em sua página principal (*home*), por meio do qual é possível acessar, independentemente da seção a que pertença, as notícias publicadas mais recentemente, as quais se encontram listadas em ordem cronológica decrescente, por data e horário exato em que foram ao ar. Cada uma das seções conta também com o recurso “últimas notícias”, sendo essas, no entanto, pertencentes apenas à seção em questão, porém, organizadas da mesma forma explanada anteriormente.

Outro recurso exclusivo da versão digital do jornal A são os *blogs*, páginas da internet onde regularmente são publicados diversos conteúdos, predominantemente textos, que podem contar com recursos gráficos como imagens e vídeos. Os *blogs* associados ao jornal A são, cada um deles, dedicados a temas específicos, e mantidos por uma ou várias pessoas, os chamados blogueiros. São semelhantes às colunas da versão impressa, em um modelo mais moderno e dinâmico, e o conteúdo de muitos deles é restrito a assinantes. O Quadro 5 lista os *blogs* associados ao jornal A, por nome e tema central, totalizando 50 *blogs*.

Quadro 5 - Listagem dos *blogs* associados ao jornal A, por tema central. São Paulo, 2016.

Nome do <i>Blog</i>	Tema central
120 bpm	Música eletrônica
A Bicicleta na Cidade	Mobilidade urbana e bicicletas
A Chata das Dietas	Dieta e exercício físico
A Economia no Século 21	Economia
A História Como Ela Foi	Detalhes de episódios do passado
Abecedário	Educação
#AgoraÉQueSãoElas	Política, Cotidiano e Cultura
Assim Como Você	Aspectos da vida de deficientes e de cidadania
Baixo Manhattan	Mídia e Cultura em Manhattan, Nova York e os Estados Unidos
Blog do Guia	Cultura e entretenimento
Brasil	História do país
Cacilda	Teatro
Casar, Descasar, Recasar	Casamento e divórcio
Darwin e Deus	Biologia e religião
Dinheiro Público & Cia	Tributos e dinheiro público
Entretempos	Fotografia e imagem
Frederico Vasconcelos	Testos investigativos, política e judiciário
From Brazil	Acontecimentos do Brasil sob o olhar de um estrangeiro
Gatices	Gatos
#hashtag	Redes sociais e sua influência na vida cotidiana
Inácio Araújo	Cinema
Marcelo Katsuki	Gastronomia e vinhos
Maria Inês Dolci	Defesa do consumidor
Maternar	Criação dos filhos
Maurício Tuffani	Ciência, cultura, ensino superior e ambiente
Mensagem Sideral	Astronomia e exploração espacial
Morte Sem Tabu	Quebra de tabus sobre a morte
Mundialíssimo	Noticiário internacional
Mural	Periferia da Grande São Paulo segundo o olhar de correspondentes comunitários
Música em letras	Música
Novo em Folha	Extensão do Programa de Treinamento em Jornalismo da Folha
O Mundo é uma Bola	Futebol
Olímpicos	Resultados esportivos e preparação para os Jogos do Rio de 2016
Ora Pois	Cenário português sob variados aspectos
Orientalíssimo	Oriente Médio
Outro Canal	Televisão
Painel	Notícias, charges e bastidores da política
Painel FC	Futebol e política esportiva

Quadro 5 - Listagem dos *blogs* associados ao jornal A, por tema central (continuação).

Nome do <i>Blog</i>	Tema central
Peça única	Indústria da moda
Plástico	Artes visuais, arquitetura e design
Play	Produções culturais e de entretenimento
Sem legenda	Cinema brasileiro
Silvio Cioffi	Viagens e indústria do turismo
Surto Nerd	Cultura pop em geral
Sylvia Colombo	Intercâmbio cultural entre Brasil e outros países da América Latina
Tec	Extensão da cobertura sobre tecnologia e internet (caderno Tec)
Thaís Nicoleti	Norma culta da língua portuguesa
Vários Prismas, Infinitos Lados	Olhar de um portador de poliomielite sobre as situações cotidianas
Veg	Dieta vegetariana
X de Sexo	Sexo a partir de histórias do dia a dia

Alguns dos *blogs* do jornal A são extensões de cadernos da versão impressa e/ou da versão digital, como é o caso dos *blogs* Novo em Folha e Tec. Porém, a maioria deles é produzida de forma independente do jornal.

Destacam-se entre os *blogs* do jornal A, como de especial interesse para a presente pesquisa, os denominados “A Chata Das Dietas” e “Veg”, por abordarem aspectos da alimentação e nutrição entre seus temas centrais. Entretanto, por serem exclusivos da versão digital do jornal, e a pesquisa ter tido enfoque na versão impressa, as publicações eventualmente provenientes dos *blogs* não foram incluídas entre os resultados e análise.

4.1.2 Jornal B

O jornal B foi fundado em 1875, sob a denominação inicial de “A Província”. Dessa forma, se configura como o jornal mais antigo da cidade de São Paulo em circulação (GRUPO ESTADO, 2015a). A Associação Nacional de Jornais o classifica como o quarto maior jornal brasileiro, com média de circulação diária de 237.901 exemplares, somando as versões impressa e digital, em 2014 (ANJ, 2015).

De modo semelhante ao que se verifica para o jornal A, o leitor do jornal B pertence, em sua maioria, à classe econômica B (59%), tem de 25 a 44 anos (43%), estando a diferença no público leitor deste jornal no sexo predominante: 56% de seus leitores são homens (INSTITUTO IPSOS, 2013).

A missão editorial do jornal continua inspirada nos princípios de 1875, mas conta com algumas modificações devido às mudanças históricas e avanços na ética informativa. Seus princípios são o compromisso com a democracia, a luta pela defesa da liberdade de expressão e de imprensa, a promoção da livre iniciativa, da justiça e a permanente busca da verdade (GRUPO ESTADO, 2015b).

Os princípios gerais de sua linha editorial são:

- Defesa do sistema democrático de governo, da livre iniciativa, da economia de mercado e de um Estado comprometido com um país economicamente forte e socialmente justo;
- Responsabilidade pela promoção do desenvolvimento humano, político, econômico, social e cultural do Brasil, dando coesão à sociedade civil;
- Garantia aos setores minoritários da manifestação de suas opiniões e condenação editorial de todo estereótipo racial, religioso, étnico e sexual;
- Defesa editorial dos direitos e das liberdades individuais, do pluralismo democrático e da identidade sócio-cultural do Brasil e de São Paulo;
- Defesa da prioridade do Direito sobre a força e a prioridade da ordem social sobre a anarquia em quaisquer de suas manifestações;
- Defesa dos cidadãos das agressões de qualquer forma de poder e estímulo a livre iniciativa em todos os âmbitos da atividade humana;
- Busca, processamento e difusão da informação com rigorosa obediência às exigências profissionais e éticas;
- Abertura ao debate dos assuntos públicos e, independentemente de suas posições editoriais, defesa do pluralismo e da diversidade de opiniões. Recusa a veicular teses que neguem a liberdade, atentem contra a dignidade da pessoa humana ou agridam os princípios da ética informativa;
- Entendimento de que ganhar dinheiro com a informação, digna e corretamente, é rigorosamente, um dever ético;
- Independência das atividades informativas dos interesses da Companhia.

O portal digital do jornal B foi lançado em março de 2000, funcionando desde então como um informativo em tempo real.

À semelhança do verificado para a o jornal A, a versão impressa do jornal B se organiza em cadernos temáticos diários e suplementos de publicação periódica. A versão digital por sua vez, é organizada em seções, novamente em número superior aos cadernos e suplementos da versão impressa. A partir do Quadro 6 é

possível verificar os cadernos da versão impressa do jornal B, de acordo com a frequência de publicação, enquanto o Quadro 7 expõe as diferentes seções em que se organiza a versão digital.

Mais uma vez, como esclarecem os quadros 6 e 7, verifica-se que o número de cadernos e suplementos da versão impressa difere do encontrado na versão digital: são 22 na primeira e 35 na segunda. No entanto, é interessante verificar que algumas seções da versão digital correspondem a outras da versão impressa, com diferentes denominações e formas de apresentação. É o caso das seções Comportamento, Cultura, Moda e Beleza, e Vida e Estilo, que são contempladas pelo Caderno 2 da versão impressa; a sessão Educação é denominada Estadão Edu na versão impressa; a seção Opinião é representada pelos Editoriais da versão impressa; a seção Sustentabilidade é contemplada no caderno mensal Planeta da versão impressa; e a seção Bora.Aí corresponde ao caderno Divirta-se da versão impressa. As seções Bem-Estar, Ciência e Saúde, ainda, apesar de não figurarem como cadernos fixos da versão impressa, podem aparecer como seções especiais quando da presença de publicações pertinentes às mesmas.

Ainda que haja tal correspondência entre seções e cadernos aparentemente diversos, as seções Acervo, Ao vivo, Brasil, Estadão Dados, É Grátis, Fotos, Infográficos, São Paulo, Serviços, Tudo Sobre e TV Estadão são realmente exclusivas da versão digital do jornal B, o que se justifica por sua natureza de arquivo de reportagens (Acervo), divisão intencional de temas também abordados na versão impressa (Brasil e São Paulo), ou mesmo pela maior gama de possibilidades gráficas com a qual conta a versão digital (Fotos, Infográficos).

Como mais uma semelhança verificada entre as versões digitais de ambos os jornais, o jornal B também conta com um *link* para as notícias mais recentes, organizadas em ordem cronológica decrescente, por data e horário de publicação. O recurso “últimas” também está presente em cada uma das seções da versão digital do jornal B, que conta, ainda, com um *link* para as publicações recomendadas pelo jornal e outro para as mais lidas.

Quadro 6 - Cadernos diários e suplementos nos quais se organiza o jornal B, por tema central e frequência de publicação. São Paulo, 2016.

Caderno/ Suplemento	Temas centrais	Frequência de publicação							
		S	T	Q	Q	S	S	D	Mensal
Aliás	Os assuntos da semana comentados							x	
Caderno 2	Entretenimento, comportamento digital e literatura	x	x	x	x	x	x	x	
Casa	Decoração, design e reforma de ambientes							x	
Classificados	Anúncios para compra, venda e oferta de empregos				x		x	x	
Divirta-se	Dicas de entretenimento					x			
Economia e Negócios	Análises em economia e negócios, além de temas de tecnologia	x	x	x	x	x	x	x	
Editoriais	Opinião do jornal O Estado de São Paulo	x	x	x	x	x	x	x	
Edição de Esportes	Tudo sobre esportes	x						x	
Empregos e Carreiras	Ofertas de empregos das principais empresas do país, tabela com comparação de cargos e salários e opiniões de profissionais especializados							x	
Esportes	Principais acontecimentos no esporte nacional e internacional		x	x	x	x	x		
Estadão.edu	Temas em ensino e educação								x
Estadão PME	Caderno voltado ao mundo das pequenas e médias empresas								x
Imóveis	Anúncios de imóveis para compra e locação				x		x	x	
Internacional	Cobertura jornalística dos principais acontecimentos no exterior	x	x	x	x	x	x	x	
Jornal do Carro	Dicas e novidades sobre veículos			x					
Jornal do Carro - Classificados	Ofertas e veículos com grande variedade, novidades do mercado e tabela de preços				x		x	x	
Metrópole	Principais acontecimentos sobre temas da vida atual	x	x	x	x	x	x	x	
Oportunidades	Negócios e oportunidades, ofertas de leilões, micro-empresas e dicas para abertura ou ampliação de negócios próprios							x	
Paladar	Temas variados em gastronomia				x				
Planeta	Caderno para toda a família								x
Política	Cobertura jornalística e crítica de fatos da política nacional	x	x	x	x	x	x	x	
Viagem	Dicas de viagem (roteiros, alimentação e hospedagem)		x						

Quadro 7 - Seções em que se organiza a versão digital do jornal B. São Paulo, 2016.

Seções disponíveis na versão digital do jornal B (www.estadao.com.br)				
Acervo	Ciência	Estadão Dados	Opinião	Sustentabilidade
Aliás	Colunas	É grátis	Paladar	Tecnologia (Link)
Ao vivo	Comportamento	Fotos	Política	Tudo Sobre
Bem-Estar	Cultura	Infográficos	PME	TV Estadão
Bora.Aí	Economia	Internacional	São Paulo	Viagem
Brasil	Educação	Jornal do Carro	Saúde	Vida e Estilo
Casa	Esportes	Moda e beleza	Serviços	

O jornal B também conta com uma série de *blogs* associados, que tratam dos mais variados temas, conforme verificado no Quadro 8, totalizando o surpreendente número de 111 *blogs*. Este número de *blogs* é bastante superior ao verificado no jornal A. É também maior o número de *blogs* derivados de cadernos das versões impressa e/ou digital, tais como Radar Emprego, Sua Oportunidade, Radar Imobiliário e Radar Global.

Observa-se que a quantidade de *blogs* que tratam do mesmo tema central (exemplos: São Paulo, futebol e viagens) também é grande. São quatro os *blogs* que abordam alimentação e/ou nutrição como tema central: “Comida de Verdade”, “Luciana Kotaka”, “Mente Magra” e “Vigilante da Causa Magra”. Entretanto, como exposto anteriormente, optou-se na presente pesquisa por não incluir as publicações dos *blogs* entre as selecionadas e analisadas em decorrência de seu conteúdo ser exclusivo das versões digitais dos jornais em questão.

Quadro 8 - Listagem dos *blogs* associados ao jornal B, por tema central. São Paulo, 2016.

Nome do <i>Blog</i>	Tema central
.EDU	Educação
Á moda deles	Comportamento, consumo e estilo masculino
À Paristana	Paris
Almir Leite	Futebol
Álvaro Siviero	Música clássica
Amanda Viaja	Viagens
Antero Greco	Futebol
Arquivo	Memória, preservação e acervos
Babel	Literatura e mercado editorial
Bate pronto	Esportes
Blog da Garoa	Histórias de São Paulo

Quadro 8 - Listagem dos *blogs* associados ao jornal B, por tema central (continuação).

Nome do <i>Blog</i>	Tema central
Blog da Tissen	Educação em intercâmbio
Blog dos Colégios	Total de 25 <i>blogs</i> específicos dos maiores colégios de S. Paulo
Bruno Ribeiro	São Paulo
Bruno Voloch	Vôlei
Café teatro	Teatro
Carolina Delboni	Infância
China etc	China
Cláudia Trevisan	América
Cláudio Considera	Direito do consumidor
Cleide Silva	Indústria automobilística
Código aberto	Internet
Comida de verdade	Alimentação consciente
Como manda o figurino	Moda e estilo
Comportamento animal	Animais
Conto de Notícia	Crônica, política e derivações
Corrida para todos	Corrida profissional e amadora
Cotidiano Transitivo	Política e sociedade
Cristina Padiglione	Televisão
Crônica por quilo	Humor
Daniel Martins de Barros	Psiquiatria e sociedade
Demi Getschko	Internet
Depois de ontem	Cotidiano
Divirta-se	Entretenimento
Economia à vista	Investimentos e mercado financeiro
Edison Veiga	São Paulo
Edmundo Leite	Memória, gente e lugares
Entenda seu IR	Imposto de Renda
Era Uma Vez	Cultura lúdica e direitos da criança e do adolescente
Escrever	Impressões sobre a vida e seus arredores
Estadão Rio	Notícias, roteiros e dicas sobre o Rio de Janeiro
Estante de letrinhas	Literatura infanto-juvenil
Fábio Alves	Dinheiro, consumo e emprego
Fábio Gallo	Dinheiro
Fátima Lacerda	Berlim
Fausto Macedo	Política
Fernando Dantas	Economia e políticas públicas
Fernando Schuler	Política
Guga Chacra	De Beirute a Nova York
Haisem Abaki	Crônicas do dia a dia
Herton Escobar	Ciência
Humberto Dantas	Política municipal
João Luiz Sampaio	Música clássica

Quadro 8 - Listagem dos *blogs* associados ao jornal B, por tema central (continuação).

Nome do <i>Blog</i>	Tema central
José Paulo Kupfer	Economia
Júlio Maria	Música
Legis-Ativo	Política e Poder Legislativo
Lúcia Guimarães	Grandes cidades do mundo
Luciana Kotaka	Comportamento, saúde e obesidade
Luiz Carlos Merten	Cinema
Luiz Zanin	Cinema, cultura e afins
Lupa	Política e economia
Macaco elétrico	Jornalismo, educação e tecnologia
Marcas, causas e pessoas	Relevância pessoal
Marcelo Rubens Paiva	Neuroses contemporâneas
Marcius Azevedo	Basquete
Maurício Capela	Futebol
Mente magra	Reeducação alimentar e emocional
Moda na prática	Moda
Mundo App	Aplicativos
Nana Soares	Gênero, violência e sociedade
Natureza	Sustentabilidade
Nerdices	Cultura pop
Newton M. Campos	A educação no século 21
O Direito ao seu alcance	Direito e legislação
O Jogo de Zanin	Futebol
O seguro morreu de velho	Aposentadoria e previdência
Olimpíulas	Esporte olímpico brasileiro
Os jogos na mídia	Opinião e análise de modalidades esportivas coletivas
P de Pop	Cultura Pop
Pelo Interior	Notícias e histórias das cidades de São Paulo
Por dentro dos números	Economia brasileira
Primeira classe	Carros, viagens e estilo de vida
Prosa Curta	Minicontos e minicrônicas
Prósperi	Bastidores e opinião no futebol
Radar Cultural	Cultura nacional e internacional
Radar da Propaganda	Publicidade
Radar do Emprego	Blog do Caderno de Empregos e Carreiras
Radar Global	Blog do caderno Internacional do Estadão
Radar Imobiliário	Blog do Caderno de Imóveis
Reclames do Estadão	A história contada pelos anúncios impressos
Renato Essenfelder	Crônicas sobre contemporaneidade
Ricardo Chapola	Crônicas do cotidiano
Roberto Lobo	Educação superior, ciência e tecnologia
Robson Morelli	Bastidores e histórias do futebol
Ruth Manaus	Retratos e relatos do cotidiano

Quadro 8 - Listagem dos *blogs* associados o jornal B, por tema central (continuação).

Nome do <i>Blog</i>	Tema central
Sambando em Lisboa	Lisboa
São Paulo na bike	Mobilidade e bicicletas
Sarau, luau-e-o-escambau	Produção artística à margem da indústria cultural
Sem retoques	Histórias e clichês femininos
Ser mãe é padecer na internet	Maternidade
Sonoridades	Música
Sua Oportunidade	Blog do Caderno de Oportunidades
TV em Série	Seriados e minisséries
Vencer limites	Pessoas com deficiência
Viagem	Viagens
Viagem sem fim	Viagens extraordinárias
Vias Alterlatinas	Cultura e sustentabilidade na América do Sul
Vida Vertical	Histórias e curiosidades dos condomínios de São Paulo
Vigilante da causa magra	Alimentação saudável e exercício físico
Viva mais e melhor	Dicas para viver melhor
Xavecos e Milongas	Relacionamentos
Zeina Latif	Cenário econômico

4.2 RESULTADOS QUANTITATIVOS

4.2.1 Publicações em Números

Ao longo dos 14 dias de coleta, foram identificadas 28 publicações que se inseriam nos critérios de inclusão nas versões digitais de ambos os jornais. Dessas, 18 estavam também presentes nas versões impressas, e, portanto, foram as efetivamente analisadas. O detalhamento do dia de publicação e do número de publicações por versão e por jornal pode ser visualizado na Tabela 5.

Foi possível verificar um número superior de publicações sobre os temas de interesse nas versões digitais de ambos os jornais, bem como um número superior de publicações pelo jornal A, que totalizou 19 publicações na versão digital, sendo 16 em comum com sua versão impressa; enquanto o jornal B apresentou um total de nove publicações na versão digital, sendo duas em comum com sua versão impressa. A proporção percentual de cada jornal em relação ao número absoluto de publicações está explicitada na Figura 1.

Tabela 5 - Número de publicações que se inseriram nos critérios de inclusão, segundo jornal, versão, semana de coleta e dia da semana. São Paulo, 2016.

Semana de coleta	Dia da semana	Jornal A			Jornal B		
		Versão digital	Versão impressa	Publicações em comum	Versão digital	Versão impressa	Publicações em comum
Semana construída	Segunda-feira	1	1	1	0	0	0
	Terça-feira	1	0	0	2	0	0
	Quarta-feira	1	0	0	1	0	0
	Quinta-feira	0	0	0	1	0	0
	Sexta-feira	0	0	0	0	0	0
	Sábado	2	2	2	0	0	0
	Domingo	1	1	1	0	0	0
	Total	6	4	4	4	0	0
Semana corrida	Segunda-feira	1	0	0	0	0	0
	Terça-feira	1	1	1	0	0	0
	Quarta-feira	0	0	0	0	0	0
	Quinta-feira	10	10	10	1	0	0
	Sexta-feira	0	0	0	0	0	0
	Sábado	1	1	1	2	0	0
	Domingo	0	0	0	2	2	2
	Total	13	12	12	5	2	2
Total geral		19	16	16	9	2	2

Figura 1 - Contribuição absoluta e percentual de cada um dos jornais analisados para o total de publicações que atenderam aos critérios de inclusão. São Paulo, 2016.

É importante ressaltar alguns aspectos que diferenciaram as semanas de coleta, em termos de número de publicações. Na quinta-feira (quarto dia) da semana corrida, o jornal A publicou um caderno especial na forma de Guia, denominado “Alimentação 50+ - Como fazer da dieta uma aliada no envelhecimento, sem abrir mão do prazer”. O Guia contava com um total de 12 reportagens, todas publicadas em ambas as versões do jornal, sendo que 10 delas se inseriam nos critérios de inclusão. Tal publicação é de frequência anual, a sua apreensão pelo presente

trabalho ocorreu ao acaso, mas resultou em largo e positivo incremento do número total de publicações inseridas nos critérios de inclusão, bem como das publicações do jornal A em relação ao jornal B, e da semana corrida, em comparação à semana construída.

Caso esse caderno não tivesse sido publicado, o número de publicações inseridas nos critérios de inclusão na semana construída teria sido o dobro da semana corrida, em ambas as versões do jornal A (seis contra três na versão digital e quatro contra duas na versão impressa). Ainda, o número total de publicações na versão digital do jornal B teria sido exatamente o mesmo da versão digital do jornal A (nove).

Entretanto, mesmo desconsiderando o Guia Especial do jornal A, a versão impressa do jornal B ainda apresentaria uma quantidade bastante inferior de publicações: duas, no total, não tendo sido encontradas publicações que atendessem aos critérios de inclusão na semana construída (contra quatro do jornal A) e apenas duas na semana corrida (mesmo número do jornal A).

Uma hipótese para essa discrepância no número de publicações sobre alimentação, nutrição e sua relação com a saúde na versão impressa do jornal B é a possível migração de determinados conteúdos para os formatos digitais do jornal, seja a própria versão digital ou os *blogs* a ela associados.

Na versão digital do jornal B foram encontradas e selecionadas nove publicações que atendiam aos critérios de inclusão, sendo duas delas em comum com a versão impressa. Isso significa um número de publicações 4,5 vezes superior na versão digital, o que reforça a hipótese de migração do formato. O jornal B conta, ainda, com um número bastante elevado de *blogs* associados, como descrito anteriormente, sendo que quatro deles tratam especificamente dos temas “alimentação” e “alimentação e saúde”.

A forte presença de versões digitais dos jornais, bem como de *blogs* associados, faz parte de uma mudança no panorama midiático mundial que teve início em meados da década de 1980, segundo a qual empresas especializadas em apenas um tipo de mídia (como a mídia impressa, por exemplo), começaram a originar, ou mesmo a ser substituídas por grupos multimidiáticos, que passaram a convergir diferentes setores da comunicação, como o da informática e o dos conteúdos (tanto jornalísticos, quanto não jornalísticos) (SOUZA, 2001).

Mazini, já em 2008 destacava que “o jornalismo impresso contemporâneo vive uma realidade distinta das últimas décadas”, na qual tudo se tornou muito rápido e superficial, influenciando no interesse geral por grandes leituras. Está é uma das grandes justificativas para a construção de matérias cada vez menores e superficiais, que resultam em um jornal impresso de tamanho reduzido.

Em avaliação mais recente, realizada em um painel sobre o uso de mídias sociais na comunicação da ciência durante a 13ª Conferência Internacional sobre Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (2014), Botelho e colaboradores (2014) destacaram que o jornalismo mundial passa por uma grande crise, causada, em parte, pelo surgimento de novas plataformas digitais. Tal crise seria um dos grandes fatores para a redução da cobertura e espaço editorial para temas de ciência nas páginas dos grandes jornais, uma vez que as demissões em massa reduzem o número de jornalistas em atuação nas redações dos jornais, levando uma quantidade cada vez menor de jornalistas a cobrirem uma gama crescente de temas (AGÊNCIA FAPESP, 2014).

Outras consequências da crise no jornalismo mundial seriam a opção por materiais jornalísticos padronizados sobre ciência produzidos por agências de notícias internacionais, que se centram na publicação científica de países do hemisfério Norte; e o aumento de *blogs* de ciência (e assuntos correlatos), a fim de suprir a perda de espaço editorial dedicado ao tema. Entretanto, pelo fato de as políticas editoriais para *blogs* ainda serem muito incipientes no Brasil, estes não devem substituir a cobertura jornalística (AGÊNCIA FAPESP, 2014).

O Guia Especial do jornal A parece ter vindo justamente na contrapartida dessa redução de espaço para o jornalismo científico nos jornais. A publicação foi o projeto final da 3ª turma do Programa de Treinamento em Jornalismo de Ciência e Saúde do jornal A. Tal programa apresenta patrocínio institucional de uma indústria farmacêutica e, segundo o jornal A, tem caráter de formação e reflexão sobre a atividade jornalística e científica. Nele, um grupo de profissionais de diferentes áreas (não exclusivamente jornalistas) é selecionado anualmente para passar um mês na sede do jornal, “aprendendo a produzir textos noticiosos, discutindo ética científica e jornalística com profissionais experientes e preparando um projeto final”.

O espaço que o jornal dedicou à publicação do projeto final pode denotar maior interesse e dedicação ao jornalismo de ciência e saúde, ainda que deva ser levado em conta que o programa ocorre anualmente, o que leva a apenas uma

publicação dessa natureza por ano (a qual foi coincidentemente apreendida pela presente pesquisa). Por outro lado, caso o Guia Especial não fosse considerado, o número de publicações sobre alimentação, nutrição e sua relação com a saúde na versão impressa do jornal A ainda seria superior ao encontrado no jornal B, o que pode demonstrar que, de fato, esse tipo de publicação ainda tem mais espaço em um jornal do que no outro.

4.2.2 Gêneros Jornalísticos

Foram identificados quatro gêneros jornalísticos dentre as publicações selecionadas pela presente pesquisa (Tabela 6). O maior número de publicações se caracterizou como reportagem, ou seja, uma matéria que se aprofunda na explicação de fatos atuais, mas que não necessariamente traz informações novas (SEIXAS, 2009). As publicações do Guia Especial do jornal A foram consideradas reportagens especiais, uma vez que se profundam em um tema central atual (alimentação a partir dos 50 anos), apesar de contarem com depoimentos e pareceres, os quais não caracterizam entrevistas.

Tabela 6 - Classificação das publicações inseridas nos critérios de inclusão, segundo o gênero jornalístico. São Paulo, 2016.

	Jornal A	Jornal B
Reportagem	3 (18,7%)	2 (100%)
Reportagem especial	10 (62,5%)	-
Entrevista	1 (6,3%)	-
Coluna	2 (12,5%)	-
Total	16	2

No jornal A foi identificada uma entrevista que se adequou aos critérios de inclusão. No jornal B, uma das reportagens não se caracterizou como entrevista, propriamente, mas se baseou na fala de especialistas sobre o tema, ainda que não tenha sido organizada na forma de perguntas e respostas. Em ambos os casos, as publicações estavam associadas a reportagens sobre o mesmo tema, e se apresentavam, graficamente, bastante próximas das reportagens em questão (enquadradas na mesma página). As entrevistas e declarações de profissionais da área podem conferir interatividade e maior legitimidade às reportagens por trazerem opiniões exteriores às do jornalista que elaborou a reportagem, as quais podem ser

de pessoas que vivenciam ou vivenciaram algo relacionada ao fato que está sendo abordado, ou de profissionais relacionados ao tema abordado nas publicações, geralmente de renome e/ou associação a instituições reconhecidas pelo público (MAZINI, 2008). Quando o leitor se sente capaz de trocar de lugar com o entrevistado, a reportagem possibilita a interatividade, ao passo que as palavras de um especialista no assunto ou de uma pessoa publicamente admirada conferem credibilidade (SEIXAS, 2009). A fala do profissional de saúde é considerada especialmente crível, por ser, socialmente, uma fala autorizada, legal, dado que advém do espaço técnico e científico, e esse é um grande indicativo da hegemonia do modelo biomédico (LEFEVRE E LEFEVRE, 2012).

Ainda, foram identificadas, apenas no jornal A, a presença de duas colunas cujo conteúdo atendia aos critérios de inclusão. Ambas foram assinadas por médicos, fato que confere credibilidade ainda maior aos temas e conteúdos abordados, considerando o modelo biomédico que predomina ainda hoje em nossa sociedade, o qual favorece a supremacia da classe médica sobre as demais profissões que compõem a área da saúde (TESSER E LUZ, 2008).

4.2.3 Contexto Gráfico

Os textos jornalísticos impressos são organizados de acordo com a elaboração do *layout* do jornal, que não é aleatória. De acordo com SOUSA (2006), a aplicação dos princípios do *design* na elaboração do *layout* apresenta, de fato, funções jornalísticas, tais como organizar, articular e hierarquizar os conteúdos. Entretanto, também apresenta funções estéticas ou apelativas que intencionam atrair o leitor.

No contexto do jornal impresso, uma matéria que ocupe mais espaço aparenta maior importância do que outra que apresenta dimensões reduzidas (SOUSA, 2006). Na versão digital, tais diferenças ficam menos explícitas, já que, ao selecionar uma matéria para leitura, essa passa a ocupar toda a tela do computador ou do dispositivo utilizado para o acesso (*smartphone* ou *tablet*).

De modo semelhante, publicações que figurem nas primeiras páginas do jornal, sob a denominação “destaque”, ou que apresentem chamadas à primeira página, são vistas pelos leitores como as mais importantes do jornal. Outra forma de acentuar a importância de um texto é associá-lo a imagens que chamem atenção e

contribuam para sua compreensão e geração de significado para o leitor (SOUSA, 2006).

A Tabela 7 mostra o contexto gráfico encontrado para as publicações selecionadas para a presente pesquisa, no que diz respeito à versão impressa, à qual os aspectos de localização no jornal, chamada à primeira página, dimensão e associação a fotografias e/ou ilustrações se aplicam.

Tabela 7 - Contexto gráfico das publicações selecionadas nas versões impressas dos jornais, segundo localização, chamada, dimensão e presença de imagens associadas. São Paulo, 2016.

Referência da publicação	Caderno (página)	Chamada à página principal	Dimensão (cm ²)	Presença de imagem associada à publicação	Tipo de imagem (quantidade)
Reportagem 1 jornal A	Saúde + Ciência ¹ (B12)	Não	1/2 página (795)	Sim	Infográfico com fotografias (1)
Reportagem 2 jornal A	Suplemento Folhinha	Sim	6/7 da página de suplemento ² (1305)	Sim	Fotografias (2)
Reportagem 3 jornal A	Saúde + Ciência (B19)	Não	1/2 página (690)	Sim	Infográfico com fotografia (1)
Guia Especial jornal A	Caderno exclusivo	Sim	32 páginas de suplemento	Sim	Fotografias (19) e infográficos (3)
Entrevista jornal A	Suplemento Folhinha	Não	1/7 de página de suplemento (172,5)	Sim	Fotografia (2)
Coluna 1 jornal A	Opinião (A3)	Sim	1/5 da página (333)	Não	-
Coluna 2 jornal A	Ciência + Saúde ¹ (B12)	Não	1/8 da página (224)	Não	-
Reportagem 1 jornal B	Metrópole (A21)	Não	1/3 da página (395)	Sim	Fotografias (2)
Reportagem 2 jornal B	Metrópole (A21)	Não	1/8 da página (130)	Não	-

¹ O caderno Ciência+Saúde apresenta modificação na ordem de seu nome (Saúde+Ciência), no caso de a matéria referente à saúde apresentar maior dimensão do que aquela referente à ciência no número em questão.

² Uma página tradicional do jornal A apresenta 56x32cm. Uma página de suplemento tem tamanho menor (32x28cm).

Na versão impressa do jornal A é possível verificar que a maior parte (quatro em um total de sete, ou seja, 57%) não apresentava chamada à página principal do

jornal, entretanto, três das matérias sem chamada à capa pertenciam a um caderno em que se espera encontrar publicações com temas que versem sobre saúde (Saúde+Ciência, onde se localizaram 50% das publicações que não faziam parte do Guia Especial), apesar de sua localização ser no interior do jornal, e não nas primeiras páginas. A entrevista, também sem chamada à capa, estava associada à reportagem 2, ambas pertencentes a um suplemento do jornal, o que significa que a chamada da reportagem 2 proporcionava, indiretamente, a chegada do leitor à entrevista.

Das matérias que não foram publicadas no caderno Saúde+Ciência, uma constava na terceira página do jornal (Opinião), e as demais no suplemento Folhinha, todas com chamada à página principal. Tais aspectos do contexto gráfico indicam intencionalidade de visibilidade às matérias em questão, destacando que o tema alimentação, nutrição e saúde ocupa um espaço importante no jornal A.

Mais um indício da questão da relevância do tema para o jornal A é que, com exceção das colunas, que tradicionalmente ocupam espaços reduzidos nos jornais impressos e são desprovidas de imagens associadas, as demais matérias tradicionais ocupavam $\frac{1}{2}$ página do jornal, ou faziam parte de suplementos (Folhinha e Guia Especial), além de terem sido, todas elas, acompanhadas de imagens, que variaram entre fotografias e infográficos (por vezes havendo associação de ambos os recursos visuais) relacionados ao conteúdo abordado na matéria.

As duas publicações selecionadas no jornal B, porém, não demonstraram a mesma relevância: ambas estavam associadas entre si graficamente, e, portanto, localizadas no mesmo caderno (Metrópole), que não era específico sobre saúde e temas correlatos e estava localizado no interior do jornal, e não nas primeiras páginas. Ainda, ambas as matérias não contaram com chamada à página principal, e apenas a Reportagem 1 apresentou imagens associadas (fotografias), apesar de não haver dissociação clara da Reportagem 2 com tais imagens, uma vez que ambas as reportagens versavam sobre o mesmo tema e dividiam a mesma página.

As reportagens do jornal B ocuparam, juntas, cerca de metade da página do jornal, tendo sido situadas ao redor de uma propaganda de uma grande rede de produtos de escritório, informática e material escolar, que ocupava boa parte da página.

Já na versão digital, não se aplicam os aspectos de dimensão (referido anteriormente) e localização no jornal, uma vez que sua leitura não precisa ser

seriada, dado que é possível selecionar diretamente, já na primeira página do *site*, a matéria ou seção que se pretende acessar, sem precisar passar previamente pelo restante do jornal, como ocorre com a versão impressa. Dito isso, o contexto gráfico das versões digitais dos jornais está apresentado na Tabela 8.

Ao contrário do que pode se supor, comparando-se as versões impressa e digital do jornal A, não foi verificada superioridade importante de recursos gráficos nas versões digitais dos jornais, em comparação às impressas. Todas as publicações às quais foram associadas imagens nas versões digitais tiveram também a associação de imagens nas versões impressas. Nas reportagens 1 e 3 do jornal A, foram utilizados exatamente os mesmos infográficos em ambas as versões. Na reportagem 2 e entrevista do jornal A, ambas presentes no mesmo fascículo do Suplemento Folhinha, 4 das fotografias utilizadas nas publicações da versão digital constavam também na versão impressa, sendo duas associadas à reportagem e outras duas à entrevista. Uma das fotografias, inclusive, estampou a maior parte da capa do suplemento, sinalizando ser essa a principal publicação do mesmo.

Tabela 8 - Contexto gráfico das publicações selecionadas nas versões digitais dos jornais, segundo localização, chamada e presença de imagens associadas. São Paulo, 2016.

Referência da publicação	Seção	Chamada à página inicial do <i>site</i>	Chamada à página principal da seção	Presença de imagem associada à publicação	Tipo de imagem
Reportagem 1 - jornal A	Ciência	Sim	Sim	Sim	Infográfico com fotografias (1)
Reportagem 2 - jornal A	Folhinha	Sim	Sim	Sim	Fotografias (8)*
Reportagem 3 - jornal A	Equilíbrio e Saúde	Não	Sim	Sim	Infográfico com fotografia (1)
Guia Especial - jornal A	Treinamento Ciência + Saúde	Sim	Seção específica apenas para as matérias	Sim	Fotografias (20) e infográficos (2)
Entrevista - jornal A	Folhinha	Não	Não	Sim	Fotografias (8)*
Coluna 1- jornal A	Opinião	Não	Sim	Não	-
Coluna 2- jornal A	Colunas	Não	Não	Não	-
Reportagem 1 - jornal B	Saúde	Sim	Sim	Sim	Fotografia (1)
Reportagem 2 - jornal B	Saúde	Não	Não	Não	-

*As mesmas 8 fotografias foram utilizadas em ambas as publicações (reportagem 2 e entrevista).

No Guia especial do jornal A verificou-se comportamento um tanto diverso: 9 fotografias (de um total de 19, ou seja, 47%) presentes na versão impressa não apareceram na versão digital, e 10 fotografias presentes na versão digital não apareceram na versão impressa (de um total de 20, ou seja, 50%). Em contrapartida, 1 infográfico presente na versão impressa não figurou a versão digital. Assim, ainda que tenha sido verificada certa diferença nas imagens, propriamente, utilizadas em cada uma das versões, nenhuma delas ficou em desvantagem no que diz respeito à quantidade de ilustrações aplicadas.

Analisando o contexto gráfico das matérias do jornal B, verifica-se que a versão impressa apresentou, inclusive, número superior de imagens (2 fotografias na reportagem, sendo que apenas uma delas figurou a versão digital), contrariando a suposição de que os recursos gráficos da versão digital são mais abundantes. Há de se levar em conta, entretanto, que o número de matérias do jornal B que atendeu aos critérios de inclusão foi bastante baixo, o que significa que essa análise pode não representar o padrão do jornal.

Referente às seções em que se localizaram as publicações das versões digitais de ambos os jornais, essas foram bastante coerentes em relação aos temas abordados, ou seja, seções em que se esperaria ou procuraria publicações relacionadas à alimentação, nutrição e saúde.

Quanto à chamada à página principal do site dos jornais, no caso do jornal A, o comportamento foi exatamente o mesmo da versão impressa: três publicações (sendo uma delas o Guia Especial) apresentaram chamada à página principal do site, o que representou 43% do total, enquanto as outras 4 não apresentaram (57%). Entretanto, não foram propriamente as mesmas publicações que receberam o destaque nas páginas principais de ambas as versões do jornal A, como é possível verificar ao comparar as Tabelas 7 e 8.

No caso do jornal B, as reportagens selecionadas versavam sobre o mesmo tema, mas não apresentavam associação gráfica, como verificado na versão impressa do jornal. Para o acesso a cada uma das reportagens, o jornal disponibilizou um endereço eletrônico específico, individualizando cada uma das reportagens. Entretanto, apenas uma das reportagens (a mais longa) contou com chamada à página principal do jornal, ainda que a segunda reportagem estivesse quase como uma continuação da primeira.

Vale ressaltar que as versões digitais dos jornais contam com uma ferramenta de destaque das publicações que apenas é possível em suplementos especiais nas versões impressas: a chamada à capa das seções. Na versão impressa, a maioria dos cadernos, com exceção de suplementos especiais, apresenta apenas a identificação do caderno no topo da página na qual se desenrolam as publicações pertinentes àquele caderno, mas não uma capa propriamente. Na versão digital, cada uma das seções conta com uma página principal, bastante semelhante à página inicial do *site* do jornal, mas com chamadas apenas daquela seção em específico. Essa ferramenta é outra forma de dar visibilidade às publicações das seções, ainda que essas não tenham recebido destaque na página inicial do *site*.

Por meio da Tabela 8 é possível verificar que o jornal A se utilizou do recurso de destacar duas das publicações selecionadas (Reportagem 3 e Coluna 1) na página principal das seções em que as publicações se localizavam, ainda que as mesmas não tenham recebido destaque na página inicial do *site* do jornal.

4.2.4 Publicidade de Alimentos e Bebidas

A presença de publicidade de alimentos e bebidas foi um dos aspectos avaliados em ambos os jornais pesquisados, bem como sua relação gráfica e/ou temática com as publicações que atendiam aos critérios de inclusão. Conforme citado anteriormente, tal avaliação se deu apenas nas versões impressas de ambos os jornais, dado que as versões digitais apresentam publicidade variável de acordo com o perfil identificado para o equipamento (computador, *smartphone* ou *tablet*) no que diz respeito a interesses manifestados pelo usuário por meio de buscas em sites específicos.

É possível verificar os resultados por meio do Quadro 9. O número geral de anúncios publicitários de alimentos e bebidas foi 33% superior no jornal A. Avaliando as semanas isoladamente, a grande diferença entre os jornais esteve na semana construída, durante a qual o número de anúncios publicitários no jornal A foi 60% superior ao verificado no jornal B. Na semana corrida, porém, o número foi exatamente o mesmo.

O maior anunciante do jornal A foi a empresa Seara, indústria brasileira de alimentos cárneos, presuntaria, vegetais congelados, pratos prontos e sanduíches congelados. Dos 12 anúncios verificadas no jornal A, cinco (42%) tinham a Seara

como anunciante, cada um deles com um produto diferente como foco. A Friboi, indústria brasileira de carne bovina, pertencente ao mesmo grupo da Seara (JBS), foi a segunda maior anunciante no jornal A: três anúncios publicitários (25%) no período avaliado, todos com conteúdo institucional. A Nestlé, empresa multinacional de alimentos de diferentes categorias, contou com dois anúncios no jornal A, ambos tendo o mesmo produto como tema. Os supermercados Pão de Açúcar e Sonda foram os responsáveis pelos dois anúncios restantes encontrados no jornal A.

No caso do jornal B, o Grupo Pão de Açúcar, maior grupo varejista do país, controlado por capital francês, foi o maior anunciante: três anúncios dos nove encontrados (25%). Friboi e Seara também figuraram entre os anunciantes do jornal B, cada um com dois anúncios (22% dos anúncios cada empresa), assim como a Nestlé, essa com apenas um anúncio (11%), número também verificado para o restaurante Trattoria.

É interessante notar que o mesmo anúncio (mesma empresa e produto ou tema) figurou nos dois jornais em dias diferentes, como é o caso do anúncio da Friboi na semana construída, primeiramente no jornal B (terça-feira) e em seguida no jornal A (quinta-feira); e do anúncio da Seara na semana corrida, primeiramente no jornal A (segunda-feira) e em seguida no jornal B (quarta-feira). Em duas ocasiões, foi verificada a presença do mesmo anúncio, exatamente, no mesmo dia em ambos os jornais: Friboi na sexta-feira da semana construída e Seara na sexta-feira da semana corrida. Coincidência ou não, o fato se deu em ambas as sextas-feiras analisadas, dias em que nenhuma matéria de nenhum dos dois jornais foi selecionada segundo os critérios de inclusão.

Em ambos os jornais, verificou-se presença de publicidade de alimentos e bebidas mesmo na ausência de publicações que se adequassem aos critérios de inclusão, e, portanto, tratassem dos temas alimentação e nutrição. Da mesma forma, foi identificada a presença de publicações inseridas nos critérios de inclusão sem que os jornais contassem com publicidade de alimentos e bebidas na mesma data.

Quadro 9 - Presença de publicidade de alimentos e bebidas em ambos os jornais analisados, segundo dia e semana de coleta, empresa anunciante, tema da publicidade, presença e associação a publicações selecionadas. São Paulo, 2016.

Semana de coleta	Dia da semana	Jornal A					Jornal B				
		Empresa anunciante	Tema da publicidade	Presença de publicação selecionada	Associação gráfica à publicação	Associação temática à publicação	Empresa anunciante	Tema da publicidade	Presença de publicação selecionada	Associação gráfica à publicação	Associação temática à publicação
Semana construída	Segunda-feira	Seara	Produto (frango Assa Fácil)	Sim	Não	Não	-	-	Não	-	-
	Terça-feira	Seara	Produto (linguiça toscana)	Não	-	-	Friboi	Institucional	Não	-	-
	Quarta-feira	-	-	Não	-	-	-	-	Não	-	-
	Quinta-feira	Friboi	Institucional	Não	-	-	Grupo Pão de Açúcar	Marca Casino	Não	-	-
		Seara	Produto (linguiça calabresa)	Não	-	-	Pão de Açúcar supermercados	Produtos especiais	Não	-	-
							Trattoria restaurante	Institucional	Não	-	-
	Sexta-feira	Friboi	Institucional	Não	-	-	Friboi	Institucional	Não	-	-
		Pão de Açúcar supermercados	Produtos variados	Não	-	-					
		Sonda supermercados	Produtos variados	Não	-	-					
	Sábado	-	-	Sim	-	-	-	-	Não	-	-
	Domingo	Friboi	Institucional	Sim	Não	Não	-	-	Não	-	-
	Total	8					5				
Semana corrida	Segunda-feira	Seara	Produto (mortadela defumada)	Não	-	-	-	-	Não	-	-
	Terça-feira	-	-	Sim	-	-	Nestlé	Produto (Nutren Senior)	Não	-	-
	Quarta-feira	Nestlé	Produto (Nutren Senior)	Não	-	-	Seara	Produto (mortadela defumada)	Não	-	-
	Quinta-feira	Nestlé	Produto (Nutren Senior)	Sim	Sim	Sim	Grupo Pão de Açúcar	Marca Casino	Não	-	-
	Sexta-feira	Seara	Produto (pizza congelada)	Não	-	-	Seara	Produto (pizza congelada)	Não	-	-
	Sábado	-	-	Sim	-	-	-	-	Não	-	-
	Domingo	-	-	Não	-	-	-	-	Sim	-	-
	Total	4					4				
	Total geral	12					9				

Aldrighi (1989) sugere a aplicação de um modelo ideal de funcionamento da publicidade, o qual deve não só favorecer a compra do produto anunciado, como também sua repetição. Tal modelo parte de predisposições básicas do consumidor, tais como crenças, saberes, preferências, sentimentos e emoções, para produzir mensagens que alimentem suas expectativas e estimulem seu desejo, o qual irá se traduzir no ato da compra do produto anunciado. Após a compra, se dá o momento de utilização do produto, que pode (ou não) gerar satisfação no tocante às expectativas geradas pela comunicação do mesmo. Uma vez satisfeito, o consumidor se torna mais favorável a receber novas mensagens, construindo uma atitude positiva em relação à marca anunciante.

As marcas, portanto, ao se utilizarem do chamado reforço publicitário, ou seja, comunicação contínua de seus produtos e/ou serviços, agem não somente no sentido de atingir novos consumidores em potencial, como também no objetivo de formar um hábito naqueles já consumidores de seus produtos/serviços, o que se denomina “fidelização do cliente” (Aldrighi, 1989).

O reforço publicitário foi verificado pelas empresas Friboi e Seara, em ambos os jornais analisados, em consonância com o modelo proposto por Aldrighi (1989), possivelmente no intuito de alcançar novos consumidores, dado que cada um dos jornais apresenta seu público específico, bem como de fidelizar os já consumidores.

Não foi verificada relação gráfica (proximidade espacial), tampouco temática da maioria dos anúncios publicitários às publicações selecionadas, com exceção de um anúncio da Nestlé, cujo tema era um produto específico para idosos, e que figurava na contracapa do Guia Especial “Alimentação 50+ - Como fazer da dieta uma aliada no envelhecimento, sem abrir mão do prazer”, publicado pelo jornal A. Tal anúncio ocupou a contracapa e a primeira página do Guia Especial, e está reproduzido na Figura 2.

Figura 2 - Reprodução do anúncio de indústria de alimentos publicado em associação ao Guia Especial do jornal A. São Paulo, 2015.

Nestlé Faz Bem

Alimentação saudável

A melhor fase da vida é agora e quem chegou aos 50 ainda tem muito o que aproveitar! NUTREN[®] Senior é o aliado de quem está em busca de uma alimentação saudável, equilibrada e com os nutrientes essenciais. NUTREN[®] Senior contém ACT-3, uma combinação única de cálcio, proteína e vitamina D, além de fornecer outras vitaminas e minerais. Sem sabor, pode ser utilizado no preparo de receitas salgadas e doces, como sopas, vitaminas, sobremesas e muito mais. Confira a seguir duas receitas que farão seu dia a dia muito mais gostoso!

Refresco de frutas vermelhas e gengibre

Ingredientes

- 1/2 xícara (chá) de framboesas congeladas
- 2 morangos médios congelados
- 1 colher (sopa) de germen de trigo
- 1 castanha-do-pará média
- 1/2 colher (chá) de gengibre fresco ralado
- 6 colheres (sopa) rasas de NUTREN[®] Senior pó (55 g)
- 1 colher (sopa) de adoçante

Modo de preparo

Em um liquidificador, bata todos os ingredientes com 1 xícara (chá) de água gelada. Sirva a seguir.

Rendimento: 1 porção

Bobó de camarão

Ingredientes

- 1/2 xícara (chá) de mandioca descascada e picada
- 1/2 colher (chá) de sal
- 1 colher (chá) de azeite
- 2 colheres (sopa) de cebola picada
- 1/2 dente de alho amassado
- 3 colheres (sopa) de purê de tomate
- 2 colheres (sopa) de leite de coco
- 1/2 xícara (chá) de camarões limpos
- 2 colheres (sopa) de pimentão verde picado
- 1/2 colher (sopa) de coentro picado
- 1/2 colher (chá) de azeite-de-dendê (opcional)
- 6 colheres (sopa) rasas de NUTREN[®] Senior pó (55g)

Modo de preparo

Em uma panela grande, coloque 1 1/2 xícara (chá) de água, a mandioca e o sal. Leve ao fogo e cozinhe por cerca de 25 minutos ou até a mandioca ficar amolecida. Retire do fogo e espere esfriar um pouco. Em um liquidificador, bata a mandioca com 4 colheres (sopa) do caldo do cozimento, de modo a obter um creme não muito espesso. Se necessário, coque mais caldo. Reserve. Em uma panela, aqueça o azeite, refogue a cebola e o alho. Acrescente o purê de tomate e o leite de coco. Quando iniciar fervura, junte o camarão e o pimentão e cozinhe em fogo baixo por cerca de 5 minutos. Adicione a mandioca reservada e aqueça. Desligue o fogo, adicione o coentro, o azeite de dendê e o NUTREN[®] Senior diluído em 1/2 xícara (chá) de água morna e misture bem. Decore com coentro picado e sirva a seguir.

Rendimento: 1 porção

Tempo total de preparo: 45 minutos

Peça sua amostra grátis:
www.nutren.com.br

Cada vez que você prepara Nutren, você se prepara pra viver tudo o que a vida tem.

Cheguei Nutren[®] Senior, o suplemento da Nestlé com ACT-3, uma combinação única de Cálcio, Proteína e Vitamina D.

Peça sua amostra grátis:
nutren.com.br

A melhor fase da vida é agora.

Como é possível verificar por meio da figura, na primeira página do anúncio, este conta não somente com imagens do produto em sua embalagem e pronto para consumo, bem como do público a que se destina em uma fotografia sugestiva de um momento de alegria e plenitude. Ainda, o texto associado à imagem conta com uma frase curta, mas de grande efeito (“Cada vez que você prepara Nutren, você se prepara para viver tudo que a vida tem”), além de um termo que remete a um complexo nutricional exclusivo do produto (“ACT-3”).

Marins e colaboradores (2011), em pesquisa realizada com 20 peças publicitárias de alimentos veiculadas em revistas e jornais de circulação nacional, identificaram na maioria dos casos a predominância de linguagem imagética, ou seja, a presença de imagens que apresentam profundo significado, privilegiando a satisfação e os resultados obtidos após o consumo do produto anunciado. No anúncio em questão, verifica-se exatamente o mesmo perfil, sendo a imagem responsável por ilustrar as possibilidades que o consumo do produto proporciona a seu público alvo, em íntima consonância ao texto associado.

Tal perfil de anúncio vai ao encontro do modelo proposto por Aldrighi (1989), segundo o qual partindo de predisposições básicas do consumidor, as mensagens devem alimentar suas expectativas e estimular seu desejo. Levando em conta que o declínio motor é esperado e verificado em boa parte da população idosa (GU et al., 2015), ilustrar o anúncio com um casal de mais de 50 anos dançando e demonstrando grande contentamento é uma forma profunda de atingir os sentimentos, emoções e expectativas dos leitores e possíveis consumidores.

Na mesma pesquisa, Marins e colaboradores (2011) também verificaram abundância de as “frases curtas, ricas em adjetivos e soando com grande efeito”, bem como expressões que não apresentam significado técnico científico, mas se constituem de um recurso retórico para conferir legitimidade e sofisticação ao produto, auxiliando na persuasão aos consumidores. A frase associada à imagem da primeira página do anúncio encontrado no presente estudo, bem como o termo “ACT-3”, são representativos do verificado na referida pesquisa, demonstrando continuidade e identidade das características da publicidade de alimentos, complementos e suplementos alimentares nos grandes jornais brasileiros.

Em sua segunda página, o anúncio conta com um pequeno texto que aborda de forma breve e objetiva os temas longevidade, alimentação saudável, nutrientes essenciais, e aplicação prática do produto, sendo que praticamente todos esses temas são abordados nas matérias presentes no Guia Especial, o que dá maior significado e credibilidade ao anúncio. Como aplicação prática do produto no dia a dia, são apresentadas duas receitas culinárias, acompanhadas de fotografias muito bem produzidas, que sugerem sua utilização de forma alternativa à mistura ao leite, apenas.

A utilização de receitas culinárias pode ser caracterizada como um dos meios que a indústria de alimentos (ou, no caso, complementos e suplementos alimentares) encontra para divulgar informações nutricionais complementares, ou seja, uma das formas de promover a propaganda nutricional (SCAGLIUSI et al., 2005).

4.3. RESULTADOS QUALITATIVOS

4.3.1 Comparação dos Conteúdos das Versões Impressa e Digital

Num primeiro momento, as publicações em comum entre as versões impressa e digital de cada um dos jornais foram comparadas quanto ao seu conteúdo, ou ao texto propriamente dito. Os quadros 10 a 12 resumem os resultados encontrados.

Quadro 10 - Comparação dos títulos e conteúdos das matérias em comum selecionadas na semana construída nas versões digital e impressa do jornal A. São Paulo, 2016.

Dia da semana	Versão	Título/subtítulo	Comparação dos conteúdos
Segunda-feira	Ambas	Estudos contraditórios sobre comida confundem público <i>Metodologia das pesquisas em nutrição está especialmente sujeita a falhas*</i>	Conteúdos muito semelhantes, porém, versão impressa possui subtítulo e citação destacada.
Sábado	Digital	De salgadinho a sushi, crianças contam o que gostariam de comer no recreio	Conteúdos muito semelhantes, com algumas palavras diferentes. Versão impressa possui subtítulo.
	Impressa	O que tem na sua lancheira? <i>Batata-doce, salgadinho e até sushi: crianças contam o que gostam de comer no recreio*</i>	
	Digital	Os amigos da minha filha também gostam da lancheira dela', diz Bela Gil	Diferenças nos conteúdos: matéria da versão impressa é menor, com menos perguntas e respostas resumidas.
	Impressa	Abóbora no recreio	
Domingo	Digital	Chocolate se envolve em polêmica por supostos efeitos emagrecedores	Conteúdos muito semelhantes, mas a versão digital apresenta mais citações e texto, propriamente. Versão impressa possui subtítulo.
	Impressa	Dieta do chocolate <i>Falso estudo diz que produto emagrece, mas pesquisa séria dá aval para comer sem tanta culpa*</i>	

*Subtítulos sinalizados em itálico, quando presentes.

Considerando as matérias selecionadas no jornal A durante a semana construída (quatro, no total, listadas no Quadro 10), foram verificadas diferenças nos títulos apresentados pelas versões digital e impressa da maioria delas (três matérias, ou 75%). Os títulos da versão impressa se mostram mais concisos, enquanto os da versão digital são mais longos e explicativos dos conteúdos. Tal fato se deve não somente à limitação espacial do jornal impresso, mas também ao fato de que, no chamado “novo jornalismo”, os títulos de suas publicações são mais

curtos, incisivos e, por vezes, até mesmo apelativos e mais emotivos, o que remete a técnicas da publicidade e até mesmo do cinema, enquanto constituintes das ciências da comunicação (SOUSA, 2001). Mostrou-se mais comum na versão impressa a presença de subtítulos nas matérias, o que pode denotar uma característica explicativa da publicação que segue, devido à utilização de títulos mais concisos.

Quanto aos conteúdos das publicações, propriamente, verificou-se em 50% dos casos (duas matérias) uma semelhança quase completa entre as versões. Na outra metade das matérias, a versão digital mostrou-se mais extensa, o que, nas matérias em questão, pareceu estar relacionado a limitações espaciais do jornal impresso, o que não se verifica na versão digital. Ainda que tenha havido variações sutis no conteúdo das diferentes versões, a identidade nas mensagens de ambas as versões foi marcante.

Nas publicações do jornal A selecionadas ao longo da semana corrida (Quadro 11), verificou-se a mesma característica de títulos mais concisos, incisivos, apelativos e emotivos na grande maioria das matérias da versão impressa (10 de 12, ou 83%), sendo todas aquelas nas quais se verificou variação no título ou conteúdo pertencentes ao Guia Especial. Os maiores exemplos de títulos dessa natureza foram “Creme de ‘bem viver’”, “Soja contra rugas” e “Cuidado com a balança”, os quais, inclusive, se dissociaram fortemente dos títulos das matérias correspondentes da versão digital, remetendo às técnicas de publicidade e cinema sinalizadas por Sousa (2001).

Levando em conta apenas as matérias do Guia Especial, a presença de subtítulos foi praticamente unânime (9 de 10, ou 90%) nas matérias da versão impressa encontradas no Guia, sendo essa a única diferença de conteúdo efetivamente encontrada em 40% de suas publicações. Os títulos das matérias da versão digital remeteram aos subtítulos das matérias correspondentes na versão impressa em 40% das matérias (ou 4, em número absoluto), sendo que em apenas uma matéria coincidiram os fatos de o subtítulo ser o diferencial entre as versões, e o título da versão digital remeter ao mesmo. Essa identidade entre o subtítulo de matérias da versão impressa e o título das matérias correspondentes da versão digital corrobora a característica explicativa de ambos, com a presença de um tom mais conciso e incisivo no título das matérias da versão impressa.

Quadro 11 - Comparação dos títulos e conteúdos das matérias em comum selecionadas na semana corrida nas versões digital e impressa do jornal A. São Paulo, 2016.

Dia da semana	Versão	Título/subtítulo	Comparação dos conteúdos
Terça-feira	Ambas	Culto ao corpo, desprezo à saúde	Conteúdos idênticos.
Quinta-feira	Digital	Dieta ajuda a compensar perdas provocadas pelo envelhecimento	Conteúdos muito semelhantes, mas versão impressa possui subtítulo e "dica" ao final da matéria. Título da versão digital remete ao subtítulo da versão impressa.
	Impressa	As perdas a cana ano <i>Dieta saudável ajuda a combater os efeitos da perda de massa muscular, óssea e até de memória, que aparecem com a idade*</i>	
	Digital	Parecida com iogurte, bebida à base de grão desconhecido regula o intestino	Conteúdos muito semelhantes, mas versão impressa possui subtítulo. Título da versão digital remete ao subtítulo da versão impressa.
	Impressa	Creme de 'bem viver' <i>Parecido com iogurte, kefir tem probióticos que ajudam o intestino a funcionar melhor e dá sensação de bem-estar*</i>	
	Digital	Do refugiado à apresentadora de TV, veja como almoçam 7 pessoas que já passaram dos 50	Depoimentos idênticos, mas descrições das refeições mais detalhadas na versão impressa. A versão impressa apresenta a opinião de um especialista em cada refeição.
	Impressa	Depoimentos	
	Digital	Após se conhecer pela internet, grupo 'Mais de 50' se reúne para espantar a solidão	Conteúdos semelhantes. Versão impressa possui subtítulo e receita culinária ao final da matéria, e versão digital é mais extensa, explorando mais as histórias dos entrevistados.
	Impressa	Mesa cheia <i>Fazer as refeições em companhia ajuda a prevenir doenças como depressão e ainda estimula a memória e a inteligência*</i>	
	Digital	Nutricosméticos prometem ajudar a envelhecer com beleza; conheça efeitos	Conteúdos muito semelhantes, mas versão impressa possui subtítulo e receita culinária ao final da matéria. Título da versão digital remete ao subtítulo da versão impressa.
	Impressa	Soja contra rugas <i>Mudanças na dieta ou uso de suplementos alimentares, como os nutricosméticos, podem ajudar a combater os sinais do envelhecimento*</i>	
	Digital	Nutricionistas sugerem cardápio ideal para envelhecer bem; confira	Conteúdos muito semelhantes, mas versão impressa possui subtítulo.
	Impressa	Saudável e gostoso <i>Orientado por especialistas, menu com 1.800 calorias traz sugestões de café da manhã, lanche, almoço, jantar e ceia para comer com prazer*</i>	
	Digital	Transtornos como ataque de gula ou anorexia podem surgir após os 50 anos	Conteúdos muito semelhantes, mas versão impressa possui subtítulo e "dica" ao final da matéria. Título da versão digital remete ao subtítulo da versão impressa.
	Impressa	Exageros que viram doença <i>Distúrbios alimentares típicos da juventude podem aparecer depois dos 50 anos, na forma de ataques de gula ou anorexia*</i>	

Quadro 11 - Comparação dos títulos e conteúdos das matérias em comum selecionadas na semana corrida nas versões digital e impressa do jornal A. São Paulo, 2016 (continuação).

Dia da semana	Versão	Título/subtítulo	Comparação dos conteúdos
Quinta-feira	Digital	Alimentação adequada ameniza efeitos indesejados da menopausa	Conteúdos muito semelhantes, mas versão impressa possui subtítulo. Título da versão digital remete ao subtítulo da versão impressa.
	Impressa	Cuidado com a balança <i>No climatério, corpo queima menos energia e acumula gordura; alimentos como soja ajudam a amenizar ondas de calor e a manter a forma*</i>	
	Digital	Estudo recomenda a médicos receitarem álcool para pacientes	Conteúdos muito semelhantes, mas versão impressa possui subtítulo, "dica" e receita culinária ao final da matéria.
	Impressa	Um trago de vez em quando <i>Bebidas abrem o apetite, têm propriedade anticoagulante, mas são calóricas e seu efeito é maior nas pessoas mais velhas*</i>	
	Digital	Dieta mediterrânea propõe refeições tranquilas com legumes, azeite e vinho	Conteúdos muito semelhantes, mas versão impressa possui subtítulo. Título da versão digital remete ao subtítulo da versão impressa.
	Impressa	O segredo dos gregos <i>Consenso entre especialistas, cardápio que combina peixes, vinho e cereais requer estilo de vida mais calmo para chegar a sua potencialidade*</i>	
Sábado	Ambas	Saúde mental e nutrição	Conteúdos idênticos.

*Subtítulos sinalizados em itálico, quando presentes.

Como diferenças centrais no conteúdo, foram verificadas, ainda, a presença de receitas culinárias e “dicas” ou opiniões de especialistas na versão impressa, características ausentes nas matérias correspondentes da versão digital. Em apenas uma das matérias foi verificada maior extensão e detalhamento na publicação correspondente da versão digital, demonstrando que, por ter sido um caderno desenhado especialmente para a publicação das matérias elaboradas como resultado final do Programa de Treinamento em Jornalismo de Ciência e Saúde do jornal A, a limitação espacial não foi marcante, como se verifica nos cadernos tradicionais da versão impressa.

É interessante notar que as matérias caracterizadas como colunas segundo o gênero jornalístico, ambas encontradas ao longo da semana corrida no jornal A, apresentaram-se idênticas na comparação entre as versões impressa e digital, tanto em relação ao título, quanto ao conteúdo. Tal achado aponta para a relevância dos artigos de opinião nos jornais, geralmente localizados às primeiras páginas e com o conteúdo preservado, independentemente da versão de publicação, fazendo jus às palavras exatas selecionadas e utilizadas pelos autores (SOUSA, 2001).

O jornal A sinaliza, abaixo dos artigos de opinião, que “os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo”. Dessa forma, o corpo editorial se isenta de responsabilidade sobre as publicações “com assinatura”, passando essas e seu conteúdo a ser de responsabilidade de seu autor.

Entretanto, a escolha/seleção dos membros que compõem a equipe de colunistas do jornal, bem como a publicação de textos na edição final é de total responsabilidade do jornal e, assim sendo, denota direcionamento ou identidade ideológica entre o jornal e o autor, o que deixa de isentar completa ou diretamente o jornal pelas publicações de opinião ou “com assinatura”, como o jornal A sinaliza.

O mesmo preciosismo de manutenção do conteúdo não é dedicado ao gênero jornalístico da entrevista, tendo havido um exemplar selecionado ao longo da semana construída. Ainda que as intervenções do jornalista sobre o discurso de um entrevistado estejam previstas e sejam aceitáveis, essas devem, segundo SOUSA (2001), “reduzir-se ao mínimo e direcionar-se unicamente para a forma, e nunca para o conteúdo do discurso”, procurando melhorar a apresentação e a organização do mesmo, dado que o discurso oral é, naturalmente e diferentemente do escrito, mais desorganizado e redundante.

Contudo, o que se identificou na entrevista publicada pela versão impressa do jornal A na semana construída foi uma redução da fala original da entrevistada, com muitos trechos fora de contexto e modificação das perguntas sinalizadas na versão digital, prejudicando a livre expressão e o diálogo que uma entrevista jornalística deveria possibilitar e, porque não, manipulando a compreensão do leitor (MAZINI, 2008).

Quanto às publicações selecionadas no jornal B, ainda que seu número tenha sido bastante inferior ao verificado para o jornal A (Quadro 12), observou-se maior semelhança entre os conteúdos das versões digital e impressa. Quanto aos títulos, ainda que na versão impressa esses tenham sido mais concisos, parecem constituir apenas uma versão levemente resumida dos títulos da versão digital, e não títulos curtos, incisivos, apelativos e emotivos, como verificado em boa parte das matérias da versão impressa do jornal A. Mais uma diferença marcante em relação ao jornal A foi que a presença de subtítulos não foi exclusiva das matérias da versão impressa, sendo esses encontrados, inclusive, apenas na versão digital de uma das

matérias do jornal B. Quanto ao texto, propriamente, esse foi idêntico em ambas as versões das duas matérias selecionadas no jornal B, demonstrando maior uniformidade nas mensagens veiculadas por esse jornal, independentemente do meio (impresso ou digital).

Quadro 12 - Comparação dos conteúdos das matérias em comum selecionadas na semana corrida nas versões digital e impressa do jornal B. São Paulo, 2016.

Dia da semana	Versão	Título/subtítulo	Comparação dos conteúdos
Domingo	Digital	Uso de suplementos por adolescentes divide opiniões de médicos <i>Em excesso, substâncias podem sobrecarregar rins, segundo especialistas; para outros, produto traz benefícios aos jovens*</i>	Conteúdos idênticos, com diferença sutil apenas no subtítulo, presente em ambas as matérias.
	Impressa	Suplementos para adolescentes dividem opiniões <i>Uso de substância que promete deixar corpo em forma pode sobrecarregar rins, segundo especialistas; para outros, produto traz benefícios aos jovens*</i>	
	Digital	Perigo de suplementos está no uso abusivo, dizem especialistas <i>Produtos são indicados para pacientes com deficiências nutricionais e pessoas que fazem treinos com alto gasto energético*</i>	Conteúdos idênticos, com diferença sutil apenas no subtítulo, presente somente na versão digital.
	Impressa	Perigo está no uso abusivo, diz especialista	

*Subtítulos sinalizados em itálico, quando presentes.

4.3.2 Análise das Publicações

Foram identificadas cinco categorias temáticas dentre as matérias selecionadas de ambos os jornais, sendo que cada categoria abarcou uma quantidade variável de temas, como é possível verificar na Tabela 9.

Tabela 9 - Categorias temáticas identificadas nas publicações e respectivos temas abordados. São Paulo, 2016.

Categorias temáticas	Temas identificados por categoria
Alimentação e saúde	Ação de nutrientes ou compostos sobre a saúde Ação de alimentos sobre a saúde Ação de suplementos alimentares sobre a saúde Composição de alimentos Relação entre alimentação e saúde
Avaliação e orientação nutricional	Recomendações e conduta nutricional Avaliação do consumo alimentar Composição de alimentos
Qualificação das informações	Dados epidemiológicos Pesquisas científicas Indicação da necessidade de orientação especializada
Práticas alimentares	Comportamento alimentar Hábitos e padrões alimentares Preferências e aversões alimentares
Normas sociais	Promoção da saúde Pressão social Publicidade e marketing Mídia e disseminação de informações

4.3.2.1 Categoria “Alimentação e Saúde”

Nessa categoria temática foram identificadas claramente duas formas diferentes de abordagem dos aspectos alimentares: uma mais reducionista e outra mais ampliada ou “holística”, como se pode chamar.

Na abordagem reducionista, foi frequente a relação de nutrientes, compostos alimentares, e alimentos, propriamente, com aspectos específicos da saúde, predominantemente a promoção/aumento ou a prevenção/redução do risco de desenvolvimento de doenças. Alguns enunciados ilustram o exposto:

“Os flavonoides presentes no alimento, por terem propriedades antioxidantes, ajudam a diminuir o risco de desenvolver diabetes e hipertensão. (...) Os flavonoides do chocolate aumentariam a função cognitiva.”

“Aqueles pessoas que disseram comer mais o doce [chocolate] também tinham menor IMC e menor pressão arterial. Comparando com quem afirmou evitar a guloseima, o grupo chokolatra teve um risco 23% menor de ter infarto e 25% menor de morte associada a doença cardiovascular.”

"Isso porque o álcool contém propriedades anticoagulantes, que reduziriam o risco de derrames, particularmente em mulheres. Além disso, as bebidas alcoólicas aumentariam a sensibilidade do organismo em relação à insulina, diminuindo as chances de desenvolver diabetes."

"Entre os alimentos que podem ajudar nessa etapa da vida da mulher, está a soja. Alimento ajuda a prevenir efeitos da menopausa."

"Uma série de novos suplementos alimentares promete ajudar a combater os sinais de envelhecimento. São os chamados nutricosméticos, que promovem a beleza 'de dentro para fora'."

"A concepção da dieta surgiu a partir da percepção de que pessoas que vivem na região do mar Mediterrâneo têm menor índice de doenças cardiovasculares e menor prevalência de obesidade. A dieta é repleta de compostos que ajudam a combater inflamações e oxidações 'radicais livres que reagem com a estrutura da célula' além de aumentar a imunidade."

Houve predomínio do enfoque de aspectos positivos dos nutrientes, compostos e alimentos. Compostos bioativos (flavonoides, antocianinas, resveratrol, licopeno e sulforano), vitaminas (A, B, C, D e E), minerais (cálcio, zinco, cobre, selênio), ômega-3, proteínas, álcool, café, chocolate, kefir e peixe foram os mais citados, relacionados principalmente à prevenção de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (doenças cardiovasculares, em especial, mas também hipertensão, diabetes, câncer e déficit cognitivo), sendo destacadas ações anti-inflamatórias e antioxidantes.

A saúde, entretanto, foi predominantemente enquadrada em uma perspectiva negativa. Apesar de serem poucos os estudos com desenho e temática semelhantes ao presente, alguns trabalhos interessados no conteúdo da mídia brasileira já identificaram esse perfil de mensagem e/ou discurso.

Penteado e colaboradores (2002), ao analisarem as notícias sobre a Campanha da Voz publicadas nos mesmos jornais analisados no presente estudo, em período específico do ano de 2002, identificaram também a ênfase na doença, pautada no reducionismo e na simplificação na busca da causalidade, além de "tendências de descontextualização, fragmentação e simplificação dos conteúdos, inerentes ao processo de construção da notícia", o que, segundo os autores, vai de encontro à proposta de promoção da saúde.

De modo semelhante, Oliveira-Costa e colaboradores (2015), em pesquisa que analisou o discurso do maior jornal do país sobre o tema da alimentação e sua interface com a saúde da mulher, identificaram onipresença do discurso de risco à saúde relacionado à prática alimentar, nutricional ou de suplementação.

Esse tipo de abordagem está em linha com o conceito de medicalização social, trabalhado e discutido por Foucault, de Friedson e Illich, segundo o qual a racionalidade biomédica se estendeu e invadiu todos os campos da sociedade, a partir, por exemplo, do crescimento do número de hospitais, indústrias, laboratórios e médicos; maior produção, variedade e distribuição de medicamentos; e incorporação de aspectos da condição humana aos diagnósticos, cura, terapêutica e patologias médicas. Nesse contexto, segundo os autores, a medicina institucionalizada se transformou em uma ameaça à saúde, na medida em que gera danos ao indivíduo, desarmonia entre ele e seu grupo social e destruição de seu potencial de autonomia para lidar com questões de saúde e doença (TESSER, 2006; CAPONI ET AL., 2013).

Justamente nesse sentido, a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (2012) destaca que “as ações de saúde ainda são marcadas pela hegemonia da cultura medicamentosa e hospitalar, consistindo em uma perspectiva de cuidado que preserva a racionalidade biomédica” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Este racional não emana destituído de causa das mensagens jornalísticas, pelo contrário: ele reflete e, ao mesmo tempo, reforça a lógica de consumo que rege nossa sociedade, segundo a qual a ciência e a tecnologia produzem incessantemente, e de modo cada vez mais rápido, mercadorias e serviços que passam a ser disponibilizados para consumo dos indivíduos. Nesse contexto, a saúde e a doença se transformam em objetos de consumo, e as representações sociais dão conta de promover a percepção geral de que a forma mais segura de obter saúde e, conseqüentemente ou vice-versa, se proteger das doenças, é consumir, promovendo uma “metamorfose” do cidadão em consumidor (MADEIRA ET AL., 2007; LEFEVRE E LEFEVRE, 2012).

Nessa lógica, o tratamento medicamentoso, uma cirurgia, o uso de determinados compostos e substâncias, o consumo de certos alimentos, todos eles pagos e, portanto, consumíveis, são algumas das formas de que os cidadãos/consumidores dispõem para obter ou recuperar sua saúde, prevenir, controlar, minimizar ou deixar de ter determinada doença (LEFEVRE E LEFEVRE, 2009; 2012).

Serra (2001), ao analisar o discurso sobre dietas em uma revista destinada ao público adolescente do sexo feminino, identificou que são comuns matérias que

estimulam o uso indiscriminado de produtos dietéticos e medicamentos inibidores de apetite, o que está em linha com a lógica de consumo que rege nossa sociedade.

Ao analisar os sentidos da saúde na televisão, Xavier (2006) destaca que, nesse veículo midiático, a saúde é apresentada como mercadoria e definida pela “cura”, além de mostrar estreita relação com a tecnologia. Tais sentidos reforçam a perspectiva negativa e mercantilista da saúde, verificada como predominante nas publicações de jornais que foram alvo do presente estudo, o que parece estar disseminado também em outras mídias, como a televisão e as revistas.

Segundo as hipóteses de *agenda-setting* e *framing*, o fato de a mídia apresentar uma capacidade potencial de determinar *sobre o que* as pessoas irão se interessar e *como* pensarão nesses assuntos (COLLING, 2001; SCHEUFELE E TEWKSBURY, 2007), trazer à tona temas em saúde e alimentação reforça na sociedade o interesse por esses temas e a necessidade de consumo dos produtos relativos aos mesmos.

Quando um alimento é reduzido apenas aos nutrientes que possui e, a partir deles, aos benefícios que pode conferir à saúde, revela-se uma forma de medicalizar e mercantilizar a alimentação. Mais do que a medicalização, como colocam Lefevre e Levefre (2009), pode-se classificar esse processo como “nutrientificação”, em que os nutrientes passam a ser os protagonistas das promessas de prevenção e cura.

É com base nesse olhar que se justifica a classificação dessa forma de abordagem como reducionista. Se a alimentação é definida como “o processo biológico e cultural que se traduz na escolha, preparação e consumo de um ou vários alimentos”, não se pode ignorar que o alimento transcende e extrapola o suprimento das necessidades biológicas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008; 2013b). E se o enfoque é não somente o alimento isoladamente, mas, de forma ainda mais reducionista, cada um dos nutrientes que nele estão contidos, perdem sentido os significados culturais, comportamentais e afetivos da alimentação, reduzindo-a ao papel de medicamento.

Essa lógica reducionista tem sido predominante desde o surgimento da Nutrição como ciência, a ponto de se tornar quase dogmática, tendo tido início com a exploração de alguns dos mecanismos fundamentais dos nutrientes, envolvidos nas doenças carenciais: as vitaminas foram descobertas a partir da exploração dos sintomas ou doenças que eram gerados com a sua deficiência na alimentação (FARDET E ROCK, 2014). O mesmo princípio se estendeu ao estudo dos demais

componentes alimentares, com aprofundamento em suas funções fisiológicas e consequências de seu excesso e falta na alimentação. O alimento passou a ser visto por parte dos estudiosos como fonte ou veículo deste ou daquele nutriente (MORGAN, 2012), deixando de lado ou minimizando, em grande parte das vezes, o estudo da alimentação como fenômeno social.

Apesar dos conceitos cunhados e disseminados nas políticas nacionais e documentos oficiais que versam sobre alimentação e nutrição, a própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao estabelecer as “diretrizes básicas para análise e comprovação de propriedades funcionais e ou de saúde alegadas em rotulagem de alimentos”, demonstra um olhar reducionista sobre os alimentos. Ora, se a alimentação, como um todo, é considerada uma das condições e recursos fundamentais da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002), ou o primeiro dos diversos fatores determinantes e condicionantes da saúde (BRASIL, 1990; 2013), seria de se esperar que todos os alimentos, em alguma medida, apresentassem algum “papel metabólico ou fisiológico no crescimento, desenvolvimento, manutenção e outras funções normais do organismo humano” (ANVISA, 1999), e não somente aqueles classificados como alimentos funcionais, que vieram a se tornar um importante objeto de investimentos por parte da indústria de alimentos.

Por outro lado, foi identificada certa tentativa de abordagem mais holística nas mensagens veiculadas pelas matérias jornalísticas analisadas, demonstrando que, aos poucos, um olhar ampliado sobre a alimentação pode estar se disseminando:

"É preciso que fique claro que os efeitos da alimentação na saúde não têm percepção imediata, como um remédio que faz a dor de cabeça passar."

"Fiquei preocupada com o desinteresse de algumas pessoas em melhorar, através da alimentação, a qualidade de vida deles e, principalmente, dos filhos."

"Nenhum alimento é capaz de curar ou de prevenir doenças. O que uma boa dieta faz é reduzir os riscos de ter certos problemas de saúde."

"Dentre os caminhos que levam a uma vida longa, cuidar da alimentação é essencial."

"Se a alimentação saudável é importante para o bem-estar ao longo da vida, na menopausa, ela é fundamental. Nessa fase, que começa um ano após a última menstruação e traz transformações profundas no corpo, os alimentos podem tanto ser aliados, regulando o organismo e apaziguando efeitos indesejados, como inimigos, aumentando o risco de obesidade. Especialistas garantem que não existe substância milagrosa: alimentação equilibrada e exercício físico continuam sendo a chave de um climatério tranquilo."

Nesse sentido, Fardet e Rock (2014) discutem a necessidade de uma mudança de paradigma na ciência da Nutrição, em que o olhar reducionista seja substituído ou ao menos consistentemente complementado por um mais holístico. Com base nessa lógica, ao invés da associação entre um único componente do alimento e um determinado efeito fisiológico, o mais interessante e realista seria compreender cada alimento, e todos eles, inseridos em um padrão alimentar, como uma complexa e singular combinação de nutrientes e compostos (muitos dos quais provavelmente ainda nem conhecemos) em que “o todo é muito mais do que a soma das partes”.

4.3.2.2. Categoria “Avaliação e Orientação Nutricional”

Nessa categoria temática, a grande maioria dos enunciados foi sinalizada como tendo sido originada por nutricionistas entrevistados pelos jornais. Isso é interessante por demonstrar certo protagonismo do nutricionista quando se abordam temas em avaliação e orientação nutricional. Ainda, foram verificados enunciados que explicitavam a necessidade de orientação especializada para a utilização de determinados produtos:

“Ela destaca que seu uso deve ser aliado a uma boa investigação nutricional para saber quais suplementos serão necessários. No Brasil, os nutricosméticos são regulamentados pela Anvisa. Seu uso requer orientação especializada, pois o excesso de certos suplementos pode prejudicar fígado e rins, entre outros efeitos colaterais.”

“O ideal é oferecer pela alimentação tudo o que ela precisa. Mas também pode suplementar sob supervisão de um nutricionista.”

“Na adolescência, o suplemento é ideal, porque vai estimular o crescimento de maneira adequada, mas um nutricionista tem de colocar na quantidade certa e tem de ser associado a uma vida ativa.”

Um aspecto interessante nos enunciados em que se fez referência explícita à necessidade de orientação por nutricionista é que essa foi relacionada à prescrição e/ou orientação de utilização de suplementos alimentares, o que aproxima bastante a prática do nutricionista da prática médica atual, profundamente baseada na prescrição medicamentosa graças ao processo de medicalização social (TESSER, 2006).

Segundo a legislação brasileira, “a assistência e educação nutricional a coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos” são as atividades privativas mais

marcantes dos nutricionistas (BRASIL, 1991). Ao serem reduzidos a prescritores de suplementos alimentares, os nutricionistas têm sua atuação em educação alimentar e nutricional reduzida ou até mesmo neutralizada, e passam a não mais lidar com o alimento, e sim com algo muito próximo dos medicamentos.

Por outro lado, segundo a Resolução que define as áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições (CFN, 2005), o “parecer em nutrição”, verificado em muitas das matérias, pode ser definido como “opinião fundamentada, emitida por nutricionista, sobre assunto específico da área de alimentação e nutrição”, ou seja, tal parecer deve ser emitido por nutricionista.

Em vista disso, a presença de nutricionistas emitindo pareceres em nutrição, sendo estes parte de um possível processo de assistência e educação nutricional favorecido pela mídia, deve ser encarada de forma positiva. Entretanto, faz-se necessário avaliar mais profundamente as mensagens contidas nas falas desses profissionais, no sentido de identificar se a educação nutricional realmente está sendo viabilizada por meio das informações veiculadas. Os enunciados expostos a seguir ilustram o teor das mensagens encontradas nessa categoria temática:

"Mas não é preciso levar batata-doce ou banana-da-terra para a escola, como fez a menina Flor Gil, se não quiser. A nutricionista Juliana Dragone diz que pode ser, por exemplo, bisnaguinhas com requeijão (ela acha melhor o light), uma fruta e um suco natural são suficientes."

"Evite salgadinhos e refrigerantes e coma bastantes frutas. Chocolate pode de vez em quando, mas não uma barra grande."

"Consuma água antes de sentir sede e de forma fracionada ao longo do dia."

"Prefira alimentos não processados. É muito melhor comer duas maçãs do que tomar um copo de suco pronto com açúcar."

"Tire o repolho, que fermenta. Picles e cebola juntos é demais, porque têm a mesma função: dar gosto forte ao prato."

"Troque a linguiça por algo menos gorduroso."

"Ela recomenda não trocar água por sucos, que engordam e não contêm tantas fibras como as frutas."

"Hortaliças e peixes também são consenso: o correto é comer três porções de frutas e verduras por dia, e peixe pelo menos duas vezes por semana."

"A refeição está boa, mas pode melhorar."

À semelhança do verificado na categoria anterior, o que se observa na presente é a mídia reproduzindo a lógica sanitária e o modelo biomédico, em que a

prática dos profissionais de saúde consiste na prescrição de comportamentos, a qual é, na esmagadora maioria das vezes, expressa no imperativo, como os enunciados selecionados elucidam (evite, consuma, prefira, tire, troque, etc) (LEFEVRE E LEFEVRE, 2012).

Alcuri e colaboradores (2012) fazem uma crítica muito relevante nesse sentido:

O que os meios de comunicação deveriam fazer é apresentar as alternativas, e não a mensagem já construída ideologicamente. Deveriam ser fornecidos subsídios para a formação da opinião do leitor a partir da apresentação de vários lados, e não de uma única visão. A determinação do que é certo ou errado deve vir do pensamento de cada indivíduo a partir de uma série de informações fornecidas.

Quando a mídia ecoa a prescrição de comportamentos, a permissão ou proibição do consumo de certos alimentos, o julgamento de determinado padrão alimentar como “certo ou errado”, não está fomentando a formação de opiniões e determinações individuais, mas reproduzindo uma ideologia na qual a saúde, pertencente a cada indivíduo, é tratada como atribuição de um grupo de especialistas no assunto.

Isso se justifica, mais uma vez, por representações sociais, segundo as quais o profissional, na qualidade de técnico especialista, acredita possuir o monopólio do conhecimento verdadeiro e legítimo sobre os temas que envolvem a saúde e a doença, no caso, mais especificamente, a alimentação. Assim, o profissional é alçado ao posto de “autoridade sanitária”, do alto do qual está munido de poder suficiente para impor comportamentos aos indivíduos e coletividades, verificando-se uma grande assimetria de poder entre esses e aqueles. Os indivíduos, portanto, são considerados incapazes de gerir seus próprios corpos e escolhas, já que não possuem conhecimento técnico suficiente para tal (MADEIRA ET AL, 2007; LEFEVRE E LEFEVRE, 2009; 2012).

Oliveira-Costa e colaboradores (2015) destacam que “a formação em saúde reflete um despreparo profissional quanto ao aspecto informacional promotor de autocuidado”, ou seja, desde a fase de formação, os profissionais da área da saúde são capacitados para promover abordagens de caráter comportamental, normatizador, tecnicista e tecnológico na prevenção e tratamento de doenças, como identificam Penteado e colaboradores (2002).

Cabe aqui ressaltar que, embora as falas nas matérias sejam atribuídas a determinados profissionais, a forma como os trechos são selecionados e inseridos

no texto é uma decisão e uma construção do jornalista, o que significa que o texto final passa pela percepção e compreensão do mesmo sobre o tema abordado, nunca destituído de suas representações particulares (MAZINI, 2008). Dependendo do contexto em que determinado trecho é inserido, seu significado pode ser alterado, de forma sutil ou significativa, em comparação ao contexto original em que foi proferido. Assim, por mais que os profissionais da saúde consultados não sejam isentos de responsabilidade sobre os pareceres por eles proferidos, os jornalistas detêm grande responsabilidade sobre a forma como constroem seus textos e o direcionamento final proporcionado pelos mesmos (CASTIEL, 2003).

Deste modo, a mídia contribui para uma cultura de reforço aos estereótipos profissionais formados a partir de representações sociais, favorecendo a redução, simplificação, superficialização, distorção e, em alguns casos, até mesmo banalização da complexidade que envolve a formação e a atuação dos profissionais da saúde (PENTEADO ET AL., 2002). Ocorre banalização e superficialização da atuação do nutricionista, por exemplo, quando tanto a mídia quanto o próprio profissional identificam orientações nutricionais provenientes dos nutricionistas como “dicas”, o que é bastante comum e, inclusive, foi identificado nas matérias analisadas.

É interessante notar o predomínio de enunciados em que as orientações são proferidas sem justificativa ou explicação mais aprofundada (“evite salgadinhos e refrigerantes e coma bastantes frutas”), sem que haja esclarecimento sobre as trocas alimentares mais apropriadas, por exemplo, (“troque a linguiça por algo menos gorduroso”), da mesma maneira em que predomina certa busca pelos “erros” cometidos pelos indivíduos (“a refeição está boa, mas pode melhorar”). Esse enfoque valoriza a culpabilização das pessoas por suas escolhas alimentares, reforçando a retórica do risco, e aumentando ainda mais a distância entre profissionais da saúde e cidadãos, como também identificaram Oliveira-Costa e colaboradores (2015).

Fonseca e colaboradores (2011) retratam muito bem a condição imposta aos indivíduos e coletividades atualmente, na qual a mídia é uma importante ferramenta na disseminação de informações sobre alimentação e nutrição que, apesar de abundantes, nem sempre fazer sentido para os indivíduos, o que os autores denominam “cacofonia alimentar”:

Ao pensar no comensal moderno, que vive num grande centro urbano, observa-se que ele é alvo direto ou indireto do assédio da mídia, interessada em mediar seus produtos ou informações. Desse modo, a polifonia dietética e a cacofonia alimentar fazem surgir uma infinidade de critérios, proibições, e prescrições alimentares que passam a compor um mosaico particular do comensal que irá orientar suas escolhas e práticas alimentares.

Em linha com este ponto de vista, foram apreendidos diversos enunciados em que eram destacadas informações de composição dos alimentos, sem que as mesmas estivessem associadas a maiores esclarecimentos:

"2 fatias de pizza de calabresa têm as mesmas calorias que 100g de chocolate amargo (...) [o chocolate] é um alimento calórico (100 g tem, em média, 500 calorias)."

"Produtos integrais e cereais (aveia, gérmen de trigo): contêm vitamina B1. Salmão, sardinha, azeite, linhaça: contêm ômega-3. Carnes, leite, ovos: contêm vitamina B12."

"Como os demais cereais integrais, a aveia, além de carboidrato, é fonte de fibras, fornece energia."

"Nozes têm manganês e selênio."

O conhecimento da composição dos alimentos é fundamental na avaliação da adequação da ingestão de nutrientes por indivíduos ou populações, bem como na elaboração de metas nutricionais e guias alimentares que promovam a nutrição adequada, no sentido de suprir as necessidades de cada um dos nutrientes para manter o organismo em funcionamento adequado (NEPA-UNICAMP, 2011).

Entretanto, destituída do contexto alimentar, a informação a respeito dos nutrientes presentes neste ou naquele alimento perde boa parte de seu sentido, dado que a alimentação vai muito além da ingestão de nutrientes, dizendo respeito também, senão principalmente, à combinação dos alimentos entre si ao longo do dia, à forma de preparo de cada um, aos significados que cada alimento possui para cada indivíduo, ou seja, a dimensões culturais e sociais, e não somente químicas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Nesses enunciados, o que se verifica é um paradoxo entre a abundância e a omissão de informações: ao mesmo tempo em que se valoriza o conhecimento sobre propriedades químicas dos alimentos, se omitem esclarecimentos sobre a atuação de seus componentes no organismo, bem como orientações sobre como tais alimentos podem ser incorporados a uma alimentação adequada e saudável e, ainda, considerações a respeito de sua relevância cultural ou social. Em lugar de ser utilizada com propósito didático, a informação acaba tendo um fim em si (BIZZO,

2002), e a alimentação é reduzida ao ato de nutrir. Isso dificulta a compreensão do tema e a construção de significados por parte dos leitores, que não o dominam tecnicamente.

Quão construtivo é, para o leitor, saber que determinado alimento é “calórico” - na realidade, pouquíssimos alimentos são desprovidos de calorias e, portanto, quase todos são calóricos em certa medida -, ou que contém determinadas vitaminas e minerais, por exemplo, se o mesmo não estiver ciente da importância de tais calorias e nutrientes em sua alimentação e, conseqüentemente, para sua saúde? É positivo ou negativo que determinado alimento forneça energia? O que fazer caso um alimento que faz parte da cultura e/ou das preferências alimentares de um indivíduo seja sinalizado de forma negativa? Afinal, o que o leitor pode ou deve fazer com tais informações em seu cotidiano?

O resultado frequentemente verificado dessa forma de comunicação é a reprodução, por parte da população, do discurso técnico, mesmo que seu significado não tenha sido completamente compreendido, e, de modo geral, sem que haja questionamento, uma vez que a informação é proveniente de uma instância capacitada, especializada e, portanto, muito mais competente na gestão dos aspectos de sua saúde, o que constitui uma forma de submissão aos profissionais da saúde (o nutricionista, no caso) (BIZZO, 2002).

Dessa forma, por mais importante que a mídia seja no papel de oferecer informação de qualidade sobre saúde, já que essa é recurso fundamental para a tomada de decisões em saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002; 2013; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012), o que se verifica nas matérias analisadas é a difusão de informação, e não a comunicação educativa. É o estabelecimento de regras de condutas dietéticas e uma grande abundância de informações (tais como as relativas à composição de alimentos) que são estranhas ao conhecimento popular e se mostram desconexas, dificultando a apreensão de seu significado e, conseqüentemente, sua aplicação prática nos momentos de decisões e escolhas alimentares.

Quando se pensa em Educação Alimentar e Nutricional, fica clara a necessidade da construção partilhada de saberes, de práticas e de soluções, bem como da comunicação realizada para atender às necessidades dos indivíduos e grupos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012). Isso significa dizer que as informações em alimentação e nutrição precisam

ter significado, relevância, fazer sentido para os sujeitos, o que não é alcançado por meio do modelo comunicacional paternalista e unidirecional (BIZZO, 2002; VIEIRA ET AL., 2013).

Com isso, não se viabiliza a construção de conhecimento em saúde, o indivíduo não é estimulado a desenvolver senso crítico, tampouco fortalecido no sentido de realizar decisões ativas e informadas, ou seja, por mais que as informações transmitidas e disseminadas pelos jornais analisados estejam corretas do ponto de vista do que a ciência da Nutrição já foi capaz de desvendar até o momento, as mesmas encontram-se contextualizadas em uma lógica que prioriza a alienação e dependência das orientações nutricionais a todo momento, em lugar da autonomia para a tomada de decisões.

Essa forma de difusão de informação não caracteriza educação, não favorece a construção do conhecimento em saúde, e inviabiliza a Promoção da Saúde em seus aspectos e preceitos mais fundamentais, que se baseiam no empoderamento e desenvolvimento de autonomia (CERVATO-MANCUSO, 2015).

4.3.2.3 Categoria “Qualificação das Informações”

Foi identificada a presença marcante de diferentes formas de qualificação e/ou fundamentação das informações sobre alimentação, nutrição e sua relação com a saúde. Pesquisa desenvolvida por Serra (2001), que analisou uma revista destinada ao público adolescente do sexo feminino como veículo midiático, identificou que “a mídia se apropria do discurso técnico-científico de forma a legitimar-se com o respaldo de entrevistas com especialistas no assunto”. Tal achado demonstra que a qualificação das informações não é característica exclusiva dos jornais, estando presente em outras mídias.

Uma das formas foi a referência a dados estatísticos ou epidemiológicos, tendo sido sinalizada a “fonte” da informação na maioria dos casos, mas não em todos eles:

"Uma alimentação inadequada pode gerar obesidade e problemas de saúde. Segundo pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2009, uma em cada três crianças de 5 a 9 anos está acima do peso no Brasil."

"11kg [de chocolate] é o que consome uma pessoa por ano na Suíça."

"Estima-se que 13% das mulheres com 50 anos ou mais apresentam algum sintoma de transtornos alimentares, segundo estudo publicado no 'International Journal of Eating

Disorders' em 2012. Já entre os homens, os transtornos alimentares são mais raros e menos estudados, mas também acontecem. Segundo Azevedo, a proporção entre os gêneros vem mudando: há cerca de 20 anos, para cada homem com um distúrbio desse tipo, havia nove mulheres. Hoje, são seis."

Outra forma bastante marcante e frequente foi a referência aos conhecimentos científicos disponíveis sobre o tema ou a pesquisas científicas, muitas vezes sinalizando inclusive a data e a publicação científica específica em que o estudo foi divulgado, e em algumas vezes até mesmo detalhes metodológicos do mesmo:

"Os estudos sobre o consumo de café e o risco de insuficiência cardíaca eram discrepantes."

"Será que finalmente os chocólatras têm o aval da ciência? (...) O estudo 'verdadeiro' foi publicado na última segunda-feira na revista britânica 'Heart' e analisou dados de mais de 21 mil pessoas, coletados durante 12 anos. Nesse período, os participantes foram monitorados e preencheram questionários sobre hábito alimentar e consumo de chocolate. O estudo não bate o martelo a favor do chocolate porque falta uma relação entre causa e efeito."

"A psiquiatra americana Cynthia Bulik, uma das principais referências na área, analisou 1.849 mulheres e observou que os comportamentos mais recorrentes entre elas eram a compulsão alimentar e o vômito induzido."

"O artigo faz um balanço de 49 pesquisas publicadas entre 1997 e 2013 e conclui que 'os médicos deveriam aconselhar abstinência a relaxar e tomar uma bebida por dia' para ajudar a prevenir doenças, como as cardiovasculares, a osteoporose e até a obesidade."

Ainda, alguns enunciados deixavam clara a importância da comprovação científica de temas em alimentação, nutrição e saúde, bem como sua divulgação para que decisões embasadas possam ser tomadas pelos indivíduos:

"A melhor maneira de se coibir as práticas insensatas e perniciosas é trazê-las para o terreno da ciência. A comprovação científica, apoiada em divulgação honesta sobre benefícios e riscos, é fundamental para que cada indivíduo possa tomar as decisões sobre o que quer fazer com seu próprio corpo."

"Nesse tema há muita confusão e, por isso, é importante conhecer os benefícios que foram de fato comprovados por pesquisas científicas."

Uma terceira forma identificada de qualificação da informação foi a consulta a diferentes profissionais da área da saúde, que tiveram seus pareceres fielmente transcritos (o que é apontado pela utilização de aspas nas citações, bem como pela referência nominal e de cargo ocupado atualmente pelo profissional consultado), ainda que não fique explícito se essa transcrição foi total ou parcial em relação à fala

do profissional. Ainda dentro dessa forma, verificou-se a referência a determinado profissional com a reelaboração de seu parecer pelo jornalista (explicitado pela não utilização de aspas), o que está sujeito a um maior nível de interpretação e ressignificação por parte do mesmo.

Essa terceira forma, na realidade, não se restringiu à presente categoria temática, dado que a consulta a profissionais da área da saúde esteve presente em outras categorias, ainda que o tema abordado não fosse a qualificação das informações. Fato é que, embora o tema central das matérias selecionadas fosse alimentação, nutrição e sua relação com a saúde, verificou-se predomínio da consulta a médicos, ainda que a presença de nutricionistas também tenha sido marcante. Tal achado está de acordo, mais uma vez, com a supremacia da classe médica sobre as demais profissões que compõem a área da saúde, o que é reforçado pela mídia e reconhecido pela população, numa forma de “retroalimentação” do modelo instituído em nossa sociedade (TESSER E LUZ, 2008).

Nesse sentido, Natansohn (2004) aponta para a importância da interdisciplinaridade real, e não somente instrumental, na comunicação para promoção da saúde, em que, idealmente, diversos fossem os atores socialmente autorizados (e, porque não dizer, acreditados) para falar e intervir sobre os temas, sentidos e significados envolvidos no campo da saúde.

Considerando as três diferentes formas de qualificação da informação aqui identificadas, pode-se interpretar que, por um lado é, de fato, importante que as informações divulgadas pela mídia de massa sejam embasadas de alguma forma, no intuito de evitar a disseminação de informações que possam levar os indivíduos e coletividades a concepções e, conseqüentemente, práticas equivocadas a respeito de alimentação e saúde. A própria Política Nacional de Promoção da Saúde destaca a necessidades de produção e disseminação de conhecimentos e saberes, no sentido de compartilhar e divulgar informações em saúde com a coletividade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015), enquanto outras políticas destacam a importância do acesso à chamada “informação de qualidade” para a promoção da saúde (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Bizzo (2002) coloca a difusão científica, entendida como formalização e objetivação do conhecimento científico para a comunicação, como “instrumento

capaz de intermediar o fortalecimento da cidadania e a melhoria da saúde de populações”, sendo apontada, inclusive, a necessidade de “uma ampla alfabetização científica da sociedade”.

Corcorán (2010) aponta a mídia audiovisual, impressa ou eletrônica como ferramentas que podem ser utilizadas pelos profissionais da saúde para que as mensagens de cunho técnico sobre saúde cheguem até a população, identificando o veículo midiático estudado na presente pesquisa como forma de difusão científica e essa como uma estratégia de promoção da saúde, e os profissionais da saúde como importantes atores nesse processo.

Por outro lado, está implícita nessa necessidade de qualificação das informações pela ciência a “lógica imperialista do conhecimento científico” (LEFEVRE E LEFEVRE, 2009), segundo a qual a veracidade é, atualmente, monopólio da ciência (TESSER, 2006). A ciência, o método científico e as tecnologias a eles associadas se configuram, no mundo ocidental contemporâneo, como um paradigma que atua como alicerce de todos os saberes e certezas em saúde-doença, já que a ciência se diferencia dos demais saberes como “superior, única e exclusiva” (TESSER, 2006; MANZINI, 2008).

Com isso, a cultura, acadêmica ou social, é extremamente racionalizada, e passa a ser questionada a veracidade do saber popular, por exemplo. Os saberes sociais, produzidos no cotidiano a partir de experiências, e que caracterizam as representações sociais (JODELET, 2001; REIS E BELLINI, 2011), dentro dessa lógica, fazem parte de outro campo de saber, este não valorizado, deseducado e, portanto, desautorizado (LEFEVRE E LEFEVRE, 2009).

A EAN propõe a utilização de abordagens que privilegiem “os processos ativos, que incorporem os conhecimentos e práticas populares, contextualizados nas realidades dos indivíduos, suas famílias e grupos e que possibilitem a integração permanente entre a teoria e a prática”, ampliando o grau de autonomia para a tomada de decisões (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012). Assim, a valorização do saber popular, bem como o compartilhamento dos saberes são considerados importantes aspectos visando a promoção da alimentação adequada e saudável.

Entretanto, são observados, a partir do contexto do paradigma científico, importantes desafios para a efetiva promoção da alimentação adequada e saudável tais como a abordagem limitada à produção e à oferta de informações técnico-

científicas; a frágil integração do conhecimento científico ao popular; e a insuficiente apropriação das dimensões cultural e social como determinantes dos hábitos alimentares (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b).

A extrema valorização da ciência como detentora da verdade absoluta, como única forma legítima de adquirir conhecimento perpetua a assimetria de poder entre indivíduos e profissionais da saúde, limitando as possibilidades de construção participativa do conhecimento em alimentação e nutrição, e, assim, minando a promoção da alimentação adequada e saudável.

4.3.2.4 Categoria “práticas alimentares”

Essa foi a categoria temática que mais se diferenciou das demais, tanto no que diz respeito aos temas abordados, quanto nas vozes identificadas. A alimentação foi tratada de forma mais abrangente, com um olhar que foi para além de nutrientes e compostos que promovam benefícios ou tragam riscos à saúde, como se pode observar nos enunciados a seguir:

"Se a criança torce o nariz para alimentos saudáveis, não é no recreio que isso vai mudar. Para a nutricionista Susy Graff, o interesse por uma alimentação natural começa em casa. 'Filhos não podem ver os pais comendo besteira o tempo todo', afirma."

"Ela sempre gostou porque sempre foi o que ela comeu. Desde muito pequena é esse tipo de lanche que levava para a rua quando passávamos o dia inteiro fora de casa. Ela se acostumou com comida de verdade e não besteiras."

"Visitem uma horta. Conhecer de onde vem o alimento, ter um contato direto com ele e manipular a comida, desperta muito interesse nas crianças para provarem novos alimentos e sabores."

"Não é preciso radicalizar e eliminar completamente aquilo de que se gosta, como fazem os adeptos de muitas dietas para emagrecer. Informar-se e refletir um pouco sobre o que se come ajuda a deixar o cardápio e a vida mais leves."

"Sempre que o idoso tiver condições de participar das compras dos alimentos, do preparo e do consumo em boa companhia, é saudável incluí-lo (..) O idoso tende a ter uma alimentação pouco nutritiva e em menores quantidades quando está em um ambiente que negligencia sua presença e participação."

"A dieta mediterrânea se baseia no consumo de grande quantidade de vegetais, frutas, nozes, legumes (especialmente feijão, ervilha e lentilha), grãos integrais (em vez de refinados), batatas e peixe. Azeite de oliva, moderadamente. Já carne, leite e manteiga são consumidos em pequenas quantidades. Frituras devem ser evitadas. Laticínios magros também fazem parte. Entre eles, queijo branco, ricota, leite e iogurte desnatados. Além de uma taça diária de vinho tinto (ou um copo de suco de uva tinto integral para os abstêmios)."

Foram abordados temas como a formação dos hábitos alimentares, com enfoque especial na infância; o contato com os alimentos *in natura*; a importância da reflexão no momento das escolhas alimentares; o ato de comer em companhia e seus benefícios para os idosos; além de aspectos que caracterizam um padrão alimentar específico; dedicando-lhes um olhar menos compartimentalizado do que se dedicou aos alimentos e nutrientes em publicações aqui analisadas e discutidas previamente, pertencentes a outras categorias temáticas.

Todos esses temas estão, de alguma forma, inseridos no contexto das escolhas e práticas alimentares, razão pela qual cabe aqui uma breve reflexão a seu respeito. As práticas alimentares são simbólicas, multifacetadas, dinâmicas e, conseqüentemente, bastante complexas (SOBAL E BISOGNI, 2009). Nas sociedades pós-industriais, os alimentos mais variados podem ser encontrados praticamente a qualquer hora, em qualquer lugar, o que leva à necessidade de decisões e escolhas alimentares a cada ocasião de ingestão, mesmo que, em alguns momentos, a escolha seja por não comer (WANSINK E SOBAL, 2007).

Por conta de sua complexidade, as escolhas alimentares têm sido estudadas por diferentes frentes das ciências sociais e comportamentais, sendo consideradas como um desafio contemporâneo (SOBAL E BISOGNI, 2009). Levando esse fato em consideração, seria ingenuidade considerar que as mensagens produzidas pela mídia, por si só, conduzem diretamente a determinadas práticas alimentares, ao mesmo tempo em que seu potencial influenciador não pode ser minimizado.

Os fatores que influenciam as decisões e escolhas alimentares podem ser classificados em três diferentes categorias: os relacionados ao alimento, os relacionados ao indivíduo e aqueles relacionados ao ambiente econômico e social no qual o indivíduo está inserido (SHEPERD, 1999). Nessa última categoria estão incluídas as instituições sociais, que produzem condições econômicas, políticas governamentais e a mídia de massa, fatores que têm o poder de moldar, em certa medida, as práticas alimentares (SOBAL E BISOGNI, 2009).

O olhar ampliado sobre a alimentação, enquanto relação entre o ser humano e o alimento, em lugar de sua redução à nutrição, sendo esta mais restrita ao consumo e utilização biológica de energia e nutrientes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008; 2013b), favorece grandemente a compreensão da complexidade intrínseca às práticas alimentares. E a disseminação desse olhar pela mídia, de forma a valorizar o tema e promover sensibilização a respeito dele em todas as esferas da sociedade

é não somente valiosa como desejável (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012).

Outro aspecto marcante nessa categoria temática foi a presença de falas e depoimentos de “pessoas comuns” a respeito de práticas alimentares e, menos frequentemente, sobre seus conhecimentos acerca de alimentação e nutrição:

"Meus três filhos e eu fazemos as refeições juntos, é uma alegria. Mas não comemos na cozinha para evitar os aromas deliciosos e não cair no exagero."

"Virei vegetariano há quatro anos porque não queria ser responsável pelo abate dos animais. Com o tempo, descobri o impacto ambiental da pecuária, que só reforçou minha ideologia. Quero virar vegano. Eu já havia tentado virar vegetariano duas vezes, mas fiquei anêmico e tive de voltar a comer carne. Aprendi muito sobre a minha saúde nessas tentativas."

"Cozinho só para mim. Meu prato preferido é macarrão com carne moída. De manhã, só tomo café preto. Não tenho horário fixo para almoçar. Costumo fazer arroz, feijão e mistura. Gosto de fruta, mas não é sempre que como porque é caro."

"A história da melancia veio da infância. Quando minha família passava férias em São Vicente, sempre tinha: era uma sobremesa legal, que dava para todos comerem, só que eu comia mais. Mas adoro todas as frutas!"

"Eu sempre levo [para o lanche da escola] pão de queijo, além de duas frutas: pera e maçã."

"Quando levanto, só tomo café puro. Antes do almoço, como pão com berinjela ou um ovo cozido. À noite, no restaurante, berinjela e sardela com pão e um copo de vinho."

"Tinha 15 anos quando a 2ª Guerra chegou à Polônia. Fugi para uma aldeia no interior: de dia me escondia nos silos e à noite saía para trabalhar. Em troca, aldeões me deixavam um prato de comida na porta, como se faz com um cachorro."

Mais relevante do que avaliar a “adequação” das informações presentes nessas falas, sob o ponto de vista da ciência da Nutrição, é identificar o que sua presença nas publicações dos jornais pode significar para o leitor.

Ao fazer referência a épocas passadas da vida dos “personagens” presentes nas matérias, o jornalismo é capaz de estimular as memórias do leitor. E o mais interessante é que, diferentemente de veículos como a televisão, em que as imagens são fornecidas, nos meios impressos as imagens são sugeridas a partir do texto, gerando emoções reais e únicas para o leitor (MAZINI, 2008).

As práticas alimentares são determinadas por fatores biológicos, os quais são investigados e valorizados há muito mais tempo pela ciência, mas também por fatores socioculturais e psicológicos, a respeito dos quais a literatura não é tão vasta, o que não deve reduzir sua relevância. A emoção é um dos fatores

psicológicos determinantes das práticas alimentares, e evocá-la é mais uma forma de envolver o leitor na complexidade das mesmas (QUAIOTI E ALMEIDA, 2006).

É importante ressaltar que, nessa categoria temática, não deixaram de aparecer depoimentos de profissionais da saúde (exclusivamente nutricionistas, nesse caso), bem como houve referência a órgão especializado no tema (Ministério da Saúde). Entretanto, diferentemente das demais categorias, em que essas referências foram absolutamente predominantes, na categoria temática de práticas alimentares, a presença das falas de “pessoas comuns”, de origens, ocupações e idades variadas, inclusive, foi muito mais abundante.

Oliveira-Costa e colaboradores (2015) destacam que “falar de saúde aliando a voz da ciência a outras vozes, como as de pessoas que vivem determinadas situações, favorece o entendimento dos leitores e torna a informação mais palpável”, o que também é válido ao falar de alimentação.

Vilela (2012), em pesquisa que abordou as representações sociais sobre dengue na mídia impressa, ressalta que não cabe mais adotar um modelo de comunicação que não dá espaço para a multiplicidade de vozes. Segundo a autora, não se pode questionar a necessidade de abertura para que a sociedade consiga se expressar, se o real propósito for a circulação e apropriação da informação em Saúde Pública.

Assim, ao dar espaço para a voz de diversos indivíduos, “pessoas comuns”, fugindo ao padrão identificado em outras categorias temáticas, os jornais demonstraram capacidade de ampliar a apropriação e a compreensão das informações em alimentação, nutrição e sua relação com a saúde, na medida em que as aproximaram da realidade do leitor, tornando-as mais palpáveis e significativas.

4.3.2.5 Categoria “Normas Sociais”

A última das categorias temáticas identificadas nas publicações jornalísticas analisadas foi a que abarcou o menor volume de enunciados, se mostrando menos frequente, o que não reduz a importância de sua ocorrência, já que é nessa categoria que as dimensões cultural e social são destacadas como determinantes dos hábitos alimentares. Alguns enunciados ilustram seu conteúdo:

"Muitos colégios particulares estão trocando salgadinhos e refrigerantes por opções mais saudáveis e lanches naturais."

"Na cidade de São Paulo, uma lei aprovada em março e com previsão de entrar em vigor em setembro obriga a inclusão de alimentos naturais, sem produtos químicos como agrotóxicos, na merenda de escolas municipais."

"Nem sempre pacientes e a mídia têm paciência: quando o assunto é saúde e emagrecimento, respostas milagrosas e modismos fazem sucesso, o que dá combustível a pesquisas com limitações metodológicas ou estatísticas (...) O marketing da indústria do emagrecimento é mais rápido do que o estudo científico."

"A sociedade vive diversas contradições, muitas delas fomentadas por modismos que só espelham a superficialidade e o imediatismo de valores contemporâneos, dentre eles o excessivo culto ao corpo (...) Os padrões estéticos existem, sendo inevitável que as pessoas procurem se adequar ao que os modismos impõem."

"Presentes em páginas de celebridades *fitness*, os suplementos alimentares estão fazendo sucesso também entre os adolescentes."

"Informações que circulam pelas redes sociais, muitas delas sem nenhum respaldo científico, induzem à crença de que o uso de determinadas substâncias ajuda na construção de corpos 'perfeitos' ou 'desintoxica' o organismo, mas sem apontar os possíveis riscos à saúde."

"Portanto está mais do que na hora de a imprensa e as sociedades médicas se mobilizarem para coibir o descontrole que hoje se vive na busca do 'melhor corpo'."

Mensagens diversas são apreendidas por esses enunciados, sendo uma delas (a menos frequente) o destaque a ações que culminam em promoção da alimentação adequada e saudável. Tais ações foram determinadas a partir de normas, tenham sido essas deferidas por instituições de ensino ou por órgãos do poder legislativo, inseridas no contexto social, em ambos os casos.

A veiculação de tais informações é relevante no sentido de disseminar para a população a existência de tais ações, inseridas no campo do controle e regulação dos alimentos, fomentando a promoção da alimentação adequada e saudável, dado que essa constitui um direito social e um dos aspectos da promoção da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Por outro lado, as publicações dão grande visibilidade a aspectos sociais que não são promotores da saúde, ao contrário, promovem um comportamento alimentar que pode levar a prejuízos ao estado de saúde, como as próprias mensagens destacam. Tais aspectos sociais são identificados essencialmente como modismos alimentares e padrões estéticos, esses promovidos pela própria mídia.

Os modismos alimentares muito se relacionam aos padrões estéticos ou padrões de beleza de nossa sociedade, uma vez que os primeiros são socialmente considerados uma ferramenta para se alcançar os segundos. O desfile de "corpos

perfeitos” que prolifera nos diferentes espaços da vida moderna (incluindo as mídias de massa) gera uma expectativa estética nos indivíduos que tem sido apontada como provável fator determinante para transtornos alimentares, os quais são, inclusive, considerados “síndromes das sociedades ocidentais modernas” (NETO E CAPONI, 2007; OLIVEIRA E HUTZ, 2010).

Mas a relação inversa também pode ocorrer: os padrões de beleza podem ser determinados por aspectos do contexto econômico, social, político e histórico, como a oferta de alimentos. Em épocas em que os alimentos eram escassos, a imagem da mulher com formas corporais mais robustas representava poder e opulência. No momento em que vivemos, porém, em que a oferta de alimentos é abundante, a magreza é sinônimo de autodisciplina e sucesso, sendo valorizada em nossa cultura. Por uma via ou outra, é notória a estreita relação entre as práticas alimentares e os padrões estéticos, sendo esses considerados normas sociais (OLIVEIRA E HUTZ, 2010).

Apesar da variação histórica, os indivíduos (e, nesse caso, especialmente as mulheres) nunca foram tão expostos aos ideais estéticos quanto na atualidade, o que é fortemente impulsionado pela tecnologia e pela mídia (OLIVEIRA E HUTZ, 2010). Esse tema é, inclusive, mais abundante em pesquisas documentais do que as representações sobre alimentação, nutrição e sua relação com a saúde, propriamente.

Goetz e colaboradores (2008), em pesquisa que investigou as representações sociais do corpo veiculadas pela mídia impressa em revistas de circulação nacional, identificaram que o aspecto prático, que contempla questões eminentemente físicas, relativas à estética e à saúde corporal, foi a representação predominante nas publicações. Os artigos analisados evidenciavam justamente os modelos e padrões de beleza, com ênfase no corpo remodelado, produzido, jovem e “tecnológico”.

Ribeiro e colaboradores (2009) analisaram o discurso a respeito do corpo nas matérias publicadas por um caderno específico de jornal que circula no Rio Grande do Sul, identificando discursos que apontam para a beleza, a saúde e o sucesso. O “corpo ideal” foi caracterizado como um corpo magro, modelado e sem gorduras, e a alimentação foi apontada como ferramenta fundamental para alcançá-lo ou construí-lo.

Estes estudos exemplificam o papel “pedagógico” da mídia (impressa, nos casos) em construir conteúdos simbólicos e sentidos, projetando-os e legitimando-os

(CASTIEL, 2003; SERRA E SANTOS, 2003). No caso do padrão de beleza predominante na sociedade atual, sua difusão pela mídia possibilitou que o mesmo “penetrasse no inconsciente coletivo e aprisionasse as pessoas dentro de si mesmas”, de acordo com Cury (2005).

Nesse cenário está envolvida mais uma forma de medicalização, que já ocorre com os alimentos e nutrientes na sociedade atual (LEFEVRE E LEFEVRE, 2009): a medicalização da beleza, em que variações ao padrão de beleza instituído sofrem apropriação pela racionalidade biomédica, promovendo a realização de cirurgias plásticas estéticas, além da utilização de medicamentos, suplementos e complementos alimentares que supostamente possibilitam o alcance do ideal de beleza (NETO E CAPONI, 2007).

No momento em que a mídia destina espaço em suas publicações para que esse tema seja discutido, colocando-se, ela própria, como uma das responsáveis sociais por esse fenômeno, verifica-se uma forma de “autorresponsabilização” ou autocrítica que pode ser encarada de maneira positiva como mensagem para o público.

Entretanto, é importante ressaltar que todos os enunciados em que a mídia ou a imprensa foram responsabilizadas de alguma forma pela promoção de um padrão de beleza ou práticas alimentares questionáveis foram provenientes de profissionais da área da saúde (médicos ou nutricionistas), sendo eles colunistas ou entrevistados pelos jornais. Assim, apesar de ter sido verificada a abertura de espaço para essa discussão, que não pode ser ignorada, a origem da fala não é o próprio jornalista, o que pode colocar em cheque a autocrítica.

4.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Alguns fatos relevantes podem ser apontados como limitações do presente trabalho. Em primeiro lugar, foram escolhidos para comparação dois jornais paulistas que são destinados a públicos muito semelhantes, o que pode ter sido responsável pela não apreensão de diferenças mais profundas entre suas publicações, o que se concentrou apenas no número total de publicações selecionadas em cada jornal.

Outra limitação foi o fato de ter-se optado por analisar apenas as publicações em comum entre as versões digital e impressa de cada jornal, sendo que matérias

adicionais que se inseriam nos critérios de inclusão foram identificadas nas versões digitais de ambos os jornais. O enfoque sobre o jornalismo impresso, entretanto, foi o responsável por tal opção, ainda que conteúdos interessantes possam não ter sido analisados.

Por fim, pode ser apontado como limitação o período de coleta, que totalizou oito semanas, já que foram identificados períodos de coleta em outros trabalhos de análise documental que alcançaram até um ano. Entretanto, considerando a amplitude do tema central abordado, e o fato de a pesquisa estar inserida no contexto de um curso de mestrado, a coleta por um período tão prolongado poderia resultar em um número de publicações cuja análise se tornaria inviável.

4.5 POTENCIALIDADES DO ESTUDO

A principal potencialidade do presente trabalho possivelmente reside no fato de ter se caracterizado como uma pesquisa documental, mas, diferentemente da maioria dos estudos com esse desenho, ter sido realizado por um profissional da área da saúde (nutricionista), e não um jornalista. Daí emanam dois aspectos que podem ser bastante positivos: a produção científica que tem na mídia sua temática central; e a possibilidade de refletir sobre a formação e atuação do nutricionista no contexto atual.

No campo da saúde, mais especificamente da Nutrição, apesar de a mídia ser apontada como importante influenciadora do comportamento alimentar, não são abundantes os estudos que avaliam, com o rigor científico apropriado, as mensagens das publicações midiáticas às quais o grande público tem acesso. Verifica-se maior enfoque sobre a publicidade de alimentos e bebidas, cuja natureza é diversa da produção jornalística em si, bem como seu potencial de influência sobre as escolhas alimentares.

Ainda, a mídia se utiliza da opinião e do parecer de profissionais da área da saúde, incluindo os nutricionistas, como uma das formas de legitimar seu conteúdo. E a participação desses profissionais na produção jornalística pode ser uma forma muito interessante de compreender como a Nutrição, enquanto ciência, vem sendo ensinada nas universidades e praticada no dia-a-dia, favorecendo uma reflexão que deve ser feita no sentido de aprimorar a prática do nutricionista e seu poder de influência sobre o conhecimento em saúde e as escolhas alimentares da população.

5 CONCLUSÕES

Foi identificado um total de 18 publicações sobre o tema de interesse nas versões impressas dos jornais no período de coleta, sendo 16 pertencentes ao jornal A e duas ao jornal B, o que mostra a superioridade numérica de publicações de um jornal frente ao outro, podendo representar que o tema “alimentação, nutrição e sua relação com a saúde” detém maior atenção e espaço no contexto editorial atual do jornal A do que no do jornal B. Em ambos os jornais, as publicações presentes na versão impressa foram também identificadas na versão digital.

O número de publicações referentes ao tema de interesse foi superior nas versões digitais dos dois jornais (19 no jornal A e nove no jornal B), o que pode representar um fenômeno de migração de determinados conteúdos para os formatos digitais do jornal, seja a própria versão digital ou os *blogs* a ela associados.

As diferenças apreendidas entre as publicações em comum nas duas versões de cada jornal foram bastante sutis, apesar de mais facilmente identificáveis no jornal A, demonstrando alto grau de identidade entre os conteúdos presentes nas versões impressa e digital.

No que diz respeito aos conteúdos, foram identificadas cinco categorias temáticas, a saber: alimentação e saúde, avaliação e orientação nutricional, qualificação das informações, práticas alimentares e normas sociais. Verificou-se predomínio do enfoque de aspectos positivos dos nutrientes, compostos e alimentos, relacionando-os à prevenção de doenças, principalmente. Entretanto, a saúde foi predominantemente enquadrada em uma perspectiva negativa, ou seja, como sinônimo de ausência de doenças.

Esse tipo de abordagem se mostrou alinhado aos conceitos de medicalização social e nutrientificação, profundamente envolvidos na racionalidade biomédica que impera em nossa sociedade, a qual os jornais demonstraram reproduzir e reforçar por meio de suas publicações. Ainda, houve predomínio da lógica reducionista sobre a nutrição, tendo sido esta muito mais focada nos nutrientes e compostos que os alimentos podem oferecer, ou seja, na compartimentalização dos alimentos, do que em todo o contexto social e cultural da alimentação.

Verificou-se uma grande preocupação em qualificar as informações presentes nas publicações, com referências a pesquisas científicas e/ou a profissionais da área

da saúde, sendo esses principalmente os médicos. A referência à ciência de forma cada vez mais aprofundada reflete a atuação desta como alicerce de todos os saberes e certezas em saúde no mundo ocidental contemporâneo.

Entretanto, independentemente do profissional consultado para a qualificação das informações, verificou-se em grande medida a prática profissional restrita à prescrição de comportamentos e à normatização para a população, o que reforça a reprodução da lógica sanitária e do modelo biomédico pela mídia.

De forma mais discreta, mas, ainda assim, presente, foram identificados três aspectos que contrariam a lógica das mensagens predominantes: a abordagem mais holística da alimentação, incluindo seus aspectos sociais e culturais; a presença da fala de “pessoas comuns”; e o espaço à reflexão do papel da mídia na disseminação de padrões de beleza e modismos alimentares, bem como o risco implicado nesse papel para a população.

Foram mais marcantes mensagens que claramente não podem ser caracterizadas como parte de ações de promoção à saúde, e, portanto, não estimulam o senso crítico, tampouco a autonomia dos indivíduos e coletividades. Porém, esses três últimos aspectos identificados apontam para possíveis e desejáveis mudanças na forma como a mídia impressa direciona as mensagens referentes à alimentação, nutrição e sua relação com a saúde, de modo a possibilitar o início de um modelo de comunicação com maior espaço à participação popular e autocrítico por parte da mídia.

No sentido de elaborar estratégias de mudança de abordagem pela mídia, é fundamental que a área de Nutrição em Saúde Pública desenvolva e fortaleça o campo de estudos em mídia e saúde. Mais especificamente, são necessários estudos que vão para além da avaliação da ação da publicidade e propaganda de alimentos sobre a alimentação e avaliem, por exemplo, o real impacto de publicações que abordem os temas alimentação, nutrição e saúde sobre o conhecimento e práticas alimentares dos leitores dos jornais e, por que não, dos usuários da internet.

6 REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. *In*: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000.

ADA - AMERICAN DIETETIC ASSOCIATION. Status report on nutrition in the news. **Journal of the American Dietetic Association**, v.100, n.11, p. 1298-1299, 2000.

AGÊNCIA FAPESP; ALISSON, E. **Crise no jornalismo estimula aumento de blogs científicos**. 22 de maio de 2014. Disponível em: http://agencia.fapesp.br/crise_no_jornalismo_estimula_aumento_de_blogs_cientificos/19138/. Acesso em 8 de outubro de 2015.

ALCURI, G.; LUGON, J.; CARVALHO, L.; ZÔRZO, N. O relatório MacBride – História, Importância e Desafios. **Simulação das Nações Unidas para Secundaristas**. 2012.

ALDRIGHI, V. **Eficiência publicitária e pesquisa de comunicação**, in DIAS, S.R. (org.). Tudo o que você queria saber sobre propaganda e ninguém nunca teve a paciência de explicar. São Paulo: Atlas, 1989.

ALMEIDA, S. de S.; NASCIMENTO, P.C.B.D.; QUAIOTI, T.C.B. Quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira. **Revista de Saúde Pública**, v.36, n.3, p.353-5, 2002.

AND - ACADEMY OF NUTRITION AND DIETETICS. **Nutrition and you: trends 2011**. Disponível em: <http://www.eatright.org/nutritiontrends/>. Acesso em 25 de Abril de 2015.

ANJ - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Circulação média diária dos jornais pagos**. 2015 (a). Disponível em: <http://www.anj.org.br/circulacao-diaria-2/>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

ANJ - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Imprensa brasileira: dois séculos de história**. 2008. Disponível em: <http://www.anj.org.br/imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia?showall>. Acesso em 11 de novembro de 2014.

ANJ - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Leitura online dos jornais**. 2013. Disponível em: <http://www.anj.org.br/leitura-online-dos-jornais-2/>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

ANJ - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Maiores jornais do Brasil**. 2015 (b). Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

ANJ - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Títulos de jornais por região e estado.** 2014. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas para análise e comprovação de propriedades funcionais e/ou de saúde alegadas em rotulagem de alimentos.** Resolução nº 18, de 30 de abril de 1999.

ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Regulamento técnico para suplementos vitamínicos ou de minerais.** Portaria nº 32, de 13 de janeiro de 1998.

AYRES, J.R.C.M. Uma concepção hermenêutica de saúde. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.43-62, 2007.

AZEVEDO, F.A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, v.12, n.1, p.88-113, Abril/Maio, 2006.

BACKES, M.T.S.; DA ROSA, L.M.; FERNANDES, G.C.M.; BECKER, S.G.; MEIRELLES, B.H.S.; DOS SANTOS, S.M.A. Conceitos de saúde e doença ao longo da história sob o olhar epidemiológico e antropológico. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.111-17, jan/mar 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARROS FILHO, C. DE. **Ética na Comunicação: da Informação ao Receptor.** São Paulo: Moderna, 1995.

BARROS, J.A.C. Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico? **Saúde e Sociedade**, v.11, n.1, p.67-84, 2002.

BECK, F.; RICHARD, J.B.; NGUYEN-THANH, V.; MONTAGNI, I.; PARIZOT, I.; RENAHY, E. Use of the internet as a health information resource among French young adults: results from a nationally representative survey. **Journal of Medical Internet Research**, v.16, n.5, p.e128, May 2014.

BERTIN, R.L.; MALKOWSKI, J.; ZUTTER, L.C.I.; ULBRICH, A.Z. Estado nutricional, hábitos alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Revista Paulista de Pediatria**, v.28, n.3, p.303-308, 2010.

BIZZO, M.L.G. Difusão científica, comunicação e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.307-314, jan.-fev. 2002.

BOYLAND, E.J.; WHALEN, R. Food advertising to children and its effects on diet: review of recent prevalence and impact data. **Pediatric Diabetes**. 2015 Aug;16(5):331-7.

BOYNTON, G.R.; RICHARDSON JR, G.W. Agenda setting in the twenty-first century. **New Media & Society**, p.1-19, December 11, 2015.

BOSI, M.L.M; PRADO, S.D. Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: constituição, contornos e estatuto científico. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.16, n.1, p.7-17, 2011.

BOTELHO, J.S.; DE CARVALHO, L.N.; GOMES, R.C.D. Science Blogging: Some Particulars of the Contemporary Brazilian Scenario. **13th International Public Communication of Science and Technology Conference**. Salvador, Brazil: 5-8 May 2014.

BRAMAN, S. **Change of State; Information, Policy and Power**. Cambridge: The MIT Press, 2006

BRASIL. Ministério da Saúde. Comitê de informação e informática em saúde (CIINFO). **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013 (a).

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013 (b).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Brasília, DF: Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf Acesso em 8 de março de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático: alimentação e nutrição**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde - PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde.** Lei nº 12.864, de 24 de setembro de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes. **“Lei orgânica da Saúde”.** Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Institui normas básicas sobre alimentos.** Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.** Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei que regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências.** Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991.

BVS/MS – Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. **Alimentos funcionais.** 2008. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/dicas/220_alimentos_funcionais.html. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M.F. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CAIRNS, G.; ANGUS, K.; HASTINGS, G.; CARAHER, M. Systematic reviews of the evidence on the nature, extent and effects of food marketing to children. A retrospective summary. **Appetite**, v.62, p.209-15, Mar 2013.

CAPONI, S.; VALENÇA, M.F.V.; VERDI, M.; ASSMANN, S.J. organizadores. **A Medicalização da Vida como estratégia de biopolítica.** São Paulo: LeberArs, 2013.

CAPURRO, R.; HJORLAND, R. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007.

CARON E.; LEFEVRE, F.; LEVEFRE, A.M.C. Afinal, somos ou não somos uma sociedade de consumo? **Ciência & Saúde Coletiva**, v.20, n.1, p.145-153, 2015.

CASTIEL, L.D. Insegurança, ética e comunicação em saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v.37, n.2, p.161-167, 2003.

CAVALCANTE, R.B.; PINHEIRO, M.M.K. **Contexto atual da construção da política nacional de informação e informática em saúde (PNIIS).** XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENACIB 2013.

CERVATO-MANCUSO, A.M.; FIORE, E.G.; REDOLFI, S.C.DA S. **Guia de Segurança Alimentar e Nutricional**. Barueri: Manole, 2015.

CFN - CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelecimento de parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e outras providências**. Resolução CFN nº 380/2005.

COELHO, M.T.A.D.; ALMEIDA FILHO, N. Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.315-33, maio-ago. 2002.

COHEN B.C. **The Press and Foreign Policy**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

COLLING, L. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n.14, abr. 2001.

COOPER, B.E.; LEE, W.E.; GOLDACRE, B.M.; SANDERS, T.A. The quality of the evidence for dietary advice given in UK national newspapers. **Public Understanding of Science**, v.21, n.6, p.664-73, Aug 2012.

CORCORÁN N. (Org). **Comunicação em saúde. Estratégias para promoção da saúde**. Trad. Livia Lopes. São Paulo: Roca, 2010.

COUTINHO, C.; LISBÔA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para a educação no século XXI. **Revista de Educação**, v.XVIII, n.1, p.5-22, 2011.

CURY, A. J. **A ditadura da beleza e a revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

CUTOLO, L.R.A. Modelo biomédico, reforma sanitária e a educação pediátrica. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v.35, n.4, 2006.

DE GÓES, L.T. Concentração midiática, mídia alternativa e Internet. **Revista PJ:BR**, ano VII, n. 13, outubro de 2010. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos13b.htm>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

DE MELO, J.M. MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. **LOGOS 28: Globalização e comunicação internacional**, ano 15, p.42059, 1º semestre de 2008.

DIAS, M.A.R. **A UNESCO e a Nova Ordem Mundial da Comunicação**. Universidade Federal de Santa Catarina – Curso de Comunicação: Jornalismo (brochura). 1981.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Nacional, 1968.

FARDET, A.; ROCK, E. Toward a new philosophy of preventive nutrition: from a reductionist to a holistic paradigm to improve nutritional recommendations. **Advances in Nutrition**, v.5, p.430-446, 2014.

FONSECA, A.B.; DE SOUZA, T.S.N.; FROZI, D.S.; PEREIRA, R.A. Modernidade alimentar e consumo de alimentos: contribuições sócio antropológicas para a pesquisa em nutrição. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.16, n.9, p.3853-3862, 2011.

FORMIGA, F.O.N. **A evolução da hipótese de agenda-setting**. [Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação]. Brasília, 2006.

FREELAND-GRAVES, J.H.; NITZKE, S.; ACADEMY OF NUTRITION AND DIETETICS. Position of the academy of nutrition and dietetics: total diet approach to healthy eating. **Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics**, v.113, n.2, p.307-17, 2013 Feb.

FREISLING, H.; HAAS, K.; ELMADFA, I. Mass media nutrition information sources and associations with fruit and vegetable consumption among adolescents. **Public Health Nutrition**, v.13, n.2, p.269-75, 2010 Feb.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.2, 2000.

GILL, D.; ADAMS, B. **ABC of Communication Studies**. 2. ed., 1. reimpr. Cheltenham, UK: Nelson Thornes Ltd, 2002.

GOETZ, E.R.; CAMARGO, B.V.; BERTOLDO, R.B.; JUSTO, A.M. Representação social do corpo na mídia impressa. **Psicologia e Sociedade**, v.20, n.2, p.226-236, 2008.

GU, D.; GOMEZ-REDONDO, R.; DUPRE, M.E. Studying disability trends in aging populations. **Journal of Cross-Cultural Gerontology**, v.30, n.1, p.21-49, Mar 2015.

GRUPO FOLHA. **Conheça a Folha de S. Paulo**. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_folha.shtml. Acesso em 19 de novembro de 2015.

GRUPO ESTADO. **Resumo histórico**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti1.htm>. Acesso em 20 de novembro de 2015 (a).

GRUPO ESTADO. **Código de Conduta e Ética**. Disponível em: http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2015 (b).

HARRIS, J.; FELIX, L.; MINERS, A.; MURRAY, E.; MICHIE, S.; FERGUSON, E.; et al. Adaptive e-learning to improve dietary behaviour: a systematic review and cost-effectiveness analysis. **Health Technology Assessment**, v.15, n.37, 2011.

HORNICK, B.A.; CHILDS, N.M.; SMITH EDGE, M.; KAPSAK, W.R.; DOOHER, C.; WHITE C. Is it time to rethink nutrition communications? A 5-year retrospective of Americans' attitudes toward food, nutrition, and health. **Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics**, v.113, n.1, p.14-23, 2013 Jan.

INSTITUTO IPSOS. **Estudo IPSOS: Leitores da Folha de S. Paulo**. 1º trimestre de 2015. Disponível em: http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml. Acesso em 29 de março de 2016.

INSTITUTO IPSOS. **Estudos Marplan/EGM**. Janeiro a dezembro de 2013. Disponível em: <http://publicidade.estadao.com.br/estadao/estadao-dados-de-mercado/>. Acesso em 29 de março de 2016.

IPSOS MARPLAN. **O poder do meio jornal**. In: 7º Congresso Brasileiro de Jornais. 2008. Disponível em: <http://www.anj.org.br/o-poder-do-meio-jornal-dp1>. Acesso em 30 de setembro de 2014.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KELLY, B.; VANDEVIJVERE, S.; FREEMAN, B.; JENKIN, G. New Media but Same Old Tricks: Food Marketing to Children in the Digital Age. **Current Obesity Reports**, v.4, n.1, p.37-45, 2015 Mar.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. **O corpo e seus senhores. Homem, mercado e ciência: sujeitos em disputa pela posse do corpo e mente humana**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2009.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. **Promoção de saúde, ou, A negação da negação**. 1. ed., 2. reimpr. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012.

LUCA, T.R. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C.B. Fontes históricas. 2ª Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p.111-153.

MACBRIDE, S., ET AL. **Un solo mundo, vocês múltiples. Comunicación e información en nuestro tiempo**. Paris: UNESCO, 1980.

MADEIRA, W. Comunicação no Brasil: o que temos e o que queremos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v.4, n.4, p.55-61, Nov. 2010.

MADEIRA, W.; LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. Sociedade do conhecimento, empoderamento e produção de consensos na saúde. **ECO-PÓS**, v.10, n.1, p.93-106, janeiro-julho 2007.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MAZINI, A.G. A estética textual da narrativa jornalística - Ferramentas úteis à humanização do discurso jornalístico contemporâneo. Intercom – Sociedade

Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. São Paulo, 07 a 10 de maio de 2008.

McCOMBS, M. **Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion**. Cambridge: Polity Press, 2004.

McCOMBS, M.E.; SHAW, D.L. The agenda-setting function of the mass media. **Public Opinion Quarterly**, v.36, n.2, p.176-187, 1972.

MELKOTE, S.R.; STEEVES, H.L. **Communication for development in the third world: Theories and practice for empowerment**. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2001.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MINAYO, M.C.S. Saúde-doença: Uma concepção popular da Etiologia. **Cadernos de Saúde Pública**, RJ, v.4, n.4. P.363-381, out./dez, 1998.

MNDH – MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Marco Regulatório das Comunicações no Brasil**. 2011. Disponível em: http://www.mndh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3133. Acesso em 15 de março de 2016.

NATANSOHN, G. Comunicação & Saúde: interfaces e diálogos possíveis. **Revista EPTIC Online**, v.6, n.2, Maio/Ago. 2004.

DE MOURA, N.C. Influência da mídia no comportamento alimentar de crianças e adolescentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.17, n.1, p.113-122, 2010.

MORGAN, P.J. Back to the future: the changing frontiers of nutrition research and its relationship to policy. **Proceedings of the Nutrition Society**, v.71, p.190-197, 2012.

MORIGI, V.J. Teoria social e comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos. **E-compós – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, n.1, dezembro de 2004.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

DE MOURA, N.C. Influência da mídia no comportamento alimentar de crianças e adolescentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.17, n.1, p.113-122, 2010.

NATANSOHN, G. Comunicação & Saúde: interfaces e diálogos possíveis. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v.VI, n.2, Mayo-Ago. 2004.

NEPA-UNICAMP. **Tabela brasileira de composição de alimentos**. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: NEPA- UNICAMP, 2011.

NETO, P.P.; CAPONI, S.N.C. A medicalização da beleza. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.11, n.23, p.569-84, 2007.

OLIVEIRA-COSTA, M.S.DE; AMORIM, A.C.C.L.A.; CADAXA, A.G.; MENDONÇA, A.V.M. Promoção da saúde da mulher brasileira e a alimentação saudável: vozes e discursos evidenciados pela Folha de SP. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 0223/2015 [No prelo].

OLIVEIRA, L.L.; HUTZ, C.S. Transtornos alimentares: o papel dos aspectos culturais no mundo contemporâneo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.15, n.3, p.575-582, jul/set. 2010.

PAULINO, F.O. **Responsabilidade social da mídia. Análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha**. [Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Comunicação]. Brasília, 2008.

PAVARINO, R.N. Teoria das Representações Sociais: pertinência para as pesquisas em comunicação de massa. **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom**. Belo Horizonte, MG. 2 a 6 de setembro de 2006.

PELLICER, E.G. La Mod a tecnológica en la educación: peligros de un espejismo. **Revista de Medios y Educación**, n.9, p. 81-92, jun. 1997. Disponível em: <http://www.sav.us.es/pixelbit/pixelbit/articulos/n9/n9art/art97.htm>. Acesso em 07 de abril de 2016.

PENTADO, R.Z.; GIANNINI, S.P.P.; DA COSTA, B.C.G. A Campanha da Voz em dois jornais brasileiros de grande circulação. **Saúde e Sociedade**, v.11, n.2, p.49-64, 2002.

POLLARD, C.M.; PULKER, C.E.; MENG, X.; KERR, D.A.; SCOTT, J.A. Who Uses the Internet as a Source of Nutrition and Dietary Information? An Australian Population Perspective. **Journal of Medical Internet Research**, v.17, n.8, p.e209 Aug.2015.

QUAIOTI, T.C.B.; ALMEIDA, S.S. Determinantes psicobiológicos do comportamento alimentar: uma ênfase em fatores ambientais que contribuem para a obesidade. **Psicologia USP**, v.17, n.4, p.193-211, 2006.

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

REIS, S.L.DE A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v.33, n.2, p.149-159, 2011.

REZENDE, D.A.; ABREU, A.F. **Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informações Empresariais**. São Paulo: Atlas, 2000.

RIBEIRO, R.G.; SILVA, K.S.; KRUSE, M.H.L. O corpo ideal: a pedagogia da mídia. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre (RS), v.30, n.1, p.71-6, 2009.

ROBINSON, A.; COUTINHO, A.; BRYDEN, A.; MCKEE, M. Analysis of health stories in daily newspapers in the UK. **Public Health**, v.127, n.1, p.39-45, Jan 2013.

SANTOS, C. da C.; STUCHI, R.A.G.; ARREGUY-SENA, C.; PINTO, N.A.V.D. A influência da televisão nos hábitos, costumes e comportamento alimentar. **Cogitare Enfermagem**, n.17, v.1, p.65-71, Jan/Mar 2012.

SANTOS, R. **Os novos media e o espaço público**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.

SCAGLIUSI, F.B.; MACHADO, F.M.S.; TORRES, E.A.F.S. *Marketing aplicado à indústria de alimentos*. **Nutrire**, 2005. Disponível em [http://hygeia.fsp.usp.br/~eatorres/gradu/marketing.pdf]. Acesso em 01 de março de 2016.

SCHEUFELE, D.A.; TEWKSBURY, D. Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models. **Journal of Communication**, v.57, p.9-20, 2007.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17 n.1, p.29-41, 2007.

SEIXAS, L. **Redefinindo os gêneros jornalísticos – Proposta de novos critérios de classificação**. Covilhã: LabCom Books; 2009. Disponível em <http://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/509/1/seixas-classificacao-2009.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2016.

SEGRE, M.; FERRAZ, F.C. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v.31, n.5, p.538-42, 1997.

SERRA, G.M.A. **Saúde e nutrição na adolescência: o discurso sobre dietas na revista Capricho**. [Dissertação de mestrado apresentada a Fundação Oswaldo Cruz]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2001. Disponível em <http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4872>.

SERRA, G.M.A.; SANTOS, E.M. Saúde e mídia na construção da obesidade e do corpo perfeito. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.8, n.3, p.691-701, 2003.

SEVALHO, G. Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.349-363, jul/set 1993.

SHEPERD, R. Social determinants of food choice. **Proceedings of the Nutrition Society**, v. 58, p.807-812, 1999.

SIMONEAU, A.S.; DE OLIVEIRA, D.C. Representações sociais e meios de comunicação: produtos do conhecimento científico em periódicos brasileiros. **Psicologia e Saber Social**, v.3, n.2, p.281-300, 2014.

SOBAL, J.; BISOGNI, C.A. Constructing food choice decisions. **Annals of Behavioral Medicine**, v.28, suppl.1, p.S37-46, 2009.

SOUSA, J.P. **Elementos do jornalismo impresso**. Porto: BOCC; 2001.

SOUSA, J.P. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2.ed.rev e ampl. Porto: BOCC; 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

SPRONK, I.; KULLEN, C.; BURDON, C.; O'CONNOR, H. Relationship between nutrition knowledge and dietary intake. **The British Journal of Nutrition**, v.111, n.10, p.1713-1726, 2014 May.

TESSER, C.D. Medicalização social (I): o excessivo sucesso do epistemicídio moderno na saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.9, n.18, p.61-76, jan/jun 2006.

TESSER, C.D.; LUZ, M.T. Racionalidades médicas e integralidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.13, n.1, p.195-206, 2008.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRICHES, R.M.; GIUGLIANI, E.R.J. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Revista de Saúde Pública**, v.39, n.4, p.541-547, 2005.

VARGAS, C.; COLL, N.; AMORIM, T.C.; HALLAL, P.C. Percepção de adolescentes e adultos referente à influência da mídia sobre o estilo de vida. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v.15, n.2, p.105-110, 2010.

VIEIRA, V.L.; LEITE, C.; CERVATO-MANCUSO, A.M. Formação superior em saúde e demandas educacionais atuais – O exemplo da graduação em Nutrição. **Educação, Sociedade & Culturas**, n.39, p. 25-42, 2013.

VILELA, E.F.M.V. **Representações sociais sobre dengue na mídia impressa: informação epidemiológica, educativa ou política?** [Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências]. São Paulo: 2012.

WANSINK, B.; SOBAL, J. Mindless eating: The 200 daily food decisions we overlook. **Environment and Behavior**, v.39, n.1, p.106–123, 2007.

WIMMER, R.D.; DOMINICK, J.R. **Mass media research: an introduction**. 10.ed. Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2012.

WHO – World Health Organization. **WHO definition of Health**. 1948. Disponível em: <http://www.who.int/about/definition/en/print.html>. Acesso em 15 de março de 2016.

WOHLDMANN, E.L. Examining the relationship between knowing and doing: training for improving food choices. **American Journal of Psychology**, v.126, n.4, 449-58, 2013.

XAVIER, C. **Mídia e saúde, saúde na mídia**. In: Santos, A. (Org.). Caderno mídia e saúde. Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública/FUNED, 2006.

CURRÍCULO LATTES

Dados gerais Formação Atuação Produções Educação e Popularização de C & T Eventos +

Nadine Marques Nunes Galbes

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8034038646468635>

Última atualização do currículo em 31/05/2016

Graduada em Nutrição pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP (2010). Especialista em Atividade Física, Exercício Físico e os Aspectos Psicobiológicos pela Unifesp - EPM (2012). Mestranda em Nutrição em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP (ingresso em 2014). Supervisora técnica na RGNutri Consultoria Nutricional. Vinculada ao grupo de Pesquisa em Formação e Atuação em Segurança Alimentar e Nutricional. Possui experiência nas áreas de Nutrição Esportiva, Educação Nutricional e Marketing em Alimentação e Nutrição. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Nadine Marques Nunes Galbes

Nome em citações bibliográficas

NUNES, N. M.; NUNES, NADINE MARQUES

Endereço

Endereço Profissional

RGNutri Consultoria Nutricional.
Rua Sampaio Góis, 131
Vila Nova Conceição
04511070 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 30444047
URL da Homepage: www.rgnutri.com.br

Formação acadêmica/titulação

2014

Mestrado em andamento em Nutrição e Saúde Pública.
Faculdade de Saúde Pública de Universidade de São Paulo, FS P- USP, Brasil.
Título: As notícias sobre alimentação, nutrição e sua relação com a saúde nos maiores jornais brasileiros: o que está sendo produzido e veiculado?, Orientador: Ana Maria Cervato-Mancuso.
Palavras-chave: Alimentação; Nutrição; Saúde; Mídia impressa; Informação.
Grande área: Ciências da Saúde
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Ciência da Informação / Subárea: Teoria da Informação / Especialidade: Processos da Comunicação.
Setores de atividade: Alimentação; Atividades de atenção à saúde humana.

2011 - 2012

Especialização em Atividade Física, Exercício Físico e os Aspectos P. (Carga Horária: 915h).
Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Brasil.
Título: Consumo alimentar de atletas de corrida de aventura durante uma prova outdoor.
Orientador: Ioná Zalczman Zimberg.

2005 - 2009

Graduação em Nutrição.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Formação Complementar

2009 - 2009

Extensão universitária em Suplementação Nutricional. (Carga horária: 54h).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

2008 - 2008

Curso Intensivo de Nutrição Esportiva. (Carga horária: 9h).
Hospital Sirio-Libanês, SIRIO-LIBANÊS, Brasil.

Dados gerais Formação Atuação Projetos Produções Educação e Popularização de C & T Eventos Orientações Bancas +

Ana Maria Cervato-Mancuso

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0558045570548264>

Última atualização do currículo em 16/05/2016

Possui graduação em Nutrição pela Universidade de São Paulo (1983), mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1999) realizando estágio do doutorado na Universidade de Barcelona (Espanha). Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência como nutricionista em Nutrição em Saúde Pública e no ensino superior na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: educação nutricional, formação profissional, segurança alimentar e nutricional, idosos, diabetes mellitus e comportamento. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Ana Maria Cervato-Mancuso

Nome em citações bibliográficas

CERVATO, A. M.;CERVATO-MANCUSO, A.M.;CERVATO-MANCUSO, ANA MARIA;MANCUSO, ANA MARIA CERVATO;CERVATO-MANCUSO, ANA M.

Endereço

Endereço Profissional

Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Nutrição.
Av dr Arnaldo, 715
Cerqueira Cesar
01246-904 - Sao Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 30617705
Fax: (11) 30617736
URL da Homepage: <http://www.fsp.usp.br>

Formação acadêmica/titulação

1995 - 1999

Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Intervenção nutricional educativa: promovendo a saúde de adultos e idosos em Universidades Abertas à Terceira Idade, Ano de obtenção: 1999.
Orientador: Maria de Fátima Nunes Marucci.
Palavras-chave: educação nutricional; promoção da saúde; terceira idade.
Grande área: Ciências da Saúde

1991 - 1995

Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Dieta habitual e fatores de risco para doenças cardiovasculares, Ano de Obtenção: 1995.
Orientador: Rosa Nilda Mazzilli.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.
Palavras-chave: epidemiologia; dieta habitual; fatores de risco.
Grande área: Ciências da Saúde
Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Nutrição / Subárea: Dietética.

1987 - 1988

Especialização em Saúde Pública.
Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Brasil.

1980 - 1983

Graduação em Nutrição.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Livre-docência

2013

Livre-docência.
Faculdade de Saúde Pública da USP, FSP, Brasil.